CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MULHERES NEGRAS, INVISIBILIDADE E SUBALTERNIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES E O TRABALHO INFORMAL NAS PLATAFORMAS E NOS TRENS DA SUPERVIA

Marcia Mirandela Teixeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Mario Luiz de Souza.

Rio de Janeiro
Abril de 2025

MULHERES NEGRAS, INVISIBILIDADE E SUBALTERNIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES E O TRABALHO INFORMAL NAS PLATAFORMAS E NOS TRENS DA SUPERVIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Marcia Mirandela Teixeira

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Mario Luiz de Souza (CEFET/RJ - Orientador)

_____

Professora Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ – Examinadora Interna)

_____

Professora Dra Roberta Gondim de Oliveira (ENSP/FIOCRUZ – Examinadora Externa)

SUPLENTES

_____

Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ – Suplente Interno)

_____

Professora Dra. Zuleide Simas da Silveira (UFF – Suplente Externa)

Rio de Janeiro
Abril de 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

T266 Teixeira, Marcia Mirandela
Mulheres negras, invisibilidade e subalternidade: um olhar sobre as mulheres e o trabalho informal nas plataformas e nos trens da supervia / Marcia Mirandela Teixeira. — 2025.
122f. + anexo : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia: f. 119-122
Orientador: Mario Luiz de Souza

1. Negras. 2. Racismo. 3. Classes sociais – Brasil. 4. Capitalismo – Brasil. 5. Setor informal (Economia). I. Souza, Mario Luiz de. (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação a minha mãe, a Wandevilma Mirandela Teixeira, a minha Wandinha, a Divilma, a Dona Wanda, a vovó Wanda, a tia Filhinha, a Formiga, a vovó bisa. Ela que, em seu lindo ofício de costureira, produziu as costuras que em parte me moldaram e aqui me trouxeram. Do alto dos seus quase 82 anos, é tudo por ela, que com seu sorriso tímido e feliz, segue me apoiando em tudo que eu faço. Obrigada Mãe!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha ancestralidade especialmente àqueles que carregaram os sobrenomes Mirandela e Teixeira, que mesmo sem saber, pavimentaram a minha chegada até aqui.

Agradeço às rainhas e reis ancestrais, a quem me protege e guarda, ao sagrado e ao poder que vem do Alto, que concebo como um Deus de pele negra, que me põe de pé todos os dias.

Agradeço à minha mãe, por todo o seu amor, que apesar de seu ofício com base na exploração e infância perdida como babá e na vida adulta, como costureira, permitiu que eu avançasse nos estudos e sonhasse com o título de Mestra. Gratidão a minha Wandinha Mirandela!

Agradeço ao meu pai *in memoriam*, bombeiro hidráulico, servidor público, que entre outras coisas, me ensinou a gostar de música e de dançar, nada vai apagar da minha memória todas as vezes que o senhor me chamava para subir nos seus pés para dançarmos juntos! Gratidão a José Rubens Teixeira.

Agradeço ao reencontro com aquele que me cuida e me ama. Gratidão Moacir Gomes pela presença, parceria e paciência!

Agradeço ao mini quilombo Enegrecer a ENSP! Monique Rodrigues e Lidiane Bravo!

Agradeço à coletiva de mulheres negras: Nossos passos vêm de longe! Um grupo com mulheres pretas incríveis que compartilham amor, cuidado e saberes!

Agradeço ao meu orientador, pela paciência, por todas as trocas, ensinamentos e compreensão nos meus dias bons e ruins! Obrigada Professor Mário Luiz.

Agradeço à banca examinadora composta por professoras potentes e inspiradoras! Gratidão às Professoras Talita de Oliveira e Roberta Gondim!

Agradeço à Professora Roberta Gondim, que sempre acreditou em mim, me inspira e nunca largou a minha mão! Àquela que quer me ver no Doutorado!

Agradeço aos colegas do Mestrado que juntos, no mesmo barco, no grupo de orientação, em sala de aula ou na foto do elevador do CEFET-RJ construímos excelentes reflexões, conexões e boas risadas! Especialmente ao Tiago Picolotto e à Késsia Souza que compartilharam comigo, diversas vezes, as angustias de trabalhar e estudar e “ter que” seguir com a pesquisa! Desistir nunca foi uma opção!

Agradeço ao Iniciativa Preta, preparatório para o Mestrado que, coletivamente, me fez abraçar a pesquisa com muita dedicação! Gratidão à liderança e às broncas do Tiago Ducrer.

Agradeço a todas as mulheres que se voluntariaram a responder às minhas indagações de pesquisa. Gratidão a todas as trabalhadoras que seguem buscando o seu sustento dando voz e corpo às suas necessidades de sobrevivência meio a uma sociedade e a um sistema que não as valoriza, não as “enxerga” na completude de seus direitos de cidadania!

Agradeço àqueles que direta ou indiretamente fizeram parte dessa construção, às colegas de trabalho e aqueles que se importaram verdadeiramente. Eu serei eternamente grata a vocês!

EPÍGRAFE

Retalhos de uma vida...

Como vovó diria... de um trapinho se faz um vestido!
Assim me vejo... retalhos de uma vida.
Hoje percebo essas costuras em mim, um momento aqui, uma caminhada ali,
uma ajuda lá, um empurrão a cá.
Todos os momentos, (re)vivencias se costuram com alguma outra,
ao menos pra mim, as minhas eu vejo assim.
Alguns momentos ruins?
Sim, muitos, mas tiveram muitos outros grandes momentos e,
a partir desses, posso dizer que foram, são, grandes aprendizados.
De alguma forma as (re)vivencias ruins conversam com as boas, afinal,
como poderíamos ter o entendimento do que do que é bom
se não passasse pelo ruim?
A linha pode ser a mesma, a agulha também, mas os panos,
os trapinhos são diferentes, e é justamente na diferença que se faz presente
a lembrança dos aprendizados.
Aprendi, sigo aprendendo com meus ancestrais iluminados,
Esses me ensinam que cada momento é único,
Que tem coisas que não podem ficar no passado.
Há aprendizados que se não forem (re)lembrados, podem perder o sentido e,
assim, ficarem perdidos.
Olhando pro agora, entendendo algumas “demoras”, se eu tivesse aqui,
chegado antes, não ia ter feito algumas costuras importantes,
nem mesmo ganhado trapinhos novos.
Com os novos trapinhos, com as novas costuras, ganhei vida, ganhei força,
costuras passadas fizeram sentido, hoje sei o que é costurar com um/a amigo/a.
Hoje tenho amigos/as que não condenam ou julgam o meu costurar, mas que
com suas linhas, suas agulhas, trazem mais trapinhos para costurarem comigo.
Assim, eles perguntam: faz sentido?
Se não faz, a gente descostura e faz de novo,
se faz, a gente segue a costura sem medo um do outro.
Pra mim faz total sentido manter esses costureiros/as comigo,
Me fazem bem, eu me tornei importante para eles e eles importantes para mim!
Bruna Grassiele Reis da Rosa

RESUMO

Mulheres negras, invisibilidade e subalternidade: um olhar sobre as mulheres e o trabalho informal nas plataformas e nos trens da Supervia

Esta pesquisa surge a partir da inquietação sobre a vida de mulheres, sobretudo as mulheres negras, quando a partir de uma leitura social, observa-se o aumento de mulheres vendedoras informais no espaço das plataformas e dos trens da Supervia. A partir de um olhar atento sobre a invisibilidade de seus corpos e da subalternidade, historicamente atreladas à existência da mulher negra e de pessoas negras na sociedade brasileira cuja formação social é de base colonial, além das intersecções de raça, classe e gênero que as atravessa, a pesquisa tem como objeto a questão da mulher negra inserida no mercado informal de trabalho. Utilizamos os conceitos de raça, racismo e ideologia, dentre outros e dos estudos de autores e autoras tais como Lélia Gonzalez, Silvio Almeida, Grada Kilomba, Clóvis Moura, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Cida Bento, Kabengele Munanga, Frantz Fanon, Abdias Nascimento, Ricardo Antunes, dentre outros, que abordam temas importantes que dialogam com esta pesquisa e que colaboram na construção do embasamento teórico. Como método, utilizamos a pesquisa qualitativa, informações de bases de dados e como instrumento foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 8 mulheres trabalhadoras informais das plataformas e dos trens da Supervia. A partir do modelo de sociedade capitalista dependente que corrobora com o acirramento das diversas expressões da questão social que atravessam a vida dessas mulheres, a pesquisa identificou a partir da amostra e das hipóteses levantadas, qual o contexto social que as fizeram ingressar no trabalho informal, como elas são impactadas pelas expressões do racismo, machismo e possíveis relações de poder existentes na manutenção e permanência no trabalho informal.

Palavras-chave: mulheres negras; racismo; capitalismo dependente; trabalho informal.

ABSTRACT

Black women, invisibility and subalternity: a look at women and informal work on Supervia platforms and trains

This research arises from concerns about the lives of women, especially black women, when from a social reading, an increase in informal women vendors is observed on Supervia platforms and trains. From a close look at the invisibility of their bodies and subalternity, historically linked to the existence of black women and black people in brazilian society whose social formation is colonial in nature, in addition to the intersections of race, class and gender that cross them, the research has as its object the issue of black women inserted in the informal labor market. We use the concepts of race, racism and ideology, among others, and studies by authors such as Lelia Gonzalez, Silvio Almeida, Grada Kilomba, Clovis Moura, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Cida Bento, Kabengele Munanga, Frantz Fanon, Abdias Nascimento, Ricardo Antunes, among others, who address importante themes that dialogue with this research and that collaborate in the construction of the theoretical basis. As a method, we used qualitative research, information from databases and as an instrument, semi-structured interviews were conducted with 8 informal women workers on Supervia platforms and trains. Based on the dependent capitalist society model that corroborates the intensification of the various expressions of the social issue that permeate the lives of these women, the research identified, based on the sample and the hypotheses raised, the social context that led them to enter informal work, how they are impacted by expressions of racism, sexismo and possible power relations that exist in maintaining and remaining in informal work.

Keywords: black women; racism; dependent capitalism; informal work.

SUMÁRIO

Introdução 10

Objetivo Geral 21

Objetivos Específicos 22

Metodologia 22

1 – Raça, ideologia racista e racismo no Brasil: alguns aspectos teóricos centrais 32

1.1- Raça, Ideologia Racista e Racismo 32

1.2 – O racismo e a sociedade capitalista brasileira 48

2 – A mulher negra e o mundo do trabalho no sistema capitalista brasileiro 60

2.1 – Capitalismo dependente no Brasil e a mulher negra no mercado de trabalho 60

2.2 – O trabalho precarizado e informal no capitalismo brasileiro e a inserção da mulher negra nesse processo 65

2.3 – Os reflexos da opressão de raça, classe e gênero nas condições socioeconômicas das mulheres negras 78

3 – Mulheres trabalhadoras informais: uma realidade das plataformas e dos trens da Supervia 95

3.1 - A Pesquisa e seus resultados 95

3.2 – Levantamento de dados: as percepções do trabalho de campo 97

3.3 – Os achados da pesquisa: Microempreendedorismo, terceirização na informalidade ou subalternidade compartilhada? 98

Considerações finais 114

Referências 119

Anexo A 123

Anexo B 124

Introdução

À guisa de apresentação, este trabalho foi construído por uma mulher negra, estudante, trabalhadora, assistente social de formação, servidora pública e pesquisadora. Alguns sonhos ficam pelo caminho ou se transformam... Creio que esta seja a realidade de muitas mulheres negras, que por situações diversas têm que reorganizar suas rotas e/ou abandonar seus sonhos, em prol de seus filhos, famílias ou por optarem pela manutenção de suas sobrevivências.

Sou Marcia Mirandela Teixeira, filha de Wandevilma Mirandela Teixeira, uma costureira e de José Rubens Teixeira, um bombeiro hidráulico, que não avançaram nos estudos, por conta de suas realidades, à época de sua infância e juventude e, devido ao ingresso precoce no mercado de trabalho, porém foram excepcionais na educação de seus quatro filhos. Meus pais sempre nos orientavam com o imperativo: estudem!

Posso afirmar que, ser mulher negra no Brasil, é ter a certeza de que a cor de nossas peles não nos abre portas, pelo contrário... Afirmo porque posso citar vários exemplos aqui de algumas situações perversas e episódios de racismo que não valem serem revisitados. Criada na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, que é majoritariamente composto por uma população negra, percebo a realidade de um território esquecido pela classe política, com pouco investimento em educação, cultura, transporte, saúde, lazer, esporte, segurança, saneamento, políticas públicas e da efetiva presença do Estado, a fim de garantir direitos básicos e sociais de cidadania.

Busco reescrever minha história, desde o ano de 2010 quando saí daquele município para morar em Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro. O objetivo era viver mais perto do trabalho, estudar e ter qualidade de vida, pois a viagem nos trens sempre foi muito cansativa devido à distância do grande centro da cidade e por este ser um transporte em que as mulheres sempre estiveram muito expostas às situações de desrespeito, assédios, marcas de comportamentos machistas e misóginos perpetrados por alguns usuários dos trens.

Ressalta-se que o tema da pesquisa diz um pouco sobre a trajetória de vida desta pesquisadora uma vez que já ouvia muitas histórias de viagens contadas pela minha mãe e irmãs, e, vale dizer, que durante a minha infância e adolescência o trem era o transporte mais acessível para a população daquela região, para os nossos

passeios em família e, mais tarde, para locomover-me para o trabalho, cursos e universidade.

Para adensar esta apresentação sirvo-me do diálogo com o mundo do samba, como herança de nossos ancestrais que com uma mistura de ritmo, genialidade, musicalidade, sátira, poesia e crítica social, os compositores Guará e Jorginho das Rosas nos presentearam com o samba enredo intitulado Destino Dom Pedro II, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Em Cima da Hora, no ano de 1984. Retrataram um pouco da minha vivência e, acredito de grande parte de usuários dos trens do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro quando escreveram tal letra. Conforme o trecho destacado a seguir percebe-se inúmeros desafios revelados e postos a quem depende do transporte ferroviário, posto que elementos e questões sociais estejam imbricados neste processo.

Dando destaque à letra do samba, varios fatores como a precarização do transporte com seus atrasos injustificados, a pobreza, as relações sociais que são estabelecidas no espaço do trem, a circulação dos ambulantes, os atrasos e imprevisibilidades das viagens, os assédios sexuais, todas as situações adversas anunciadas na letra e que ainda perduram, diariamente, nos trens, afetando quem vive no subúrbio para se deslocar neste transporte que agrega diversos motivos à denúncia social explicitada. Ressalta-se ainda que a oferta do mínimo para os usuários seguiu e segue à risca e, há décadas, como prova de que o Estado não oferece condições integras enquanto responsável pela administração/concessão deste transporte público. Verifica-se a ausência de um direito constitucional fundamental que é o transporte para a maioria da população. Vejamos:

Destino Dom Pedro II – GRES Em Cima da Hora
(Autores: Guará e Jorginho das Rosas)
Vamos sublimar em poesia
A razão do dia a dia
Pra ganhar o pão
Acordar de manhã cedo
Caminhar pra estação
Pra chegar lá em D. Pedro
A tempo de bater cartão
Não é mole não
Com inflação
Almejar a regalia

E o progresso da nação
O suburbano quando chega atrasado
O patrão mal-humorado
Diz que mora logo ali
Mas é porque não anda nesse trem lotado
Com o peito amargurado
Baldeando por aí
Imagine quem vem lá de Japeri
Imagine quem vem lá de Japeri
Olhando a menina de laços de fita
Batucando na marmita
Pra não ver o tempo passar
Esquecendo da tristeza quando o trem avariar
Esquecendo da tristeza quando o trem avariar
E na viagem tem o jogo de ronda
De dama e reis
Vendedores, cartomantes, repentistas
Tiram onda de artista
No famoso Trinta e Três
O trombadinha quase sempre se dá bem
O paquera apanha quando mexe com alguém
Não é mole andar de pingente no trem
Não é mole andar de pingente no trem

Outra questão que se coloca é a questão histórica, sabemos que o transporte ferroviário foi pioneiro nos deslocamentos de mercadorias, no Rio de Janeiro, como parte do funcionamento da economia e dinâmica de transações comerciais, à época por ter sido a capital da República. Dom Pedro II, o Imperador, é homenageado tendo seu nome atribuído à principal estação de trem da cidade localizada próxima ao Campo de Santana, o jardim da família imperial, denotando o poder e influência da Corte Portuguesa no país e na cidade. Acrescenta-se também que as transformações ocorridas na cidade, com aparência de modernidade, se deram em contraste à essência de um território que vivenciaria transformações não só urbanísticas, mas que afetariam aqueles que ajudaram na construção dessa então capital do Império.

A pesquisa de Mestrado versa sobre a invisibilidade e subalternidade de mulheres, com ênfase às mulheres negras e o trabalho informal realizado nas plataformas e nos trens da Supervia, partindo da hipótese de que a inserção neste “espaço” de trabalho se acirrou e naturalizou-se no contexto pós-pandemia do coronavírus, percebendo-as num ambiente predominantemente masculino, exaustivo e de possíveis relações de poder, o qual não se pode dissociar de uma leitura interseccional de classe, raça e gênero.

O motivo desta pesquisa surgiu a partir da minha inquietação sobre a vida dessas mulheres, sobretudo as mulheres negras, as razões que as fizeram ingressar no espaço do trem, meio de transporte marcado por importunações sexuais, compreender como são tratadas pelos demais vendedores nessa função que supomos alternativa de manutenção de sua vida, família e obtenção de renda no contexto pós-pandêmico. Uma das hipóteses desta pesquisa é considerar que a pandemia, como mostram as pesquisas de órgãos oficiais, alterou significativamente o mercado de trabalho no país e expulsou muitas trabalhadoras e trabalhadores dos seus vínculos formais. A pandemia promoveu um inchaço no mercado de trabalho em suas diversas formas de precarização, além de mudanças significativas na conjuntura social, exemplo disso é o aumento da população em situação de rua, dentre aqueles que saíam em busca de uma colocação no mercado de trabalho e, quando não conseguiam, decidiam então manter-se na rua, para realização de novas buscas de emprego no decorrer dos dias e por não terem, muitas vezes, para onde voltar. Pode-se elencar diversas situações que levaram famílias inteiras à condição de situação de rua, tais como despejo ou expulsão de suas casas por conta do não pagamento de aluguel, consequência do desemprego, ameaças e/ou tomada do imóvel pelo tráfico de drogas em determinadas regiões conflagradas, dentre outras motivações.

Sendo uma usuária constante dos trens da supervia, comecei a observar o cotidiano a partir do retorno ao trabalho presencial no Rio de Janeiro, da flexibilização de circulação, volta às atividades e fim do isolamento social determinado pelas autoridades sanitárias. No momento em que acontece aos poucos a reabertura de alguns setores da economia, comércio, entre outros serviços, que foram obrigatoriamente suspensos pela pandemia da covid-19, que assolou o país no ano de 2020, nota-se a presença diferenciada de mais mulheres ambulantes nos vagões dos trens.

Após ter vivido em outros bairros e mudado do Centro da cidade do Rio de Janeiro para a Zona Norte, no subúrbio de Cascadura, em 2020, passei a utilizar

novamente os trens da Supervia, no ramal parador, linha Central X Santa Cruz. Ali percebi que além do esvaziamento do transporte, há um público composto por mulheres, em sua maioria, mulheres negras, ofertando produtos diversos, tais como: sanduíches caseiros, chocolates, acessórios, brinquedos, balas, trufas, etc. cada uma com sua peculiaridade trazendo em suas narrativas e “estratégias de marketing”, discursos diversos, na tentativa de convencer o passageiro-consumidor-ouvinte.

A partir desta observação suscitou-me a pesquisa com estas mulheres, pois é relevante a hipótese de que surge uma massa marginal de desempregadas e que nos leva a supor que a pandemia da covid-19 traz consequências graves ao país, aos sistemas econômico e de saúde: além da vida de milhões de pessoas que foram perdidas. Agrega-se a isso, o panorama caótico que se configurou no Brasil naquele momento: a demora no investimento em saúde pública, a troca constante de Ministros da pasta da Saúde e a ausência de tomadas de decisões emergenciais do então Chefe do Executivo Nacional que, à época, não priorizou a compra de insumos necessários no combate à pandemia, demandadas pelos estados brasileiros. Acrescenta-se também, o fato de que este mesmo representante debochou em rede nacional das vidas das pessoas que foram acometidas pela doença, desacreditou da gravidade da mesma alegando que se tratava apenas de uma “gripezinha”, fez divulgações sobre medicamentos ineficazes para o tratamento da covid-19, desqualificou a vacina e as pesquisas científicas.

Além do amplo debate que se encorpou em defesa da economia, da priorização do funcionamento das empresas, dos supostos prejuízos financeiros que atingiriam as classes altas, em detrimento das vidas, da proteção às pessoas, e as trabalhadoras e trabalhadores da área de saúde, com críticas contundentes ao isolamento social e ao uso de máscaras. Nosso país nunca fora tão pessimamente representado em sua história, de forma tão conturbada, por um Presidente negacionista, inimigo da ciência, da valorização de estudiosos, pesquisadores e tão desrespeitoso com profissionais da área de saúde, jornalistas e da comunicação social. E, que além disso, demonstrou de diversas formas sua conduta e comportamento preconceituoso, misógino, ignorante e repugnante, que suscitou em seus seguidores, bolsonaristas, uma crescente de polarização política nacional, numa progressão e reverberação de atos bárbaros e gratuitos de racismos e discriminações contra as camadas mais vulneráveis social e economicamente na sociedade. Sem falar do apoio de algumas igrejas e denominações evangélicas, pentecostais e neopentecostais, que se utilizam da crença das pessoas para disseminar ideologias

individualistas, essencialistas, discriminatórias que promovem um verdadeiro ataque ao que é política pública, às demais religiões, principalmente às religiões de matriz africana, com atos de intolerância religiosa e que em sua maioria se fortalecem pregando um discurso meritocrático.

Esta pesquisa ao trabalhar com a questão da mulher negra, inserida no mercado informal nas plataformas e nos trens como ambulante e sua participação precária, sem garantias, no mercado de trabalho, revelou uma amostra sobre uma questão histórica na sociedade brasileira que abarca as condições de vida da população negra quando se trata de mercado de trabalho. Agrega-se a isso que em nosso país há uma falta de investimento e estudos sobre esta temática, as pesquisas mostram dados, estatísticas, entretanto não há uma análise aprofundada sobre tal situação.

Para fins de problematização, recorremos a algumas bases de dados científicos e utilizamos os descritores: mulheres negras e mercado de trabalho em 3 (três) bases de dados distintas para levantar obras e títulos que referenciavam a produção de conhecimento e pesquisas acerca do tema mercado de trabalho para mulheres negras. Foram levantados dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo Brasil e ABPN[1] (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as). A escolha dessas bases se dá por serem fontes de publicação de pesquisas em dissertações e teses realizadas nas mais renomadas instituições brasileiras e artigos publicados nos principais periódicos de cunho científico.

Delimitamos o período de 2000 até 2024, por ser o período em que foram realizados diversos investimentos em políticas públicas e ações afirmativas para a população negra, tais como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003; Leis de Cotas; publicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; dentre outras ações importantes nos anos 2000.

Pelo portal da CAPES encontramos 72 trabalhos que abordam a temática, dentre diversas pesquisas relacionadas ao tema mulheres negras e mercado de trabalho, algumas destacam a área da educação, o trabalho doméstico, o trabalho do

[1] Sobre a ABPN sabemos que em 2000, foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene). A ABPN surge para congregar pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente um lugar de reconhecimento das experiências sociais do movimento negro como conhecimentos válidos. (GOMES et al**,** 2021, p.7).

cuidado, as interseccionalidades de classe, gênero e raça, a precarização do trabalho, dentre outras.

Na página Scielo Brasil encontramos como resultado 14 periódicos, sendo 12 títulos brasileiros que, dentre outras abordagens versam sobre trabalho doméstico, desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, interseccionalidade de raça e gênero, trabalho no contexto da pandemia da covid-19, entre outros, referentes ao período de 2014 a 2024.

Em relação ao site da Revista da ABPN, o site delimita o filtro do período apenas a partir do ano de 2010, sendo assim a pesquisa foi realizada a partir do período de 2010 até 2024, onde foi localizado apenas um trabalho que faz referência aos efeitos da pandemia da covid-19 para as mulheres negras no contexto do Paraná. Como o próprio site menciona:

> A **Revista da ABPN** é um periódico de acesso livre e gratuito, publicado com periodicidade trimensal pela **Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, em versão eletrônica, disponível em: http://abpnrevista.org.br/revista. Seu principal objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores (as) e intelectuais negros (as), bem como de outros (as) comprometidos (as) com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. Tem como público-alvo pesquisadores (as) e comunidade acadêmica em geral, membros de organizações e instituições que trabalham com a questão racial, pessoas interessadas no debate sobre as relações raciais. (Fonte disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/index)

Essa pesquisa tem como suporte os estudos realizados por teóricos e teóricas negras que trabalham com a questão negra em diversos aspectos, tais como Kabengele Munanga, Silvio Almeida, Mario Luiz, bell hooks, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Grada Kilomba, Jurema Werneck, Roberta Gondim, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Carla Akotirene, dentre outros; e estudos sobre o mercado de trabalho, destacando a autora Lélia Gonzalez que aparecerá em diversos momentos dialogando com as ideias colocadas nesta dissertação; esta, há décadas, precede o debate acerca da realidade de mulheres negras e, principalmente, no que tange ao mercado de trabalho no Brasil, inclusive quando iniciam-se os debates acerca de feminismo, ela se coloca de forma crítica e antagônica a este feminismo que não incluía as especificidades das mulheres negras. Segundo Lélia, foram as mulheres negras que permaneceram cuidando dos filhos das mulheres brancas, enquanto estas debatiam acerca do feminismo. Lélia, à época, questiona e faz um

alerta sobre a importância de se falar sobre o feminismo negro, mas faremos a abordagem sobre este assunto no capítulo 2 desta dissertação.

Vale mencionar que durante a pandemia da covid-19, diante de um Governo afeito a barbáries e ao conservadorismo, as desigualdades sociais e pobreza se acentuaram, foram realizados rearranjos de antigos Programas Sociais, tais como o Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para as autoras COSTA et al "A extinção do Bolsa Família foi realizada em um contexto socioeconômico de agravamento das desigualdades sociais, sobretudo de gênero, raça, etnia e classe, em decorrência das medidas de isolamento social". (COSTA D.M et al, 2023, p.2)

> No Brasil, em 2 de abril de 2020, o governo, por meio da *Lei no 13.982* 12, criou o Auxílio Emergencial no valor de R$ 600,00, com vigência de três meses e foco nos indivíduos vivendo com menos de 1/2 salário-mínimo, desempregados, trabalhadores informais e mães em famílias monoparentais. Em alguns casos, como o de mulheres chefes de família, era possível receber até duas cotas, perfazendo o total de R$ 1.200,00. No entanto, a partir de setembro de 2020, por intermédio das *Medidas Provisórias no 1.000*, de 2 de setembro de 2020 13, e *no 1.039*, de 18 de março de 2021 14, os valores dos benefícios foram revistos e diminuíram progressivamente, passando de R$ 600,00 por três meses para R$ 300,00 por quatro meses. Em 2021, o benefício foi de R$ 250,00 por quatro meses. (COSTA D.M et al, 2023, p.2)

O Auxílio Brasil foi instituído por meio da Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, auxílio emergencial criado no Governo Bolsonaro e direcionado a pessoas em situação de vulnerabilidade. Cabe a crítica acerca deste Programa que para além de um Presidente despreparado, tal qual sua equipe de Governo não se comprometeu em trazer resultados e avaliações pertinentes às análises de conjunturas sociais e planejamento, tão importantes para a população que foi o ente mais prejudicado em questões de saúde e sobrevivência diante do contexto de pandemia. Ao que corroboram as autoras COSTA D.M et al. (2023):

> O Bolsa Família, instituído em 2003, foi objeto de várias pesquisas e esforços investigativos, portanto, seus resultados puderam ser acompanhados, comparados e avaliados. O Auxílio Emergencial, de curta duração, tem mecanismos diversos voltados para mitigação dos efeitos da pandemia. Já o Auxílio Brasil foi criado no fim de 2021 em um contexto de fortes disputas eleitorais e sem uma formulação explícita sobre as mudanças a serem alcançadas e as estratégias avaliativas a serem utilizadas. (COSTA D.M et al, 2023, p.2)

Desde a fase de cadastramento das pessoas e, que mesmo após denúncias, apurou-se que alguns beneficiários, dentre eles, militares, estavam recebendo de forma inadequada, o acesso ao auxílio causou uma verdadeira desordem e descrédito por parte da população. Acrescenta-se a isso o mau funcionamento do aplicativo ligado a um determinado sistema bancário, que prejudicou e ampliou, por exemplo, o trabalho das equipes técnicas dos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social, que atuaram na linha de frente, que além da exaustão dos profissionais, dentre outros elementos que foram dando contornos ao aumento dos índices de vulnerabilidades econômicas e sociais da população, incluindo o aumento dos índices de insegurança alimentar nas regiões mais precarizadas como as favelas e periferias da cidade.

Foram varios os retrocessos neste Governo, inclusive com aumento na taxa de desempregados, segundo dados dos órgãos oficiais, que ratificaram o lugar em que a população negra, historicamente subalternizada, está inserida. Alvo de tantas mazelas sociais e corroborada pela ausência de investimentos e de políticas públicas mais sérias e eficazes que minimizem as questões sociais que afetam essa população, de norte a sul do país.

Trazendo uma composição de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelette, e parafraseando a letra da canção “A Carne”, interpretada por Elza Soares, um verdadeiro manifesto que expressa o quanto a vida de pessoas negras são desvalorizadas num mercado chamado Brasil, onde a violência, a fome e a pobreza dão a tônica para as condições de vida e existência desta população:

A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Tá ligado que não é fácil, né, mano?)
(Né, mano? Vixe!)
(Se liga aí)
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Só serve o não preto)
Que vai de graça pro presidio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra (diz aí)
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, mermão
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revolver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem-intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas, mesmo assim
Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (pode acreditar)
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar (Se liga aí)
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Na cara dura, só serve o não preto)
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Na cara dura, só serve o não preto)
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Tá ligado que não é fácil, né, mano?)
Negra
Negra
Carne negra (pode acreditar)
A carne negra

Esta letra nos leva a outra conexão com os escritos do autor Abdias Nascimento, importante político, professor universitário brasileiro, em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, (2016) que em seu cerne mobiliza e informa a todos os leitores que existiu um projeto de aniquilamento da população negra. Após a Abolição,

alguns feitos como a teoria do branqueamento, adotada a partir do início da Primeira República, tinha por objetivo central eliminar a presença negra da população brasileira através do tempo. Este momento histórico e na figura de seus representantes que pouco investiram em políticas sociais, tais como saúde, educação atingindo toda a população.

O Genocídio de acordo com a definição apresentada no livro refere-se a um conjunto de práticas perpetradas para extermínio de um grupo, que se institui através da ausência de direitos, conforme já mencionado, assim como a anuência do Estado, em sua licença para matar, de diversas formas, pessoas negras e os pobres, tais formas se revestem principalmente na escassez de direitos ou na sua não priorização. Abdias ao participar de espaços políticos e do movimento negro reivindicara a divulgação em vários desses encontros sobre a forma como a população negra vivia e era tratada pelo Estado brasileiro. Sendo que não teve suas reivindicações acolhidas, à época, por exemplo, do II FESTAC - Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, Nigéria, entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977. Atualmente o Estado enquanto Instituição que opera em favor do capital tenta nos manter nos quadros da pobreza através da fome, da insegurança alimentar, da violência urbana, do racismo Institucional, da precarização dos serviços essenciais como o serviço de saúde, de forma sutil ou contundente.

O conceito de democracia racial[2] também disseminado por alguns autores corrobora para que a sociedade acredite numa falsa harmonia social entre pessoas pretas e brancas, por trás deste conceito está subsumida a ideia de manutenção e reafirmação de lugares pré-determinados socialmente. Vejamos o que diz Nascimento (2016):

> Desde os primeiros tempos na vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver, só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. (NASCIMENTO, 2016, p.54)

Corroborando com o debate sobre democracia racial lembremos que Lélia em artigo de 1980, nos alertava acerca das contradições e das disparidades de educação e renda entre pessoas brancas e pessoas negras, que mesmo possuindo o mesmo nível educacional, têm diferenças. Então ela questiona: onde está essa tal democracia

[2] O significado deste conceito será explicado posteriormente.

racial? Cabe ressaltar que o Brasil foi o último país da América Latina a declarar a chamada Abolição, a romper com regime escravista, fator que contribui para que as condições de sobrevivência das pessoas negras fossem desfavoráveis, uma "liberdade" que não condiz com autonomia e garantias de dignidade, pois o racismo, além de uma construção ideológica, permaneceu como uma estratégia de manutenção de privilégios para determinadas camadas sociais, as classes altas, de famílias abastadas, donas de terras, em sua maioria, herdeiras da colonização.

Em contrapartida, empreende-se a estratégia de manutenção de corpos acorrentados ideologicamente e, sendo acorrentados ideologicamente, entendemos que seguiram sendo colonizados, distantes dos espaços decisórios, de construção política e, sendo assim, quando olhamos para a história, verificamos que partindo de pontos distintos de algumas pessoas privilegiadas socialmente, por exemplo, as possibilidades de mudança das suas realidades e de seu povo, tornam-se mais dificultadas.

> Tais contradições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei e que o negro é *"um cidadão igual aos outros"*, graças à lei áurea, nosso país é o grande exemplo de harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. (GONZALEZ, 2018, p.101)

Acrescenta-se a isso que a culpabilização sobre as pessoas negras tende a ser reproduzida pelo senso comum, uma vez que a sociedade não reconhece o ser negro como um cidadão dotado de capacidade intelectual e autonomia. A não inserção da população negra numa diversidade de espaços sociais, por exemplo, não faz diferença para quem não vivencia em sua própria pele, a dor do outro, a dor de ser discriminado.

Objetivo Geral

Identificar como as mulheres negras trabalhadoras informais nas plataformas e como vendedoras ambulantes dos trens da Supervia, na cidade do Rio de Janeiro, são impactadas pelas expressões de racismo, machismo e do trabalho informal.

Objetivos Específicos

- Analisar de que forma e em qual contexto social as mulheres, trabalhadoras das plataformas e as ambulantes, ingressam no trabalho informal nos trens da supervia;

- Identificar qual o impacto do racismo e da pandemia na realização do trabalho informal para as mulheres trabalhadoras das plataformas e dos trens da Supervia;

- Identificar se há uma relação de poder que as hierarquiza frente aos homens, vendedores ambulantes, diante de um ambiente predominantemente masculino e às opressões de racismo e machismo que estruturam a sociedade;

Metodologia

Realizamos uma pesquisa de natureza explicativa, descritiva, com uma abordagem qualitativa; como instrumento, utilizamos a entrevista, definida por Minayo (2007) como a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo, que tem como objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa. O trabalho de campo consistiu em observar a dinâmica e interação das mulheres ambulantes e em entrevistas com estas trabalhadoras/ vendedoras informais das plataformas e dos trens urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Foram realizadas 8 (oito) entrevistas com perguntas abertas, semiestruturadas, além do depoimento de uma funcionária terceirizada da concessionária que administra os trens, a Supervia. Além disso, foram acessados dados secundários de institutos de pesquisa e fontes de bases de dados científicos para contribuir como o referencial teórico e a construção da análise e interpretação das informações coletadas nas entrevistas realizadas que serão apresentadas no capítulo 3 com os resultados da pesquisa. Tudo isso nos possibilitou ferramentas teóricas e metodológicas para analisar as experiências das mulheres trabalhadoras que vivenciam as nuances do trabalho informal. Nos embasamos em estudos apresentados por autores que adensam o debate racial, debruçando-nos sobre o conceito de racismo, da ideologia e suas manifestações no Sistema capitalista que predomina no Brasil.

Os dados estatísticos de órgãos como IPEA, IBGE e DIEESE corroboram de forma pertinente com as formulações teóricas e permite comparar os dados observados na realidade social com os dados que vem sendo estudados ao longo do tempo por estes órgãos.

A princípio, o trabalho de campo para coleta de dados seria realizado na estação de trens da Central do Brasil, por ser a estação terminal dos trens urbanos na cidade do Rio de Janeiro, por ser a esta a plataforma principal onde as mulheres fazem uma pequena pausa, um ponto de encontro de vários ambulantes (homens e mulheres) que muitas vezes interagem entre si e preparam-se para o retorno das atividades, tornando-se mais propício para a realização das entrevistas. Contudo e, conforme apontado pela banca no exame de qualificação, possíveis dificuldades no trabalho de campo, impostas pela precarização do trabalho e pelo cotidiano das mulheres vendedoras ambulantes dos trens, poderiam surgir durante a tentativa de abordagem e na realização das entrevistas. Algo que, de fato, aconteceu. Foi necessário readequar o roteiro e modificamos o local de realização das entrevistas para as plataformas de trens de São Cristóvão e Maracanã, uma vez que tomamos a decisão de realizar entrevistas com mulheres vendedoras que também exercem seu trabalho informal de maneira fixa nas plataformas de trens citadas. A forma de tornar possível a realização das entrevistas foi a partir dessa decisão, uma vez que poucas ambulantes que estavam em deslocamento se disponibilizaram devido às urgências e a pressa/disputa por clientes em suas vendas. Ressalta-se também que das oito mulheres ouvidas, quatro circulam pelos diversos ramais e não apenas nos ramais de Santa Cruz, ramal que seria o foco da pesquisa e quatro trabalham de forma fixa nas plataformas.

Sobre as perguntas semiestruturadas (ver ANEXO A) destaca-se que ao combinar, “perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

> A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a)os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. (MINAYO, 2007, p.65)

Os registros foram gravados em áudio e, após esta etapa, foram feitas as transcrições das entrevistas e realizada a análise dos dados coletados e, por questões éticas e envolver seres humanos, foi necessário o preenchimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) por parte das entrevistadas, (ver ANEXO B).

De acordo com Garcez (2002) e Lorde (2008), a transcrição foi feita de forma analítica plena. Para Duranti (1997:161): i) a transcrição é um processo *seletivo*, que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas especificas; foi necessário ouvir de forma repetida, os áudios gravados.

A análise de dados partiu da amostra de um universo de oito mulheres participantes, como já mencionado, não só com as ambulantes dos ramais, mas também com as mulheres que trabalham de forma fixa nas plataformas, que foram voluntarias a participar da entrevista. Antes da realização da banca de qualificação, o ramal escolhido, fez sentido para a entrevistadora pois era o ramal em que esta circulava, à época de seu deslocamento para a Zona Norte, é o chamado ramal parador, pois faz paradas em todas as estações que compõem o itinerário da composição, de Santa Cruz até a Central, com grande número de usuários. Entretanto, é importante mencionar que existe uma organização entre os camelôs que permitem a circulação nos diversos ramais, o que facilitou a mudança, a partir do que já explicamos anteriormente. Cabe ressaltar que o ramal de Santa Cruz, da rede de transportes ferroviários cruza a cidade, uma vez que sai da grande região da Zona Oeste, composta por vários bairros e sub-bairros, passa pela Zona Norte até chegar à região Central da cidade.

Para facilitar a compreensão dos leitores é importante trazer um pouco da História e desenvolvimento dos ramais dos trens, assim como a expansão e ocupação dos subúrbios cariocas, à medida que há uma estreita relação entre o surgimento dos transportes, dos subúrbios e o atendimento das necessidades da população usuária, tal qual o atendimento dos interesses capitalistas, à época.

Data de meados do século XIX o surgimento dos transportes coletivos no Rio de Janeiro e, tal advento ficou conhecido como um marco importante para o transporte na cidade, começando pelas carruagens para transporte de famílias mais abastadas e depois os bondes. Soma-se a isso ao que alguns autores como Silva (1992) afirmam que foi uma revolução à época, existiu um “antes e depois” para Rio de Janeiro com o advento dos transportes.

> Embora até meados do século XIX já houvesse na cidade alguns transportes coletivos, foi só a partir dos últimos anos do Império que o Rio de Janeiro experimentou sua “revolução dos transportes”. A chegada do bonde, do trem e da barca para Niterói, possibilitou uma expansão dos limites da cidade para além da região central, abrindo caminhos para o crescimento das Zonas Norte, Oeste e Sul, apagando progressivamente as feições coloniais que, até meados do século XIX, caracterizavam a cidade. (PUC Rio, Certificação Digital Nº0912428/CA).

A autora Thamires Bispo (2022) em sua Dissertação de Mestrado pesquisou sobre o trabalho precarizado de vendedoras ambulantes nos trens da Supervia, no contexto de precarização e informalização do trabalho, do sistema capitalista. A autora procurou debater as transformações do mundo do trabalho e analisou a experiência laboral dos sujeitos, trabalhadores nos trens da Supervia. (Bispo, 2022, p. 12). Ela acrescenta que a chegada da Família Real além de trazer mudanças para a cidade faz uma separação entre classes sociais, pois algumas pessoas acabam sendo “expulsas” do grande centro.

> Foi com a vinda da família real para o Brasil, no século XIX, que a cidade começou a transformar radicalmente a sua forma e conteúdo, apresentando verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Pois a família real impõe ao Rio uma classe social até então quase inexistente, e demanda novas necessidades materiais que atenda os anseios dessa classe, mas também que promova o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas. (BISPO, 2022, p. 74).

A chegada dos trens no Brasil e no Rio de Janeiro, como anteriormente mencionado, faz parte da História do país em seu período Imperial. Com a chegada da Família Real, a cidade se desenvolveu e, consequentemente, aconteceram grandes transformações do espaço urbano. Tais transformações começaram com a ocupação do solo, foram feitos aterramentos, transposições de relevos e a divisão dos territórios eram feitos através de espaços denominados Freguesias, sendo estas urbanas ou rurais, se intensificando a criação de logradouros e de varios loteamentos. O aumento do número de freguesias se refletirá no aumento do número de habitantes. “Entre as razões que servem para elucidar essa expansão, não se pode deixar de destacar o desenvolvimento do sistema de transporte público, que favoreceu a ocupação de outras regiões, para além do Centro e da região Portuária”. (SOUZA, 2003, p.62).

> Um dos primeiros sistemas de transporte que surgiu na cidade foi o de serviço de carruagem, em 1838. Podendo comportar de 8 a 12 pessoas, esse tipo de transporte possibilitou o deslocamento de

> pessoas para regiões na área urbana da cidade e seus arredores. No entanto, os serviços de transporte que mais influenciaram na expansão urbana foram o bonde e o trem. A implementação do serviço de bondes e de trens, no Rio de Janeiro, teve como motivação os interesses empresariais envolvidos no processo. (SOUZA, 2022, p. 62).

Os empresários logo perceberam que o investimento em serviços de bondes e de trens poderia se materializar em altas taxas de lucros. Ou seja, a expansão interna, para o interior do Estado e posteriormente, a expansão externa e comercialização de mercadorias para o exterior, foi um propulsor para o investimento no transporte de mercadorias pelos trens. Para, além disso, expandir negócios com empresas americanas e inglesas que investiram na produção dos bondes e trens, aços para produzir os trilhos e linhas de ferro. Os serviços dos bondes iniciam-se a partir de 1850, sendo tracionados por animais: cavalos e burros. O capital estrangeiro começa a fazer parte das parcerias com o capital nacional em mais um exemplo da operação do sistema capitalista que se desenhava através dos investimentos nos bondes que circulavam sobre os trilhos pela cidade.

> No caso dos trens, o setor cafeeiro também tinha um interesse direto no estabelecimento desse meio de transporte, como uma forma mais rápida e barata para deslocar a produção de café do interior do estado e, depois, de Minas Gerais e São Paulo, para o porto do Rio, e sua exportação para a Europa e os EUA. Já o capital estrangeiro, notadamente firmas americanas e inglesas, via na implementação desses serviços uma forma de expandir sua acumulação de capital, atuando na construção das linhas de ferro, venda do aço para formar os trilhos e venda dos bondes e dos trens; além de ofertar esses serviços para a população por meio de companhias especializadas. (SOUZA, 2022, p. 63).

Os bondes, segundo a historicidade dos transportes na cidade do Rio de Janeiro, foram importantes para atender aos interesses dos empresários, senhores, dos barões, donos de grandes lotes de terras, e das pessoas que residiam em regiões mais distantes e com esta tecnologia puderam circular na cidade e conhecer locais como os Jardins da Quinta da Boa Vista e bairros como Ipanema, Copacabana, hoje, Zona Sul. Antes os bondes eram movidos por tração animal, depois, houve a tentativa de substituição por bondes a vapor, mas este empreendimento não deu certo. Conforme o transporte de bondes foi evoluindo o número de passageiros foi aumentando.

Os trens também são fruto da expansão urbana, os transportes ferroviários no Rio de Janeiro iniciaram em 1854. Segundo Souza, o desenvolvimento da malha ferroviária estava atrelado à modernidade e progresso no país. Não só no que diz

respeito ao transporte de pessoas como também para transportar os produtos agrícolas com rapidez, eficiência e segurança. Era a expansão do ciclo cafeeiro onde Rio de Janeiro e Minas Gerais negociavam seus produtos. Ampliam-se também os bairros com a chegada dos trens, sobretudo os subúrbios.

> O marco inicial desse processo foi a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que, com a República, passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. Sob propriedade e controle do Estado, o objetivo oficial desse empreendimento seria realizar, a partir do Rio de Janeiro, a integração com todas as regiões do país. Seria, portanto, uma obra pública que, além de promover a circulação de pessoas e mercadorias, teria que integrar o país por meio de uma rede ferroviária, associada ao transporte fluvial, onde fosse necessário. Mesmo com esse objetivo, o fator decisivo para a construção da ferrovia foi servir à cultura do café, que se expandia pelo interior do estado do Rio de Janeiro e já dava mostras de sua presença em Minas Gerais e em São Paulo. (SOUZA, 2022, p. 76).

Apesar da criação da Estrada de Ferro Dom Pedro II que na República passou a ser chamada Estrada de Ferro Central do Brasil o objetivo da ferrovia era integrar a comercialização de produtos em todo o país e transportar pessoas, expandindo e desenvolvendo o subúrbio carioca, sob a ingerência do Estado, como um serviço público: “... com a expansão das estradas de ferro, a expansão vigorosa do subúrbio tornou-se uma realidade tangível, fosse no aumento do número da sua população, fosse na ocupação e criação de novos bairros”. Ou seja, a criação da estrada de ferro trouxe, indiretamente, um fomento ao crescimento dos subúrbios cariocas.

> A construção dessa estrada de ferro se iniciou em 1855, e seu primeiro trecho ficou pronto em 1858, cobrindo 48km que ligavam o Centro do Rio de Janeiro, a partir da estação do Campo, atual Central do Brasil, até Queimados; tendo ramais em Engenho Novo, Cascadura e Nova Iguaçu. Em 1859, foram inaugurados os ramais de São Cristóvão e o de Sapopemba (atual Deodoro). Na década de 1860, foram inaugurados os ramais de São Francisco Xavier, Riachuelo, Todos os Santos e o do Macaco (Paracambi). (SOUZA, 2022, p. 76).

A expansão das linhas de trens fomentou o surgimento de novos bairros no subúrbio carioca do Rio de Janeiro, posto que integrou a circulação de pessoas e de mercadorias. Graças à chegada da Estrada de Ferro, ainda que o objetivo maior fosse a comercialização de mercadorias, as pessoas puderam usufruir do transporte e novos contornos espaciais mudaram a organização e o processo de mobilidade da cidade.

> Na década de 1880, também houve a ocupação de áreas do subúrbio devido à ação de duas outras companhias de estradas de ferro na região: a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, servindo a Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto e Pavuna); e a Rio de Janeiro Northern Railway Company, servindo a Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral. Como se pode observar, com a expansão das estradas de ferro, a expansão vigorosa do subúrbio tornou-se uma realidade tangível, fosse no aumento do número da sua população, fosse na ocupação e criação de novos bairros. Por exemplo, a população residente em São Cristóvão passou de poucas pessoas em 1821 e 1838, para 9. 272, em 1870; 13.615, em 1872; e 22.202, em 1890; enquanto a população da freguesia do Engenho Novo sofreu um salto mais expressivo e em menor tempo, passando de um número mínimo, em 1821, 1838, 1870 e 1872, para 27.873, em 1890. (SOUZA, 2022, p. 78).

Atualmente ao observar o trajeto realizado pelo trem, no ramal de Santa Cruz, podemos trazer um dado relevante informado recentemente pelo Instituto de Segurança Pública – ISP, que informa que a Zona Oeste da cidade é a região onde mais aconteceram casos mais graves de violência extrema contra mulheres ou tentativas de feminicídio no Rio de Janeiro, em 2023. Tendo em vista que a violência em si, em suas formas diversas de expressão tem na violência doméstica e familiar contra as mulheres e na violência de gênero mais um elemento interseccional à vida e existência de mulheres, sobretudo mulheres negras. Sendo alvo de um debate pelas diversas instâncias governamentais e sociedade civil o planejamento de políticas públicas e legislações que fortaleçam o enfrentamento à violência, como algo tão urgente na vida social de mulheres, posto que quando uma mulher sofre violência ou violências múltiplas, em suas mais diversas expressões, seja física, psicológica, patrimonial, moral, política, urbana ou quando tendo sua vida brutalmente ceifada, em ato de feminicídio, toda a sua família é atingida.

Entendendo que o agressor/feminicida em alguns casos tende a fugir do local do crime ou quando é preso pela prática de violência extrema, isto acarreta mais danos emocionais e financeiros para outras mulheres da família. Posto que, quando os filhos de uma vítima, ficam órfãos, nos casos de feminicídio, naturaliza-se socialmente que as responsabilidades sobre estes recairão para as demais mulheres da família. Pressupõe-se que serão as tias, avós ou irmãs mais velhas, as pessoas com maior probabilidade para exercer o cuidado desses filhos ou filhas da vítima, pois parte-se do princípio de que à mulher está estruturalmente designado o trabalho de cuidado, analisando a cultura patriarcal que se reproduz em nossa sociedade.

Fazendo um parêntese sobre a obra de Abdias Nascimento (2016), este autor afirma que "o Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço

dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão" eu acrescentaria que essa cultura patriarcal se desdobra nas diversas violências e no machismo sobre a vida e relações sociais dessas mulheres. Tal fato fez e faz com que as mulheres negras estejam em posição de desvantagem em vários aspectos da vida, produzidos por esta herança, que as mantém sendo as maiores vítimas de violência e de abusos sexuais.

Acrescenta-se a isso que tal herança perpetua quando a mulher negra, ex-escravizada, deixa de realizar os serviços na Casa Grande e passa a realizar os serviços domésticos das famílias mais abastadas. Assim como os dados de violência, os dados de mercado de trabalho denotam as consequências da estrutura social de um Brasil colônia que reverbera também sobre a população negra.

Vejamos a tabela com os números do Instituto de Segurança Pública – ISP - que comprova a informação acerca dos dados da violência contra as mulheres no Rio de Janeiro:

Tabela 1

CISP	CISP_NOME	Total_Casos_2023	Total_Tentativas_2023
1	Centro (parte)	0	3
4	Centro (parte), Gamboa, Santo Cristo e Saúde	1	0
5	Centro (parte), Lapa e Paquetá	3	1
6	Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e Centro (parte)	1	1
7	Santa Teresa	1	0
9	Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória e Laranjeiras	0	0
10	Botafogo, Humaitá e Urca	0	1
11	Rocinha	2	2
12	Copacabana (parte) e Leme		
13	Copacabana (parte)	0	0
14	Ipanema e Leblon	0	0
15	Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal	0	0
16	Barra da Tijuca, Itanhangá, Joá	0	2
17	Caju, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama	0	1
18	Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca (parte)	0	1
19	Alto da Boa Vista e Tijuca (parte)	0	4
20	Andaraí, Grajaú e Vila Isabel	0	3
21	Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos	5	2
22	Brás de Pina (parte), Olaria, Penha e Penha Circular (parte)	0	0
23	Cachambi, Méier (parte) e Todos os Santos (parte)	0	1
24	Abolição, Água Santa (parte), Encantado, Engenho de Dentro (parte), Pilares e Piedade	0	1
25	Engenho Novo, Jacaré, Jacarezinho, Riachuelo, Rocha, Sampaio e São Francisco Xavier	0	5
26	Água Santa (parte), Engenho de Dentro (parte), Lins de Vasconcelos e Todos os Santos	0	1
27	Colégio (parte), Irajá, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha e Vista Alegre	2	1
28	Vila Valqueire, Praça Seca e Tanque (parte)	0	3
29	Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiaçu, Vaz Lobo, Oswaldo Cruz (parte), Cascadura e Quintino Bocaiúva	0	1
30	Bento Ribeiro, Campinho, Marechal Hermes e Oswaldo Cruz (parte)	1	1
31	Anchieta, Guadalupe, Parque Anchieta e Ricardo de Albuquerque	2	1
32	Anil, Cidade de Deus, Curicica, Gardênia Azul, Jacarepaguá e Taquara	3	11

33	Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo e Vila Militar	1	0
34	Bangu, Gericinó, Padre Miguel e Senador Camará	8	2
35	Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos	0	16
36	Paciência e Santa Cruz	3	13
37	Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi	0	1
38	Brás de Pina (parte), Cordovil, Jardim América, Parada de Lucas,Penha Circular (parte) e Vigário Geral	0	4
39	Acari, Barros Filho, Costa Barros, Parque Colúmbia e Pavuna	1	2
40	Coelho Neto, Colégio (parte), Honório Gurgel e Rocha Miranda	0	0
41	Freguesia (Jacarepaguá), Pechincha e Tanque (parte)	0	2
42	Recreio dos Bandeirantes, Barra de Guaratiba, Camorim, Grumari, Vargem Grande e Vargem Pequena	2	5
43	Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba	3	5
44	Del Castilho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Maria da Graça e Tomás Coelho	1	2
TOTAL		**40**	**99**

* CISP - Circunscrições Integradas de Segurança Pública

Fonte: ISP, 2024

Apenas município.

Antes da realização da pesquisa para construção dessa dissertação, e conforme dados do ISP vimos que a Zona Oeste carioca é a região em que as mulheres mais sofrem com a violência doméstica e familiar e acreditávamos na hipótese de ser este um fator que pudesse aparecer nas entrevistas realizadas como justificativa para o ingresso das vendedoras ambulantes pesquisadas, no mercado informal de trabalho. Tal hipótese foi refutada, ou seja, a partir das entrevistas realizadas não apareceu em nenhum dos relatos das entrevistadas, tal justificativa para ingresso no mercado de trabalho informal como ambulantes nos trens, a fim de buscar uma determinada autonomia e independência financeira e fugir de um possível relacionamento abusivo e/ou da violência doméstica, conforme veremos no capítulo 3.

Os dados da segurança pública do estado do Rio de Janeiro informam que a região da Zona Oeste, há alguns anos tem se tornado palco de guerras entre o poder paralelo perpetrado por grupos milicianos que disputam poder, ampliação de seus territórios de atuação, rivalizam com traficantes locais e realizam ações criminosas a qualquer hora do dia espalhando terror sobre moradores, comerciantes e pessoas que transitam daquela região. São dados que nos permitem associar a precarização de vidas de pessoas e mulheres que inoportunamente tenham ligação a esses grupos ou que venham a ser afetadas por essa grande vertente criminal que tem como particularidade, em sua maioria, o “apoio e/ou apadrinhamento político”, além de ter em sua composição membros ou ex-membros das forças de segurança, tais como polícia militar, polícia civil e forças auxiliares como o Corpo de Bombeiros e a Guarda Municipal. São muitas as possibilidades de “associações” lucrativas a essas

organizações, tais como extorsões e o associativismo de membros de diferentes esferas institucionais, tais como: OAB, Associações de Moradores, que nos remete também às práticas realizadas por familiares de um determinado ex-chefe do executivo nacional, como as famosas rachadinhas, cabides de empregos e favorecimentos ilícitos, assim como as falcatruas de ex-governadores que por suas práticas aqui no Rio de Janeiro, foram presos e/ou tiveram seus mandatos cassados.

Seguindo os objetivos expostos, essa dissertação está dividida em 3 seções:

O capítulo 1, intitulado - Raça, Ideologia Racista e Racismo no Brasil: Alguns aspectos teóricos centrais. Traz a abordagem dos conceitos de raça, racismo e ideologia, a partir de autores como Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Octavio Ianni e Stuart Hall. Tais autores corroboram no debate acerca da ideologia e da forma como ela está entranhada nas subjetividades, acrescenta-se a isso o fato das Instituições que a fortalecem, que mantem as posturas racistas em suas mais variadas expressões. Como segue sendo construída a ideologia racista mesmo após anos do fim do período colonial.

O capítulo 2 intitulado - A mulher negra e o mundo do trabalho no sistema capitalista brasileiro - está dividido em três subseções onde apresentamos o debate acerca da mulher negra no mundo do trabalho e o Capitalismo. Abordaremos as opressões de gênero e raça, o debate sobre interseccionalidade e os dados da realidade brasileira; falamos também sobre o mercado de trabalho, a condição do Capitalismo dependente brasileiro.

O capítulo 3, intitulado – Mulheres trabalhadoras informais: uma realidade das plataformas e dos trens da Supervia – está dividido em três subseções. Este é o capítulo dedicado aos resultados da pesquisa, onde apresentamos as discussões a partir dos elementos trazidos nos relatos das mulheres voluntárias da pesquisa e as inflexões feitas pela pesquisadora.

1 – Raça, ideologia racista e racismo no Brasil: alguns aspectos teóricos centrais

1.1- Raça, Ideologia Racista e Racismo

Para este primeiro capítulo, abordaremos os conceitos de Raça e Racismo a partir dos autores Kabengele Munanga e Octavio Ianni, respectivamente, em seus aspectos centrais, a fim de embasar teoricamente esta pesquisa e Dissertação. Abordaremos também o conceito de Ideologia a partir de Stuart Hall e Clóvis Moura.

Para falar sobre Ideologia o autor Stuart Hall diz que esta se refere às formas pelas quais as diferentes ideias estão presentes nas mentes das massas, tornando-se assim uma “força material”.

> Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona. (HALL, 2003, p.267)

São diversos os elementos que corroboram para a nossa reflexão e modo de operar da ideologia em ações e condutas que se naturalizam social e historicamente. Citando como exemplo o patriarcado que se configura no sistema social e reconhece no homem a centralidade da autoridade, do comando, das tomadas de decisões, de provedor e de relações de poder que comumente desempenha numa organização familiar e que reverbera na construção de papeis sociais e relações sociais.

O patriarcado é um dos elementos que estruturam a sociedade, pois reproduz costumes trazidos da Europa, após a colonização e faz com que a cultura machista atravesse gerações e considere como norma padrão de dominação o homem, cis, heterossexual, colocando-o no cerne das relações e primando pela manutenção de seus privilégios diante de outros grupos sociais, tais como mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Podemos observar quantas conquistas sociais demoraram a contemplar mulheres, sob o crivo de uma cultura machista, tais como o direito ao voto, apenas a partir de 1932, após muita pressão dos movimentos sociais de mulheres e, para citar outro exemplo, apenas em 1985, em São Paulo, inaugura-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, especializada em atendimentos às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Difícil não pensar na população negra quando falamos de ideologia, esta se corporifica ao observarmos os percentuais e os dados estatísticos das piores condições de existência e sobrevivência dessa população, por exemplo, no Brasil. Foi à custa de sangue negro que o sistema capitalista brasileiro se moldou, se constituiu, desde o pós-abolição, a população negra tem suas "liberdades" atreladas aos trabalhos braçal e doméstico, que lhes custaram a manutenção de condições indignas de moradia e renda.

Essa herança colonial que repercute na vida da população negra, aqui se tratando de mulheres negras como cerne da pesquisa, dialoga com o conceito de necropolítica do autor Achille Mbembe (2003), entendendo a necropolítica como a política de morte engendrada pelo Estado brasileiro e uma forma de crítica ao conceito de biopolítica de Michel Foucault. A necropolítica afeta as camadas pobres, periféricas, minorias sociais e é validada pelo capitalismo dependente do Brasil. Em artigo de Almeida (2021) o autor faz alguns apontamentos e contrapontos acerca dos conceitos de Michel Foucault (biopolítica) e de Achille Mbembe com sua necropolítica.

> Em 2003, Achille Mbembe publicou um ensaio de grande repercussão intitulado "Necropolítica". A partir de uma crítica ao conceito de *biopolítica* introduzido por Michel Foucault, o texto propõe uma análise do exercício da soberania que confere centralidade à experiência do colonialismo e do apartheid. Diante do colonialismo e do apartheid, o exercício da soberania não pode ser descrito apenas como a manutenção do equilíbrio entre a vida e a morte, ao "fazer viver e deixar morrer". Neste contexto, o poder soberano se manifesta fundamentalmente por mecanismos de produção sistemática da morte como a guerra, o homicídio e o suicídio, ou seja, como *necropolítica*. (ALMEIDA**,** 2021, p. 1).

Almeida (2021) traz ainda algumas considerações e analises acerca do conceito de necropolítica, posto que a seu ver Mbembe afirma que o conceito de biopolítica é insuficiente para explicar todas as atrocidades vivenciadas pelos povos negros sob a égide do capital. E que o capitalismo em sua fase neoliberal torna o negro subalterno de humanidade, ou seja, neste artigo Almeida quer trazer à luz de que forma a necropolítica de Mbembe se reatualiza na fase neoliberal do capitalismo. Acrescenta que a necropolítica é algo que não se limita às circunstâncias do colonialismo e do apartheid.

> O *negro*, no contexto neoliberal, torna-se mais do que um significante relacionado a um conjunto de características físicas, mas uma categoria subalterna da humanidade. O negro não é mais o que Mbembe chama de "negro de superfície" (que se identifica pela

> aparência), mas o “negro de fundo” (MBEMBE, 2020, p. 196). Ser negro no neoliberalismo é pertencer a “essa parte supérflua e quase excedente de que o capital dificilmente precisará e que parece estar condensada ao zoneamento e à expulsão” (MBEMBE, 2020, p. 196). Esse devir negro no mundo, essa expansão global da condição negra coincide com a transformação do capitalismo em “uma forma de religião animista” e, por consequência, do ser humano em “homem-fluxo, digital, infiltrado de todos os lados pelos mais variados órgãos sintéticos e próteses artificiais” (MBEMBE, 2020, p. 196). O “negro de fundo” é o inimigo, é o *Outro* do neoliberalismo. É contra os perigos deste “negro de fundo”, essa personificação da humanidade decaída que se fará a unidade política e se instituirá o dispositivo militar e de segurança na sociedade da inimizade. (ALMEIDA, 2021, p. 8).

Para debater sobre a ideologia que culminou em polarizações políticas durante a pré-eleição presidencial no Brasil em 2018, reforça-se com a eleição de Jair Bolsonaro a propagação de discursos nada pacíficos, principalmente de uma determinada camada social, que se intitulava de classe média, cunhada de bolsonaristas cujo alvo do ódio eram as pessoas pobres. Assim como no meio social, o senso comum também reproduz a responsabilização individual das condições de vida da maioria de pessoas negras que vivem em favelas, em situação de rua e/ou que estão fora do mercado formal de trabalho. Além de críticas contundentes aos programas sociais, tais como o Programa Bolsa Família, aos beneficiários de políticas sociais, conquistas de governos anteriores e de esquerda. Reverbera o discurso da meritocracia, que se aprofundou com a hegemonia da ideologia neoliberal, tal qual o individualismo e a competitividade, entendendo que se uma ou outra pessoa negra se destaca na sociedade transforma-se em exemplo único, formando um coro que se aquela pessoa conseguiu vencer, as demais também conseguem ou conseguirão, “basta querer”.

Contraditoriamente, não desperta nas pessoas o interesse ou o questionamento sobre a explicação e/ou origem das desigualdades raciais, sobre como, há séculos, a população branca é detentora de vantagens, privilégios, sobre a manifestação nítida de racismo que culpabiliza o indivíduo e as vantagens do racismo para o sistema capitalista no Brasil. Contudo, esse desinteresse se fundamenta a partir do que Bento (2002) conceitua em sua tese de doutoramento como o pacto narcísico da branquitude. Entendida como um lugar “confortável” para manutenção de benefícios que a autora nos diz em sua pesquisa que se evita questionar e assim o grupo branco se fortalece.

Sobre o privilégio branco sejam para os ricos ou pobres, a autora Maria Aparecida Silva Bento (2002) diz que não há interesse por parte dos brancos em

debater a questão de raça e muito menos sobre privilégios. Entende-se e naturaliza-se que a questão racial é uma questão única e exclusiva do negro, alvo das violências e degradações ocorridas desde a época da escravização, que ainda carrega as consequências deste infeliz fato histórico. Percebe-se assim que existe um pacto entre os brancos, um pacto de silencio e que, por outro lado, reforça a construção negativa sobre o negro no imaginário social de todas as pessoas. A autora em seus estudos mostra como fica bem alinhado o entendimento de que na História do Brasil, os brancos sobre os negros tiveram um saldo social e economicamente positivo como herança.

> Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.
> Em meu trabalho nos últimos catorze anos, o primeiro e mais importante aspecto que chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades é o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. (BENTO**,** 2002, p. 2-3).

Ainda sobre a ideologia racista, há cerca de pouco tempo atrás, 2019 a 2022, é importante trazer como um dos inúmeros fatos e maus exemplos, durante o *Des*Governo Bolsonaro, do quanto a ideologia racista foi reforçada, a partir da figura execrável, à época, do representante da Fundação Cultural Palmares, Sergio Camargo. Apesar de representar uma Instituição, que tem como objetivo promover a manutenção dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, este senhor não representou o povo negro, tampouco a cultura antirracista. O referido vinculava racismo a vitimismo e a infeliz expressão “mi-mi-mi” ecoou muitas vezes durante esse Governo, por parte dos adeptos do Bolsonarismo e de pessoas que se sentiam bem e livres para expor todos os tipos de preconceitos, discursos de ódio, com destaque para o racismo. Mais triste

ainda, ver pessoas negras sendo cooptadas por esses discursos e os reproduzindo no meio social. Sobre a Fundação Palmares, cabe ressaltar que:

> A Fundação Cultural Palmares, criada como órgão vinculado ao Ministério da Cultura em 1988, e resultado das reivindicações e denúncias do movimento negro por ocasião dos 100 anos da Abolição, em 1988, também pode ser considerada uma iniciativa importante que pavimentou o caminho das políticas de ações afirmativas no Brasil. A Fundação, quando criada, tinha objetivo de "promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos da influência negra na Formação da sociedade Brasileira" (**BRASIL, 1988**). Seu surgimento vem marcado com os ares de redemocratização na "Nova República" e teve como objetivo também a identificação e o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Sua atuação nos anos 1990 foi crescente e, nesse espaço, encontravam-se alguma interlocução e apoio a pautas dos movimentos sociais. (GOMES et al**,** 2021, p. 5).

A partir do conceito definido por Hall podemos associar a ideologia racista como a tradução/manutenção de um sistema de poder, de um conjunto de mecanismos que, orquestrados, numa sociedade capitalista, contribui para que o racismo seja perpetuado na sociedade brasileira. Através de diversos mecanismos, linguagens e Instituições, a ideologia racista perpassa há séculos pela vida e subjetividade de homens e mulheres, negros e negras.

Podemos citar vários exemplos que atravessam, historicamente, a população negra e como esta ideologia se mantém, por exemplo, como no caso da naturalização das diversas formas de violência às pessoas negras, tais como a precarização de direitos, negligência de serviços de saúde, naturalização de mortes de jovens de periferias, etc. Violência essa perpetrada desde as invasões dos países europeus/Metrópoles na América, África e Ásia, transformando as regiões dominadas em suas Colônias, subordinando-as a todo tipo de espoliação a suas riquezas naturais e violação aos povos classificados por estes como inferiores, destruição de sua cultura e humanidade cujo aspecto central reside na exploração e expropriação da população local, culminando na escravização, para gerar a acumulação de capital pelos setores capitalistas.

A ideologia racista tem grande influência e atinge também as pessoas negras, em suas subjetividades, utilizam-se por inúmeras razões do mecanismo da negação, tentam embranquecer, e reproduzem expressões racistas, tais como: cabelo duro, a coisa tá preta, cabelo ruim, livro preto, neguinho acha, neguinho diz, inveja branca, dentre outras aberrações intermináveis...

Munanga (2017) nos explica mais sobre essa questão da linguagem, sobre as pessoas se sentirem à vontade para rotularem pessoas negras e que até mesmo os negros se utilizam deste vocabulário, tratando-se como “negrão” ou “negona”, e acrescenta que há uma forma sutil e evasiva de se manifestar o racismo no Brasil, ao que ele denomina de racismo à brasileira.

Fanon (2008) em seu livro *Pele Negra Mascaras Brancas* traz um pouco de sua vivência e do ser negro com o racismo sentido na pele e de como são afetadas a subjetividade e a psique negra em diversos aspectos da vida social. Fala do sentimento de inferioridade, dos efeitos do colonialismo, através de uma análise psicológica ele discute com alguns autores para entender o racismo do ponto de vista do colonizador e do colonizado. Uma das partes mais marcantes do livro diz respeito à desumanização que o autor afirma sobre o negro, o complexo de inferioridade, a zona do não ser com experiências sobre opressão e de como os negros agem para se sentirem aceitos na sociedade, utilizam como subterfúgio a aproximação à identidade branca, negando as suas origens. Esse processo gera um impacto psicossocial na pessoa negra diante do seu ser:

> Que quer o homem? Que quer o homem negro?
> Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem.
> Há uma zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do beneficio de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. (FANON**,** 2008, p. 26).

Em outro trecho Fanon (2008) se encarrega de falar que o negro se despe de sua origem, de sua cultura para adotar os costumes da metrópole e que a linguagem o aproxima da civilização, do Ser. Destaca que o homem ao possuir a linguagem se transforma, traz em sua obra o exemplo de que o negro que fala francês, por exemplo, é reverenciado em sua comunidade, este se torna um “quase-branco”. Estes quando saem de suas origens para conhecer a metrópole, voltam como semideuses e são consagrados. No trecho abaixo Fanon informa que o colonizado deve abrir mão de sua cultura para se aproximar do mundo branco:

> Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

> Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. No Exercito colonial, e especialmente nos regimentos senegaleses de infantaria, os oficiais nativos são, antes de mais nada, interpretes. Servem para transmitir as ordens do senhor aos seus congêneres, desfrutando por isso de uma certa honorabilidade. (FANON**,** 2008, p. 34).

Clóvis Moura (1983) também corrobora ao falar de ideologia e apresenta uma abordagem que nos remete ao período escravista, quando detalha dados sobre o apagamento histórico e social do povo negro, de suas lutas e revoltas não mencionadas pela História do Brasil, tais quais a Revolta dos Alfaiates, a Revolta dos Malês, como insurgências organizadas de enfrentamento ao escravismo; os Quilombos como unidades de organização e participação política, dos representantes e líderes quilombolas. Ele diz que tal reconhecimento colocaria o negro, ex-escravizado, em uma centralidade que contrariava o interesse dos estudiosos de esvaziar sua humanidade, posto que a intenção era manter o apagamento dos corpos negros. Traz a teoria do branqueamento como mais um mecanismo que teve grande força ideológica, algo que o colonizador imprime na sociedade e o ser negro a internaliza. Ele diz que a teoria do branqueamento nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir de sua autoanálise.

> O colonizador luso estabeleceu, no Brasil, um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma *verbalizacão democrática.* Isto levou a que grandes segmentos negros, tendo introjetado esta ideologia do colonizador, procurasse passar por *brancos,* ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o *branco.* Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos. (MOURA, 1983, p.126)

O branqueamento é mais um mecanismo de rejeição ao ser negro, quando são utilizados aparatos para alcançar a aparência de uma pessoa branca, tais como o alisamento de cabelos. Os anúncios de vagas de empregos no transcorrer de boa parte do século XX, mencionando a exigência de boa aparência, reafirma a continuidade do racismo, pois a boa aparência que se requisita é de uma pessoa branca. Além disso, a forma como a História do povo negro é contada nos livros didáticos é invisibilizada por uma sociedade que explora, ratifica a forma que a ideologia se mantém ao longo do tempo. Moura (1983) nos remete a pensar em como

a Abolição da Escravidão é secundarizada em alguns estudos, sobre a reprodução das condições adversas a que a população negra foi submetida, nesse processo histórico.

> A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico. (MOURA, 1983, p.125)

A ideologia racista capta as mentes, atravessa gerações e se mantém historicamente, acompanhando as formações sociais, especialmente a brasileira, pautada na base de formação colonial. Ao que Hall descreve como o problema da ideologia: “Está relacionada principalmente com os conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social.” (HALL, 2003, p.267). Nesse sentido, entendemos a ideologia racista como uma ideologia das classes dominantes[3].

Almeida (2019) para falar de ideologia explica o modo como naturalizamos o racismo nos espaços sociais e como a mídia televisiva reforça esses lugares postos ao ser branco e ao ser negro. Fala do quão importante é desenvolver a percepção de como o negro está inserido na sociedade, do quão é importante “despertar” para as questões raciais, fazendo questionamentos sobre essa lógica que poderíamos compreender perversa, e afirma que há uma segregação não oficial entre negros e brancos. Alerta para o fato de que as explicações que eram dadas pela ciência/teorias racistas foram difundidas e, consequentemente, internalizadas pelo senso comum traduzindo se no racismo, legitimando, mesmo que inconscientemente, práticas estruturais racistas. Almeida (2019) diz que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais (2019, p.40). Entende que o racismo como uma ideologia que penetra na subjetividade de pessoas brancas e negras, legitima e naturaliza o fato de pessoas negras ocuparem a

[3]Stuart Hall, nessa mesma passagem, aponta que também existem as ideologias ligadas às classes trabalhadoras e aos grupos subalternizados. Por isso, entendemos as ideologias antirracistas como uma dessas ideologias.

maioria das profissões subalternizadas, trabalhos precarizados e não ocuparem a maioria das funções de prestígio socioeconômico.

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que brancos sempre têm personalidades complexas e são lideres natos, meticulosos e racionais em suas ações. (ALMEIDA, 2019, p.41)

Todo esse processo, como Munanga (2004) nos explica, se deu dentro um determinado processo histórico, desde o período da modernidade, com as primeiras elucubrações realizadas pelos europeus sobre a temática das raças. Para Munanga o conceito de raça em sua etimologia traduz se do italiano ao latim com um sentido de categorização. Agrega ao sentido dado pelas ciências naturais, sendo utilizado pela zoologia e botânica, como classificação de espécies animais e vegetais. Sendo assim, tais conceitos comparam a espécie humana aos animais e plantas. Além disso, ele entende que o conceito se modifica com o passar do tempo, histórica e semanticamente. Em seu texto, Munanga (2004) descreve como o conceito atravessou diversos contextos teóricos e como foi utilizado por diversos países. “Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que, por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na zoologia e na botânica para classificar as espécies animais e vegetais”. (MUNANGA, 2004, p.17)

Notamos que o autor diz que por trás deste conceito utilizado pela Biologia, denotam-se relações de poder entre raças que são incorporados pela subjetividade das pessoas, nas relações sociais. E acrescenta que tais conteúdos embasaram a prática de violências entre nações, guerras e invasões. Tais como o nazismo, as invasões ao Continente Africano, entre outros. “Podemos observar que o conceito de raça, tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. (MUNANGA, 2004, p.22)

Para falar de racismo traremos também a definição de Munanga (2004) que vamos utilizar como um dos pressupostos teóricos da nossa pesquisa e construção da dissertação, este nos diz que o termo em seu conceito e realidade já foi interpretado

por diversas formas, que devido à atribuição de uma variedade de conteúdos e significados, há, inclusive, uma falta de consenso até na busca de soluções contra o racismo. Para ele como uma ideologia essencialista o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções:

> Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre "raça" e "racismo", o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p.24)

O autor nos alerta sobre a variação dos conceitos que corroboram para a banalização e esvaziamento de significados e efeitos para o racismo que abre possibilidades de questionamentos por parte daqueles que desvalorizam o conceito. Não raro vermos algumas pessoas utilizarem o discurso de que tudo na atualidade é racismo, que racismo é vitimismo, conforme já destacado e reforçado pela ideologia racista bem incorporada em suas subjetividades.

Podemos citar como exemplo os usos e desculpas utilizadas pelos racistas ao dizer que o racismo é estrutural, parece-nos lugar comum atualmente, como no caso da cantora Wanessa[4], uma mulher branca, participante no Programa Big Brother Brasil, após desferir agressões físicas e verbais ao participante Davi, um rapaz negro, ao longo do Programa. Esta utilizou as redes sociais para justificar os atos de racismo explícito perpetrados por ela ao longo da edição de 2024; ela diz: "algumas de minhas

[4] https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/expulsa-por-agressao-a-trajetoria-vergonhosa-de-wanessa-camargo-no-bbb-24, nesta plataforma podemos entender como o caso foi conduzido pela produção do Programa, na edição de 2024. Acesso em 17 de junho de 2024.

falas e comportamentos dentro da casa do BBB em relação ao Davi se enquadram no racismo estrutural" e segue dizendo que quer se tornar antirracista.

Fica nítido o uso da desculpa com o emprego do termo "racismo estrutural" ao que o autor Dennis de Moraes (2021) reforça que é preciso analisar o uso do termo por uma perspectiva teórico-crítica, e que tal emprego torna-se banalizado à medida que, por exemplo, os "influencers digitais" e pessoas que atuam diretamente na mídia social cometem seus atos racistas e ganham alguns minutos de fama com o pedido de desculpas e com a utilização do termo de forma que a prática do racismo esteja atrelada a um descuido, algo individual e comportamental, quando em grande medida o racismo faz parte da lógica de hierarquizações, de pessoas, de seus costumes, de teorias, entre outras. Por isso, Dennis de Moraes denuncia essa forma equivocada de se conceber o racismo estrutural.

> Em outras palavras o que se quer expressar como racismo estrutural não passa de uma concepção *estruturalista* de racismo. A essencialização da raça como definidora dos comportamentos congela a-historicamente essa condição.
> A ideia de "racismo estrutural" nessa perspectiva é sedutora por dois motivos. Primeiro porque resolve o problema, fecha questão e pode ser explicada nessa gramaticalidade das narrativas das redes sociais em apenas 280 caracteres. Um bálsamo para os que aspiram ser *digital influencers* e serem celebridades midiáticas (a tal da galera da "lacração"), mas uma tragédia para qualquer debate intelectual mais sério. Segundo, porque gera uma zona de conforto construída nas bolhas sociais, essa nova forma de sociabilidade imposta pela sociedade midiatizada que faz com que manifestos e cartas de repúdio sejam socializados entre os próprios signatários. (MORAES, 2021, p.60)

Para Ianni (2004): "a questão racial parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo". Ele diz que ela persiste e se transforma, mas permanece no meio social, como parte das relações sociais e das forças que compõem essas relações. Acrescenta que ao acaso das situações ela se modifica ao que podemos inferir como conveniente dentro das formas de sociabilidade.

Para fazer uma conexão sobre o que Ianni nos diz acerca da questão racial na sociedade, de como ela persiste e se transforma, vale a seguinte reflexão: sobre a forma com que o corpo negro é tratado de forma irrelevante, descartável, invisível e inferior nesta sociedade. Quando naturalizamos nas ruas, corpos de crianças, mulheres, homens, jovens ou idosos sendo mortos ou alvos da crescente violência urbana ou convivendo em situações precárias de sobrevivência, como pedintes,

usuários de drogas ilícitas, assassinados à espera de reconhecimento, quando estão abandonados nos leitos de hospitais ou à espera de uma adoção em abrigos da cidade; quando lembramo-nos do caso Claudia Silva Ferreira[5], uma mulher negra que foi baleada e morta em 2014, em meio a um suposto confronto entre policiais e bandidos, numa comunidade da Zona Norte, do Rio de Janeiro, no Morro da Congonha, e teve seu corpo jogado dentro de uma caçamba de um carro da policia militar, por agentes da “Segurança Pública” do Estado e, posteriormente, arrastado após cair da caçamba do carro da polícia, numa via de grande movimento da cidade.

Tratada como nada, como lixo, como objeto de descarte, como qualquer coisa, menos com a dignidade que um “cidadão”, um ser humano merece. Algo que contraria o artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, que trata de um direito fundamental, onde se lê que: ”Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade...”. Contraditoriamente, esta Constituição ficou conhecida pelo seu avanço em matéria de garantia de direitos, como a “Constituição Cidadã”. Cabe refletir: cidadã para quem?

Outro caso emblemático e não menos importante, de repercussão internacional, por conta de sua magnitude e crueldade, foi o caso da vereadora assassinada em 2018 no Rio de Janeiro, junto com Anderson, seu motorista, substituto à época. Trata-se do caso Marielle Franco[6], vítima de misoginia e violência política. Uma mulher negra, militante, feminista, oriunda de favela, ex-vendedora ambulante, educadora infantil, onde recentemente, e, apenas no ano 2024, após muita cobrança da sociedade civil e da família, foi divulgado o envolvimento de autoridades, deputados, conselheiros de Órgãos Estatais, delegados e policiais no caso, como mentores, mandantes e executores dessa violência em sua forma mais cruel.

Podemos incluir também o caso de mais uma mulher jovem, negra, que estava grávida de 3 meses, Kathlen Romeu[7], morta aos 24 anos, também por agentes de segurança pública em 2021, numa favela do Complexo do Lins, bairro Lins de Vasconcelos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, policiais, que deveriam garantir a

---

[5] https://www.brasildefatorj.com.br/2024/03/22/caso-claudia-ferreira-mulher-foi-baleada-e-arrastada-por-viatura-mas-pms-foram-absolvidos, matéria publicada em 2024, 10 anos o fato, ocorrido em 2014, revelam as circunstâncias da morte de Claudia e a absolvição dos policiais envolvidos na ocorrência. Acesso em 17 de junho de 2024.

[6] https://www.intercept.com.br/2024/02/20/marielle-franco-quem-era-a-vereadora-e-quem-mandou-mata-la/; https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/caso-marielle-motivacao-para-crime-foi-a-regularizacao-de-lotes-clandestinos-no-rio-diz-pgr o caso Marielle ocorrido em 2018, ficará marcado na história política do Brasil. Acessos em 21 de junho de 2024

[7] https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-05/caso-kathlen-romeu-justica-do-rj-faz-audiencia-sobre-morte-de-jovem, acesso em 21 de junho de 2024.

segurança pública da sociedade. Entretanto não é o que acontece, infelizmente, circular perto desses agentes não nos dá garantias e nem sensação de segurança no Rio de Janeiro, acrescenta-se a isso a hipótese de adulteração da cena do crime, por estes agentes, o que constitui fraude processual e até o momento não se determina e finaliza o julgamento do caso. Percebe-se assim, que corpos de mulheres, negras, têm sido não ao acaso, alvos de violência e de reprodução do racismo nesta sociedade, além de todas as mazelas que as atravessam. Até quando? Até quando as mulheres negras serão os principais alvos da violência urbana, de gênero, e em suas diversas expressões, do descaso das autoridades e da invisibilidade social?

Nos processos de investigação dos casos de violência que envolveram as mulheres negras aqui citadas, que deveria ter pronta resposta à sociedade parece não ter tanta relevância quanto a outros casos que envolvem mulheres brancas ou outros indivíduos brancos, assim como a comoção social e visibilidade orquestradas pela mídia e imprensa, racistas. Citando como exemplo os médicos[8] que vieram à cidade do Rio de Janeiro participar de um Congresso e foram confundidos com milicianos sendo executados por traficantes, identificados como rivais, na orla da Barra da Tijuca, região da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Cabe mencionar que em menos de 24 horas foram encontrados os responsáveis pelo feito, ou seja, a sociedade já obteve resposta com uma incrível celeridade.

Ianni completa dizendo que a questão racial tal qual a história do mundo, “é um dos dilemas da modernidade” e que a sociedade burguesa ao impulsionar a individualização, a competição entre as pessoas, tende a formar personalidades autoritárias, psicóticas exercendo papeis fundamentais na forma como os indivíduos se relacionam entre si. Esses indivíduos seriam os racistas agindo em relação ao “outro”, aqui visto como diferente. Vejamos:

> A ideologia racial dos que discriminam, dos que mandam, os quais podem ser “brancos” ou outros, sintetiza e dinamiza a intolerância, a xenofobia, o etnocismo, o preconceito ou o racismo. É a ideologia racial que articula e desenvolve a gama de manifestações, signos, símbolos ou emblemas com os quais indivíduos e coletividades “explicam”, “justificam”, “racionalizam”, “naturalizam” ou “ideologizam” desigualdades, tensões e conflitos raciais. (IANNI, 2004, p.24)

Ele afirma que a ideologia racial é transmitida ao longo de gerações:

[8] https://www.metropoles.com/brasil/medicos-assassinados-quiosque-rj

> Sob vários aspectos, essa ideologia racial é transmitida por gerações e gerações, através dos meios de comunicação, da indústria cultural, envolvendo também sistema de ensino, instituições religiosas e partidos políticos; e tem sido, continuando a ser, um componente nuclear da cultura da modernidade burguesa. (IANNI, 2004, p.24-25)

Tomamos ainda como exemplo de como a ideologia racista permeia as Instituições, aqui nos referimos às Instituições de Ensino, quando observamos, em sua maioria, a não aplicação da Lei nº 10.639 de 2003, que versa sobre o ensino de História da África nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, que seguem realizando e propondo atividades ligadas apenas ao mês de novembro, o mês da Consciência Negra.

Da mesma forma e de grande relevância, podemos inferir a outras áreas do conhecimento, quando nos diversos cursos de graduação e de pós-graduação, por exemplo, da área de saúde coletiva, tais como: Medicina, Enfermagem, Farmácia, entre outros, não abordam temas como Racismo e/ou a questão racial em suas grades curriculares e ementas. Algo que suscita o seguinte questionamento: Como os profissionais de saúde terão propriedade para atuar nas Instituições de Saúde, em alguns aspectos e peculiaridades sobre a saúde da população negra, à medida que durante seus anos de estudos, não tiveram quaisquer teorias que abordasse o tema?

Podemos trazer o estudo realizado por Teixeira (2021) que faz uma crítica às principais Instituições públicas de Ensino de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Rio de Janeiro, e, após levantamento das ementas e currículos dos cursos voltados para profissionais de saúde nesta grande área, foi apurado que parte destas Instituições públicas de ensino, renomadas no cenário carioca, não apresentaram em suas ementas e/ou currículos a oferta de disciplinas que discutissem relações étnico-raciais e racismo. A autora fez um levantamento das ementas e disciplinas dos cursos por um período de 11 anos (de 2010 até 2020), e constatou que em um total de 2398 disciplinas analisadas, apenas 3,75% fizeram menção ao debate racial em suas propostas.

A autora diz que ao analisar a trajetória social de seus ancestrais, as disparidades, dificuldades vivenciadas por cidadãos negros, (pretos e pardos) e as inúmeras expressões do racismo percebidas cotidianamente em diferentes espaços sociais e acadêmicos denota que o racismo além de ser Estrutural é Institucional, posto que além das Instituições de Ensino, outros órgãos como o Poder Judiciário, Segurança Pública, Unidades de Saúde, dentre outras, nas esferas públicas e privadas, manifestam seu racismo de forma velada ou explícita em seu *modus operandi.* (Teixeira, 2021, p. 12).

Acrescenta e defende o debate racial nos espaços acadêmicos como fortalecimento da pauta e luta antirracista, conforme destacamos o trecho a seguir:

> É primordial incluir ações de educação, principalmente dentro de Cursos voltados para formação em Saúde Coletiva; criar disciplinas que reflitam sobre o tema e analisar a produção que se tem acerca do debate sobre o racismo, uma vez que os indicadores nos mostram como a população negra é e permanece sendo invisibilizada dentro do sistema de saúde. Podemos falar, por exemplo, sobre as condições de acesso, especialmente por ser o SUS (Sistema Único de Saúde) um sistema pautado na Lei 8.080/90, de acordo com o artigo 7º, inciso I, que preconiza a universalidade de acesso aos serviços de saúde, como um de seus princípios. (TEIXEIRA, 2021, p. 12).

Outro grande exemplo e temos muitos, nas diversas áreas de conhecimento, é quando nos deparamos com os índices de violência obstétrica e mortalidade materna. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, pode-se dizer que há uma negação ou invisibilização sobre o termo Violência Obstétrica, pois o debate suscita questionamentos sobre o tipo de cuidado que as Unidades e os profissionais de saúde estão ofertando às mulheres. Traz em seu cerne a atenção que a população tem ou deveria ter em matéria de saúde pública, que diverge e fere, nesses casos, os três princípios mais importantes preconizados pelo SUS: o da equidade, integralidade e da universalidade.

Compreende-se ainda que os responsáveis diretos por essa violência seriam os médicos e enfermeiros que lidam diretamente com a assistência, a ação prática de realizar/e ou induzir o parto, antes, durante e no puerpério. À medida que a medicina é, historicamente, uma profissão que está atrelada a uma classe social alta, majoritariamente branca, que no imaginário social, detém o saber e não deveria ser questionada por suas práticas. Desse modo, como a ideologia racista prevê e, bem sabemos, suscita outra reflexão: a branquitude erra?

Olhando por outro ângulo, pensemos: Quem são as mulheres atingidas por esta violência? Quais os corpos são deixados à espera nas recepções de hospitais e maternidades, à falta de anestésico, a mercê da vontade médica, ao atendimento por vezes *DES*humanizado?

Em artigo de Santana et al, publicado em 2023, pela Revista Ciência e Saúde Coletiva um grupo de pesquisadoras debatem e mostram em sua pesquisa a prática de violência obstétrica trazendo a reflexão o conceito de Racismo Obstétrico perpetrado contra mulheres negras em uma maternidade de Salvador, Bahia.

Podemos ver com esta pesquisa qualitativa a dimensão de como essas 25 mulheres negras percebem tais práticas em um dos momentos mais significativos e importantes de suas vidas, segundo relato de uma delas, que reconhece que o acolhimento não deveria ser tão traumático. Tal conceito cunhado pela pesquisadora estadunidense Dána-Ain Davis remete o racismo obstétrico à pratica médica, ou seja, para ela racismo obstétrico tem lugar na intersecção entre a violência obstétrica e o racismo médico (2023):

> Ela traz que, assim como a violência obstétrica é uma violência baseada no gênero, o racismo obstétrico é uma violência que se situa na interseção da violência obstétrica entre raça e gênero. Assim, o termo sugere que a violência institucional e a violência contra as mulheres se fundem ao racismo estrutural na saúde reprodutiva da mulher, além de colocar as mulheres negras e seus filhos em risco. Segundo Davis existem sete dimensões do racismo obstétrico: lapsos diagnósticos; negligência, descaso ou desrespeito; causar dor intencionalmente; coerção; cerimônias de degradação; abuso médico. Esta violação caracteriza situações em que pacientes obstétricas experimentam dominância reprodutiva por profissionais e equipe de saúde, agravada pela raça da paciente ou pela história de crenças raciais que influenciam o tratamento ou as decisões diagnósticas. No Brasil, cerca de 60% das mulheres que morrem por causas obstétricas, são negras. É importante observar que as mortes por causas obstétricas são, na sua maioria, possíveis de serem evitadas em 90% dos casos se as mulheres e pessoas gestantes tivessem um atendimento de saúde adequado. É de suma importância que o racismo nas instituições de saúde seja aniquilado, para possibilitar e garantir a equidade na saúde de mulheres negras e não negras no país. (SANTANA et al, 2023, p.2)

O mesmo artigo evidencia-se que 60% das mulheres que morrem por causas obstétricas no Brasil, são negras. Assim como apontado em artigo de Werneck, as autoras alegam que há uma ausência de literatura antirracista, de produção de conhecimento no que tange a assistência obstétrica, no cuidado digno, respeitoso e equânime (SANTANA et al, 2023, p.2).

Lembro-me da experiência de trabalho como Assistente Social, contratada por OS (Organização Social), na área da saúde em um Hospital de grande porte, de nível terciário que atendia a maioria da população na Baixada Fluminense. Naquela Unidade, inúmeras vezes, em quase todos os plantões nossa categoria era acionada pelas assistidas e suas famílias no Centro Obstétrico e na Maternidade. Para além da atuação com orientação social, acesso e garantia de direitos, nossa categoria era chamada para atender demandas que não eram de competência da categoria de Assistentes Sociais, por conta de conflitos e queixas recorrentes das mulheres, das

famílias, sobre os profissionais médicos e enfermeiros daquele setor. Sempre por falta de respeito, obstrução de acesso a acompanhantes, falta de informação médica, negligência, pendência de documentos, dentre outros. Algo que funcionava como um “pacto” entre os profissionais do setor e a Direção do Hospital que não se posicionava, posto que o desrespeito com as mulheres parturientes era diário.

Para a autora Jurema Werneck, mulher negra, médica, estudiosa sobre a saúde de mulheres negras, que corrobora com o debate sobre Racismo e Violência Obstétrica, em artigo publicado no ano de 2016, intitulado *Racismo institucional e saúde da população negra*, revela que os estudos sobre a saúde de mulheres negras não têm investimento por parte de pesquisadores, estudantes, profissionais de saúde e das Ciências da Saúde. A autora informa que a produção de conhecimento nesta área é inexpressiva e que tal constatação pode ter várias justificativas ou uma conjugação de elementos tais como o desinteresse, falta de estímulo ou barreiras de conselhos editoriais. Ela acredita que tais ausências referem-se a não consolidação da saúde da população negra e a saúde da mulher negra como campos temáticos de relevância nas Instituições de pesquisa e ausência de debate racial nestes espaços e os impactos provocados pelo racismo.

Voltando para a nossa temática, observemos o mercado de trabalho brasileiro, em suas nuances e disparidades. Qual a cor das pessoas desempregadas, qual a cor das pessoas subempregadas, que estão na informalidade, em sua maioria? Quem recebe os salários mais baixos do mercado? Quem compõe a juventude que não trabalha e não estuda? Temos vários elementos e indicadores de que à população negra em sua maioria, oriunda de um regime escravista, restou um mercado de trabalho com as piores colocações. Foram mais de 300 anos de um regime escravista e em maio de 2024, fizemos 136 anos de pós-abolição, mas que ainda nos prendem, enquanto população negra, às correntes de uma ideologia racista pungente.

1.2 – O racismo e a sociedade capitalista brasileira

Como pessoas negras sobreviventes nesta sociedade, vivenciamos rotineiramente as expressões do racismo em vários aspectos: exclusões, desigualdades sociais, falta de acesso e, em diversos atos, como olhares, linguagens, códigos sociais e institucionais que vem sendo mencionados, por varios autores, e, ao longo deste trabalho como práticas racistas. Tais práticas corroboradas por um sistema que oprime, explora e expropria a sociedade e, no caso do Brasil, onde temos

uma maioria de pessoas negras, representa o sistema capitalista dependente que estrutura as relações sociais e econômicas, embasadas pelo racismo.

A partir da leitura de Nancy Fraser (2024) entendemos que a autora faz afirmações acerca da opressão racial vivenciada cotidianamente por nós, pessoas negras. Ela afirma que o racismo sempre esteve presente no sistema capitalista porque eles estão profundamente imbricados, entrelaçados. Apesar de todos os avanços da modernidade, o racismo é parte das transformações oriundas desse Sistema.

A autora questiona ainda se esses entrelaçamentos surgiram por acaso, qual a natureza desses entrelaçamentos ou ainda se seria factível a existência de um capitalismo, sem racismo. Questões que nos fazem pensar em como e de que forma o racismo se reatualiza, enquanto um sistema de opressão. Ela cita alguns autores da chamada teoria crítica marxista que defendiam a tese do capitalismo atrelado ao racismo, contudo enfrentaram muitos embates diante de suas defesas, mesmo dentro do movimento marxista. E com o passar do tempo e a culminância das lutas antirracistas, novamente o debate ganha espaço no campo marxista. Fraser (2024) acredita que o racismo tem base estrutural que o entrelaça ao sistema capitalista.

> Ao contrário dos proponentes da contingência, que argumentam que o racismo não é necessário ao capitalismo, defendo que existe, sim, uma base estrutural para o entrelaçamento persistente do sistema com a opressão racial. Essa base reside, como vimos, na dependência que o sistema tem de dois processos analiticamente distintos, mas imbricados, na prática da acumulação de capital: a *exploração* e a *expropriação.* É a separação dessas duas "ex" e sua atribuição a duas populações diferentes que sustentam a opressão racial na sociedade capitalista. (FRASER, 2024, p. 57)

Fraser (2024) também cita Marx que em seu pioneirismo nos estudos sobre a relação de exploração do sistema capitalista, a relação capital X trabalho, onde os homens poderiam ser "livres" para vender a sua força de trabalho para os proprietários dos meios de produção. Marx enxerga o capitalismo pela lente da exploração. "O capitalismo, na visão de Marx, não é mera economia, centrado na exploração do trabalho livre pelo capital na produção de mercadorias". (2024, p. 61). Fraser (2024) alega ainda que Marx não citou a questão da raça, um critério fundamental para análise e abordagem sobre um sistema de exploração e de expropriação.

Para Inmanuel Wallerstein (1985) o capitalismo, historicamente, fez uso de todo um conjunto ideológico para manter e ampliar a sua acumulação de capital e cujo

racismo detém um papel fundamental na exploração da força de trabalho de acordo com o grupo étnico. Desta forma, o autor nos leva a compreensão de como este sistema foi ousado em suas estratégias através de sua cultura de acumulação de capital ao longo do tempo. Ele nos diz que um dos elementos chave para facilitar a acumulação de capital foi a criação da força de trabalho e, com ela, a etnização dos grupos sociais. Para ele: “os grupos étnicos são grupos consideráveis de pessoas, para os quais foram reservados certos papeis econômico-profissionais em relação a outros grupos semelhantes vivendo geograficamente próximos”. (WALLERSTEIN, 1985, p. 64). Ele sugere que no capitalismo histórico, há e sempre houve uma correlação entre racismo e papel econômico profissional em várias regiões espaço-temporais (WALLERSTEIN, 1985, p. 65), onde os grupos, à medida que os compreendemos como grupos étnicos têm em comum uma linguagem, religião, cultura, região e raça.

O autor acrescenta ainda que na economia mundo/ o racismo ocupa a etnização promoveu uma das três características mais importantes para o funcionamento dessa economia mundo: a hierarquização dos papeis econômico-profissionais como um dos pilares mais significativos do capitalismo histórico. Sobre o racismo, Wallerstein coloca que:

> O racismo era a forma como varios setores da força de trabalho na mesma estrutura econômica eram obrigados a se relacionar entre si. O racismo era a justificação ideológica para a hierarquização da força de trabalho e suas distribuições enormemente desiguais do rendimento. O que entendemos por racismo é aquele conjunto de asserções ideológicas combinado com aquele conjunto de práticas contínuas, que resultaram na manutenção, ao longo do tempo, de uma alta correlação entre etnicidade e alocação da força de trabalho. As asserções ideológicas davam-se sob a forma de alegações que supunham traços “culturais” genéticos e/ou de longa permanência de varios grupos, e eram de fato a causa principal da locação diferencial das posições nas estruturas econômicas. (WALLERSTEIN, 1985, p. 65)

A partir desta leitura podemos compreender, por exemplo, que estudos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como mostra a primeira edição de *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2019) e a Síntese de indicadores sociais (2021)* apresentam dados de pessoas negras (pessoas pretas e pardas) e indígenas com acesso desigual a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar (como saúde, educação, moradia, trabalho, renda, etc.), enquanto muitos desses acessos são assegurados em direitos, pela Constituição Federal do Brasil, de

1988, e por leis. (Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2022, p. 1).

Inmanuel Wallerstein (1985) aponta que muitas de suas ideias sobre o sistema mundo e a relação entre capitalismo e racismo foram influenciadas pelo pensamento de Oliver Cox. Esse intelectual negro nascido em Trinidad e Tobago, em 1901, defendeu que o racismo era funcional ao capitalismo nos mais diferentes aspectos sendo uma peça central na formação do capitalismo como um sistema mundo. (COX, 2024, p.78). Para Cox, o racismo inicia-se a partir da conquista da América, é algo que começa na Modernidade, tendo a partir do Tratado de Tordesilhas (1494), o marco histórico e exploratório do sistema imperialista global, de duas nações, Portugal e Espanha, sobre outras, sobretudo localizadas na América Latina.

Corrobora-se ainda a ideia de que para reforçar o racismo era necessário internalizá-lo, agir na subjetividade das pessoas, assim também nasce a crença nas diferentes raças humanas, de forma hierarquizada, colocando e mantendo a supremacia da raça branca, desumanizando as demais.

> Em suma, o racismo é uma estrutura inventada pelo sistema capitalista que implanta preconceitos sobre a cor e a cultura de certos povos para organizar e justificar sua exploração. Cox considera que esses preconceitos fisiológicos, étnicos e linguísticos foram escolhidos por sua funcionalidade no momento de distinguir distintas classes de trabalhadores, uns mais exploráveis que outros. Dessa forma o racismo é funcional dentro do sistema capitalista porque justifica a maior exploração de certos grupos e porque introduz no seio da classe operária competição e desunião. (COX, 2024, p. 82-83).

No Brasil, o racismo enquanto relação de poder é um sistema que perpetua nas mentes colonizadas e nas práticas institucionais, forjados por uma sociedade escravista, base de uma sociedade capitalista dependente. Segundo Clóvis Moura (1983), os negros não foram reconhecidos por suas lutas, por suas organizações. Contraditoriamente, foram deixados de lado no pós-abolição e, coube à classe dominante da época pensar estrategicamente na substituição da mão-de-obra negra. Ele acrescenta ainda que após este período colonial, no Brasil surge um modelo capitalista dependente onde os grandes senhores de escravos são, inclusive, os latifundiários do país. “... as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista”. (MOURA, 1983, p.134)

Para Souza (2021), o racismo se transformou numa das estruturas da sociedade brasileira à medida que favorece e reforça processos de dominação na formação e desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, como no caso da mão de obra que surge no pós-abolição é aproveitada para estruturar o capitalismo brasileiro. Ele nos diz que o racismo opera em favor dessa sociedade capitalista como uma das características da estrutura colonial que se mantem na formação social brasileira, que junto à manutenção de outros aspectos desse período que embasam econômica e politicamente a construção social, objetiva e subjetivamente, colocando a população negra à margem no que diz respeito à mobilidade social. Verifica-se, desta forma que todos os privilégios e frutos dessa formação sócio-histórica serem direcionados a uma parcela da população branca, reconhecida como a classe burguesa dominante. O autor diz que não podemos homogeneizar o grupo racial branco, pois existem os brancos pobres que não são detentores de bens e capital, mas que ainda assim se beneficiam de privilégios destinados ao seu grupo racial.

No pós-abolição, em 1888, na passagem de mão de obra escravizada para a mão de obra “livre” no momento em que se inscreve o Segundo Projeto de Identidade Nacional, os intelectuais brasileiros seguem a teoria do determinismo racial, importado da Europa corroborando com a ideia de raça de base científica para comprovar a superioridade de pessoas brancas sobre as pessoas negras, a partir de seu fenótipo e capacidades intelectuais. Desse modo, percebe-se também a divisão de categorias de pessoas capazes (imigrantes europeus), de desenvolver o trabalho dando continuidade ao anteriormente realizado por pessoas negras, ex-escravas; e, de não capazes (população negra recém-liberta).

> Nessa conjuntura, uma parcela substancial da intelectualidade brasileira, seguindo a teoria do determinismo racial, importada da Europa, considerava haver evidências científicas suficientes que comprovavam a raça de um povo como fator imperativo para o progresso de uma nação, como também que a raça branca seria a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para a consecução desse processo. Sempre sustentando o caráter científico de suas teses, os teóricos do determinismo racial alegavam não haver dúvidas dos não brancos não apenas serem destituídos dos atributos necessários ao progresso nacional, como também constituírem um sério entrave para a implementação de qualquer projeto desse tipo, em decorrência de suas limitações intelectuais e morais. Os intelectuais brasileiros seguidores do determinismo racial passaram a pregar que o fato de a maioria esmagadora da população negra viver em cortiços, realizar trabalho braçal e se entregar a práticas antissociais como violência, prostituição, roubos e tara sexual, seria a comprovação científica do quanto a raça negra seria o principal entrave para o progresso do País. (SOUZA, 2021, p.205)

A consequência desse movimento de intelectuais é bastante nociva, pois nota-se que a presença do negro é reiteradamente repulsiva na sociedade que se forma, pelo exposto compreende-se que são vários os subterfúgios de suavização de tão escancarado racismo, eis a expressão nítida do racismo científico. A partir de então entra em cena mais um modus operandi de discriminação, com a teoria do branqueamento. Tal teoria abre portas para os imigrantes europeus em detrimento de uma massa de trabalhadores negros que estando à margem da sociedade, ocupariam um lugar de trabalho, porém seguem perpetuando se na pobreza e miséria, partindo do pressuposto de que a miscigenação e a chegada de pessoas brancas corporificariam futuramente uma sociedade branca, sem resquícios de um povo negro, que foi base de todas as riquezas produzidas enquanto nação.

O racismo científico justifica e reforça a ideia do conceito de raças, das ciências biológicas como determinação e hierarquização de pessoas e fortalece os interesses da então classe capitalista brasileira, que se pararmos para uma breve reflexão, transfiguram-se nos grandes empresários, banqueiros, classes de políticos e seus familiares, que se mantem historicamente nos postos de poder, espaços decisórios, nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em vários estados brasileiros, no Poder Judiciário, latifundiários, empresários do agronegócio, os detentores de grandes fortunas.

> Com a teoria do determinismo racial e a teoria do branqueamento, os preconceitos e discriminações que haviam na sociedade brasileira desde o período colonial foram refinados e aprofundados como sendo *cientificamente comprovados*, se materializando em práticas estruturais racistas que dificultavam a inserção do negro como cidadão e a superação das precárias condições materiais de existência da maioria da população negra, reafirmando na dinâmica social a representação social negativa da população negra, principalmente em cinco vieses: (i) intelectual, dotada de atributos voltados apenas para o trabalho braçal e subordinado; (ii) moral, tendência para ações antissociais e imorais; (iii) estético, traços fenótipos símbolos de pessoas destituídas de beleza; (iv) mau trabalhador, precisando ser forçado a realizar as atividades de trabalho; e (v) *naturalização* das precárias condições de vida da maioria da população negra, com a pobreza e a miséria sendo uma condição inata à raça negra. (SOUZA, 2021, p.205)

Quando nos remetemos ao pós-abolição, o autor Clóvis Moura em sua crítica ao abandono destinado à população negra fala que não podemos ver o problema do negro como um simples problema de classes; embora seja importante, ele diz que é muito mais complexo. (MOURA, 1983, p.125). Com elementos a serem explorados, os cientistas queriam apenas comprovar suas teses eurocentristas sem se aprofundarem

na base social escravista que durou mais de 400 anos no Brasil, como base do capitalismo dependente, modelo que veio substituir o escravismo colonial. Moura atribui a divisão social do trabalho praticada pelo Brasil Colônia que correspondeu à divisão racial do trabalho o fato de que à população negra estaria fadada a desempenhar as piores funções, as piores atividades laborais, àquilo que o branco não quisesse realizar por considerar inferior, desprezível, seria destinada à população negra. Ele acrescenta ainda que foi introjetado no negro essa ideologia da inferioridade, por conta da colonização e para atender aos interesses do colonizador. Cita ainda a teoria do branqueamento como mais um elemento que se destaca para desagregar as lutas do negro, para apagar sua memória histórica e étnica. A funcionalidade do branqueamento nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir de sua autoanálise (MOURA, 1983, p.126).

Moura cita ainda a democracia racial como mais elemento desarticulador da consciência do negro brasileiro:

> A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro. A sociedade competitiva que substituiu à escravista favoreceu essa ideologia e fez com que algumas organizações negras procurassem assimilar certas normas de comportamento brancas, para não serem perseguidas em face de uma eventual radicalização dos seus propósitos. Criou-se, assim, um pacto entre a ideologia do colonizador e a do colonizado. (MOURA, 1983, p.127).

Moura ressalta que o escravismo foi um elemento de entrave para o desenvolvimento do Brasil, cita ainda algumas das contradições da formação social brasileira posto que o negro recém liberto não compunha uma mão de obra qualificada para que o país se desenvolvesse, o que o mantinha ainda numa relação de subordinação e enfraquecimento de suas lutas. Ele conceitua a existência de uma "franja marginal" composta pela população negra que vai se submeter aos baixos salários, quando não desempregado ou subempregado, ou seja, na aparência "livre, liberto"; na essência, "preso e acorrentado" ao sistema capitalista brasileiro dependente que se desenhara.

> As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma

> economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que-ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat,* mas transcende a essas duas categorias. E uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco. (MOURA, 1983, p.133).

Sobre o racismo e o capitalismo brasileiros, Gonzalez (2018) corrobora com nossa pesquisa para que entendamos não só a situação da mulher negra, como também os fundamentos sócio-históricos desses conceitos, entendendo o racismo como uma construção ideológica e práticas que se perpetuam e que à população negra foram destinadas as piores colocações em matéria de mercado de trabalho, além disso, ela nos diz que há uma divisão racial e sexual do trabalho, coexistindo em momentos históricos um desenvolvimento dependente e desigual; para a mulher negra o trabalho não foi suavizado. E ela acrescenta: “Ora, à medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.” (GONZALEZ, 1981, p.42). A autora utiliza o termo massa marginal de desempregados para dizer acerca da exclusão da população negra do processo de desenvolvimento do país, tal qual ao exército industrial de reserva que ela afirma que é composto pela população negra.

Sua análise também enriquece nossa pesquisa quando ela analisa a história, à época do Golpe Militar de 1964, cuja ideologia da democracia racial será uma das bases da ditadura civil-militar, quando as práticas perpetradas pelo Estado brasileiro sobre a população negra ratificaram o preconceito, as discriminações e o racismo, tensionadas pelo período de “ordem” ao Estado, conduzido pelas mãos de militares. A autora nos faz compreender os impactos do capitalismo sobre a população negra de forma que a chamada “nova ordem” mantém o “velho racismo” como parte de seu funcionamento e a partir de práticas de repressão, com uso da violência e do

silenciamento de parte da sociedade civil. A ideia de uma nova ordem incluía mudanças nos aspectos políticos, econômicos e sociais, dentre outros. O milagre econômico que se colocava em pauta alijava grande parte da população negra dos postos de trabalho cabendo a esse segmento os piores salários, trabalhos de menor qualificação, como na construção civil, por exemplo, posto que transformar a economia do país e sustentar a industrialização e avanço das empresas multinacionais teria como pré-requisito, o ingresso de mão de obra qualificada, que favorece a classe média, em sua maioria, branca. As pequenas empresas foram desaparecendo, local de trabalho dos negros, as pequenas economias e propriedades rurais também deram lugar aos grandes latifundiários, que resultaram no inchaço das periferias das cidades, com o êxodo rural, aumentando o contingente de pessoas em moradias precarizadas e insalubres.

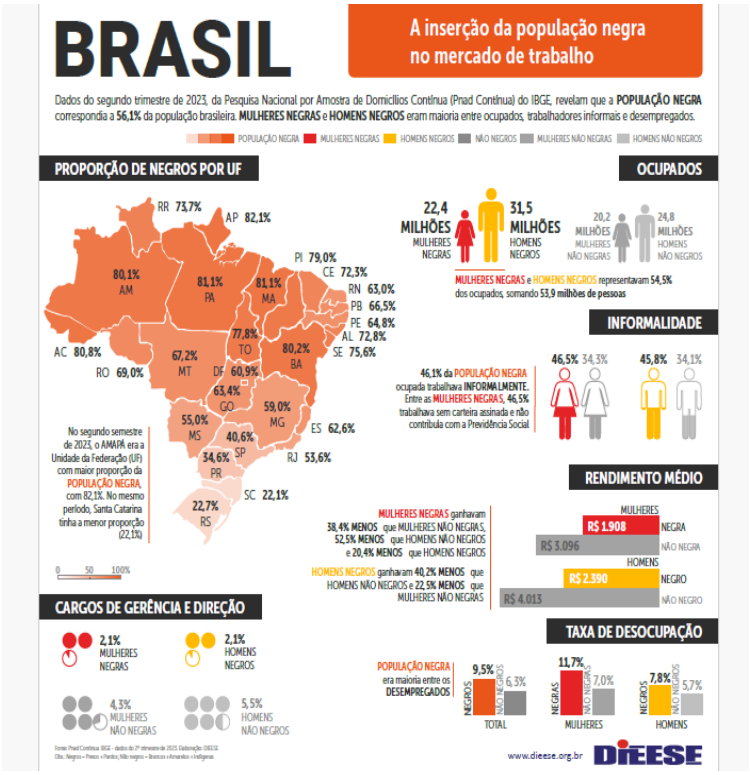
O capitalismo se beneficia do racismo à medida que mantém um grupo de pessoas, negras, em sua maioria, numa divisão racial do espaço, impedidas, em longo prazo, de se organizarem, de se unirem, sendo cooptadas pela lógica do sistema que as individualiza e amedronta com o uso da força policial, tornando-a descartável.

> Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo falando em ordem e segurança sociais. A partir daí o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão de obra mais barata possível. Isso porque a comunidade negra nada mais é do que mão de obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. (GONZALEZ, 2022, p.22-23)

Para Souza (2022), o racismo como uma força social, transformou-se de forma operacional ao capitalismo brasileiro, à medida que favorece a classe burguesa. Ele se baseia nos Projetos de identidade nacional para mostrar o quanto a intelectualidade brasileira seguia a teoria do determinismo racial, importada da Europa. O autor destaca que a teoria pressupunha que a raça era fator determinante para o progresso da nação, indicando a suposta superioridade da raça branca sobre a raça negra em termos intelectuais e morais. Aos brancos a boa índole e superioridade, aos negros a má índole, a inferioridade, os estigmas de prostituição, de tara sexual, libertinagem e preguiça para o trabalho. A teoria do determinismo racial apresenta um dilema para os estudiosos brasileiros posto que acreditava-se que todas as gerações miscigenadas com pessoas negras seriam degeneradas em termos morais, físicos e intelectuais. Mesmo assim, alguns intelectuais brasileiros, seguidores do determinismo racial, produziram a teoria do branqueamento, onde a meta era embranquecer física,

moral e intelectualmente e extinguir, com o passar do tempo, as pessoas negras do país, formando assim as condições ideais para o progresso do país. Para Souza (2022), a alternativa da teoria do branqueamento além do determinismo racial aprofunda o racismo como uma das estruturas sociais do país, reforçando como um dos fundamentos das relações sociais que vinham desde o período colonial.

Os dados abaixo denotam, em diversos aspectos, como a população negra, em pleno século XXI, ainda amarga as consequências de uma estrutura racista de sociedade capitalista e dependente. Podemos observar os dados retirados do boletim do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), intitulado A inserção da população negra no mercado de trabalho, referentes ao segundo trimestre de 2023, comprovam como o mercado de trabalho é um fator crucial de manutenção de desigualdades entre a população negra. A pesquisa além de mostrar que no Brasil, a população negra constitui 56,1% da população do país, alerta que em 2023, mulheres e homens negros ainda são maioria da população desempregada e/ou realizando trabalho informal. Os dados retirados a partir da PNAD-C, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua, do IBGE mostra que essa mesma população enquanto maioria do país apresenta indicadores como informalidade, rendimento médio, desemprego, cargos de gerência e direção, taxa de desocupação agregando a maior parte das pessoas nas estatísticas oficiais.



Tais dados expressam o quanto ainda esta sociedade precisa avançar em matéria de inclusão, combate ao racismo, investimento em cotas na educação, para acesso às instituições de ensino e concursos públicos, políticas públicas além do investimento na educação básica. Importa ressaltar que a burguesia, classe dominante em nosso país ainda colhe frutos do processo exploratório da escravização que combina entre outros fatores, racismo e capitalismo para a manutenção de seus lucros e da exploração das pessoas negras.

Conclusão

A partir desta introdução podemos inferir que a raça é um elemento que, historicamente, denota uma relação de poder. Ainda que não tenha base de sustentação de cunho biológico, promove hierarquias sociais, inferiorizando pessoas. E, a partir dela, surge o racismo como uma tecnologia que se aprimora continuamente e, de acordo com os contextos sociais, segue sendo utilizada para manutenção destas relações de violação de direitos, de violência para uns e de privilégios para outros. Ele se mantém e se reatualiza a partir da ideologia que permeia as subjetividades, e que por diversos mecanismos institucionais é propagada, tais como mídias sociais e televisivas, imprensa, discursos, cultura, instituições religiosas e de ensino.

O sistema capitalista também é um dos elementos que corrobora para que as classes que detêm os meios de produção ou as classes mais ricas permaneçam ocupando os postos de poder, de privilégio, que se separam daqueles que precisam vender sua força de trabalho para sua sobrevivência, ou seja, da classe trabalhadora. Classe capitalista esta que se mantém como a grande senhora não mais de escravos de um período colonial, mas segue sendo senhora de poder e manutenção dos mínimos sociais de uma classe que não conseguiu superar o racismo em suas diversas expressões. O sistema capitalista equilibra os pratos para a manutenção de uma classe produtiva, subalternizada e, por outro lado, para enriquecimento de outras, através de mecanismos já mencionados e com o aval do Estado.

É importante ressaltar que na relação entre capitalismo e racismo, a partir do olhar para as nuances do mercado de trabalho, entendendo o Brasil como uma nação capitalista dependente, de passado escravista, contribui a partir de sua formação sócio-histórica para entender as trajetórias de mulheres negras e como estas se mantem no universo de trabalho como ambulantes. As relações de poder que

envolvem a ocupação deste espaço das plataformas e dos trens, além das intersecções de raça, classe e gênero, permite-nos estabelecer uma reflexão necessária para o olhar e desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais sérias em matéria de investimento, de qualificação, de participação da mulher nas formulações dessas políticas e de luta por equidade de acesso ao mercado de trabalho, que se concretizem e sejam de fato, implementadas buscando romper com essa realidade que não a inclui, protege e pouco a incentiva.

2 – A mulher negra e o mundo do trabalho no sistema capitalista brasileiro

2.1 – Capitalismo dependente no Brasil e a mulher negra no mercado de trabalho

Para iniciar este capítulo farei uma reverência às minhas mais velhas: minha mãe, Wandevilma Mirandela Teixeira, matriarca de 4 filhos nascidos vivos e 5 gestações, uma mulher negra que trabalhou no período de sua infância como babá e trabalhadora doméstica onde passava a semana inteira na chamada “casa de família”, na região da Tijuca. Não finalizou o ensino fundamental, cursou até a 4ª série do ensino primário, nomenclatura utilizada, à época, aprendeu a bordar e a costurar. Após o casamento e após muitos anos de convívio, conseguiu enfrentar o machismo para poder trabalhar, garantir a alimentação e contribuir na criação de seus 4 filhos, não conseguiu aposentar-se em seu ofício de costureira, mas exerceu com maestria essa profissão.

Saúdo as avós materna e paterna Sras. Romana Mirandella e Idalina Teixeira, que, infelizmente, não tive o prazer de conhecê-las. Saúdo a tia Wanderly Mirandela, que segue vivendo do alto dos seus 80+, após trabalhar desde a infância como babá e trabalhadora doméstica por muitos anos, conseguindo chegar à aposentadoria como manicure... Vive, diverte-se, aquilombando-se nas Escolas de Samba: Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano e Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, ambas no Rio de Janeiro, aos fins de semana; saúdo as tias Wilma Maria Mirandela, Gracinda Maria Mirandela e Helenice Maria Mirandela, que não estão mais aqui, trago esta homenagem póstuma, para elas que também exerceram trabalho doméstico, não completaram seus estudos e que também não chegaram a se aposentar.

Agradeço a cada uma dessas mulheres que foram agregadoras e ensinaram valores a nossa família, agradeço pelos encontros possíveis, a todos os ensinamentos deixados e pelos ritos que ainda seguimos, foram essas mulheres que abdicaram de suas infâncias e estudos em prol da manutenção das famílias numerosas, em sua maioria, num período em que o país nada tinha a oferecer às filhas e filhos, netas e netos de ex-escravizados. Somente quem ouviu e ouve suas estórias de vida compreende que a Abolição foi um ato político com interesses do Governo Imperial, mas que efetivamente levou um tempo para que as pessoas negras pudessem alçar patamares distintos da vida precária e da realização de atividades devido ao pouco

investimento educacional que lhes fora destinados. Com poucas garantias e acessos à educação, por exemplo, a manutenção e exploração de corpos negros, continuaram servindo como chão de fábrica para o crescimento do país, principalmente as mulheres negras.

Se ontem as mulheres negras foram retiradas de suas origens, no Continente Africano, de suas famílias e de suas culturas, hoje há uma reatualização da exploração e do racismo onde algumas destas permanecem expropriadas de seu tempo, de sua cultura, de suas origens, de seus filhos, posto que são os seus corpos que continuam cuidando dos filhos da branquitude, muitas vezes atravessando a cidade, saindo de territórios da Região Metropolitana, Baixada Fluminense, Zonas Norte e Oeste realizando o trabalho doméstico nas casas das pessoas que compõem a classe média e alta, em circulação de longas distâncias em transportes precários e exercendo o trabalho de cuidado, em duplas e extenuantes jornadas.

Ao refletir sobre a história das minhas ancestrais em convergência com as análises e os escritos de Lélia Gonzalez quando fala da mulher negra em seu processo de participação no mercado de trabalho, podemos compreender as desigualdades que se perpetuam. A mulher negra tem ingresso e formas de acesso "diferenciadas" e excludentes neste mercado de trabalho à medida que, desde muito jovens, ainda crianças, começam a trabalhar nas ditas "casas de família", como algo naturalizado. Entendo como diferenciada porque para mulheres negras acessarem aos empregos formais no pós-abolição eram exigidas a chamada "boa aparência"; termo utilizado a partir do século XX, de cunho racista, como mais uma estratégia perversa e excludente de mulheres negras junto a alguns empregadores racistas e a própria naturalização de estigmas e preconceitos raciais.

> Em pesquisa que realizamos com mulheres negras de baixa renda (1983), muito poucas, dentre nossas entrevistadas, começaram a trabalhar já adultas. Migrantes na grande maioria (principalmente vindas de Minas Gerais, do Nordeste ou do interior de Estado do Rio de Janeiro), e muitas vezes já tendo "*trabalhado na roça*", entravam na força de trabalho por volta dos 8-9 anos de idade para "*ajudar em casa*". Desnecessário dizer que, nos centros urbanos, começavam a trabalhar *"em casa de família",* além de tentarem frequentar alguma escola. Pouquíssimas conseguiram *"fazer o primário"*. (GONZALEZ, 2018, p.272).

Lélia, que nos deixou um grande acervo sobre seus estudos acerca do feminismo negro, raça e classe, em diálogos com autores tais como: Cheikh Anta Diop e George G. M. James, faz uma denúncia em um de seus artigos, de que os autores

ocidentais beberam em fontes da Teologia negra de Mênfis e nada mencionaram acerca desses saberes. Segundo Lélia, não era interessante a divulgação das ideias desses autores e menciona Diop como um dos maiores sábios negros do século XX.

> O trabalho principal deste autor que citei – infelizmente o que a gente tem batalhado para tentar traduzir isso para o português... Porque, por uma razão muito simples, não interessa que haja divulgação das ideias dele, na medida em que elas derrubam uma série de mitos históricos construídos por um pensamento racista muito bem estruturado, pensamento racista que não está dando só "porrada" em "neguinho" no meio da rua não; nem está discriminando a gente no mercado de trabalho. Esses são os aspectos mais evidentes, mais concretos e, claro que, mais doídos, evidentemente, para nós. (GONZALEZ, 2018, p.346).

É possível estabelecer aqui algumas conexões sobre a mulher negra, o racismo e o mundo do trabalho apresentado por Lélia Gonzalez acerca de como o povo negro foi expropriado de seus saberes. Ela refere-se ao racismo epistêmico[9], nos adverte ainda que o racismo tem mil faces. "É o racismo que se estrutura nos mais diferentes níveis" (GONZALEZ, 2018, p.346). Acrescenta que o racismo em suas variadas faces se manifesta de diferentes formas e sutis, onde entra a ideologia ancorada no sistema capitalista, nas Instituições, Estado, Mídia, Política de Governo e partidária, meios de comunicação e nas Políticas Públicas que serão "entregues" à população.

> [...] o racismo se manifesta de formas mais sutis que se possa imaginar. E a forma mais sutil e perigosa é aquela que te passa uma ideia construída e pronta e que você aceita como verdadeira: nos livros que você estuda; sem falar na televisão; nas revistas; nos jornais, quer dizer, nos aparelhos ideológicos. Evidentemente que a gente está vendo que não estamos presentes. Só estamos presentes na medida em que somos apresentados como corpos, porque na sociedade brasileira o negro é visto como um corpo. (GONZALEZ, 2018, p.348).

Vale ressaltar que esta autora ao se referir à suposta existência de uma democracia racial traz a tona o fato de que tal mito, dentre outros fatores, se estabeleceu a partir da violência perpetrada sobre as mulheres negras, com a

[9] Em artigo publicado em 2016, Ramón Grosfoguel argumenta acerca do privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo.

violência de alguns casamentos inter-raciais, com a violência sexual praticada pelos senhores de engenho e mercadores do tráfico negreiro contra as mulheres negras.

> Como os casamentos inter-raciais ocorreram desde o início, dentro de poucos anos o sangue etíope difundiu-se pela nação, mas ficou notavelmente pronunciado no Sul e entre as classes baixas. A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os "casamentos inter-raciais" nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante. (senhores de engenho, traficantes de escravo etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito, que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. (GONZALEZ, 2020, p.50).

Acrescenta-se a isso a violência praticada pelas esposas dos senhores através dos castigos mais cruéis e mutilações devido ao ciúme dos corpos das mulheres negras. Lélia aponta que "o efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexiste em nosso país graças ao processo de miscigenação" (GONZALEZ, 2020 p.50).

O título desta dissertação traz em nome das mulheres negras o debate sobre trabalho informal, precarizado, desenvolvido sobre corpos invisíveis socialmente, de forma que, historicamente, as mulheres negras estão na base da pirâmide social, ou seja, abaixo dos homens brancos, mulheres brancas e dos homens negros. E que sua remuneração persiste desigual e inferior à dos demais membros desta sociedade. Em artigo publicado em 1982 ao jornal Mulherio, Ano II, Nº 7, Lélia denuncia que às mulheres negras o passado escravista ainda pesa, pois estas seguem escondidas nas cozinhas e nos serviços domésticos, para os trabalhos onde precisam lidar com o público, há a exigência da "boa aparência" que significa nada mais que racismo velado, racismo escamoteado para justificar a contratação de mulheres brancas. Ela traz dados que diferenciam o lugar da mulher negra na força de trabalho, postos que ocupa e ausência de trabalho com garantias e direitos trabalhistas.

> Já no nº 3, do Mulherio, apresentamos uma série de dados relativos ao lugar da mulher negra na força de trabalho. Ali, a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou subsetores de menos prestígio e pior remuneração; e 60% dessas trabalhadoras não tem carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual). (GONZALEZ, 2018, p.127-128).

Ao fazer uma abordagem acerca do capitalismo dependente no Brasil recorremos aos escritos de Miriam Limoeiro, autora que estuda o conceito trabalhado por Florestan Fernandes. Para a autora, Fernandes é um autor importante das Ciências Sociais, que nos alerta que a burguesia brasileira, no âmbito da formação do capitalismo dependente no Brasil, sempre aceitou passivamente o papel de subordinação às grandes nações capitalistas, sendo submissa frente aos grandes centros hegemônicos. Acrescenta que ele ainda na década de 1970 já mencionara a importância da descolonização.

O conceito de capitalismo dependente forjado por Florestan Fernandes é pensado enquanto forma periférica e dependente do capitalismo monopolista, em que mesmo havendo o Imperialismo há uma articulação entre a grande burguesia brasileira com a grande burguesia estrangeira, de forma que as duas possam gerar sua reprodução e ampliação de sua acumulação de capital.

> Amparado nessas concepções, Florestan não atribui a dependência exclusivamente à dominação externa. Pensa que o capitalismo possui a sua própria lógica econômica, que consiste exatamente na articulação entre os mecanismos “de fora para dentro” (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e “de dentro para fora” (da periferia para os centros hegemônicos). Quanto a esses dois fatores, o externo e o interno, diz que “um não se fortalece sem ou contra o outro” (CSAL, 54). As burguesias locais tomam parte importante nessa articulação. É por meio delas que a articulação se realiza. Por isso Florestan as identifica como parceiras das burguesias hegemônicas. (CARDOSO, 1996, p.2-3).

Nesse processo de acumulação dual, acumulação de capital por parte do capital nacional e do capital estrangeiro, Florestan nos leva a pensar sobre como as relações de trabalho por exemplo, são relações que se perpetuam como relações de dominação, exploração, expropriação e exclusão de uma classe sobre a outra, mais especificamente sobre a classe trabalhadora e os grupos sociais subalternizados. A exemplo pensemos na situação das trabalhadoras domésticas, no quanto é funcional pensar que as legislações sobre direitos trabalhistas para categorias como esta, que é uma categoria que exerce um tipo de trabalho extenuante desde a formação social do Brasil, mas que apenas em 2015 surge uma Lei Complementar (Lei Complementar nº 150/2015) para garantir direitos previdenciários, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), seguro desemprego, salário-família, adicional noturno, férias, aviso prévio, entre outros. Temos aí um dos inúmeros exemplos que podem ser citados como relações de dominação que se conjugam, posto que a burguesia interna superexplora

a mão de obra de mulheres, em sua maioria, negras e periféricas, para que esta burguesia se mantenha produzindo para a economia e política externa.

> Ao capitalismo dependente não basta reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao capitalismo. Esta forma específica de capitalismo, para ser capaz de suprir por expropriação a burguesia local e a burguesia hegemônica, produz sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas.
> Como funciona este processo? Há direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias dependentes pelas economias hegemônicas. A produção dependente é, pois, satelitizada, mas essa produção, sob o capitalismo, não compreende um todo socialmente homogêneo, é claro. A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente super exploram e, conseqüentemente, super dominam a massa da população — população trabalhadora e população excluída — para garantir seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas. (CARDOSO, 1996, p.3).

Dessa forma, a burguesia mantém seus privilégios, à medida que a sobreapropriação e sobreexploração são partes constituintes do sistema capitalista dependente que explora e se apropria das classes mais vulneráveis, dos excluídos, daqueles que têm um nível de vida diferente e desigual, onde a ausência de direitos ocorre fora dos setores sociais dominantes. Como Cardoso, 1996, p.5 descreve: “uma burguesia que reconhece os direitos apenas para si e para as burguesias às quais está subordinada”.

2.2 – O trabalho precarizado e informal no capitalismo brasileiro e a inserção da mulher negra nesse processo

Para falar sobre a mulher negra no mercado de trabalho nos reportaremos mais uma vez aos estudos de Lélia Gonzalez que corrobora com nossas reflexões de como a história e formação social brasileira recrudesce o lugar da subalternidade destinado para mulheres negras. Podemos trazer em dados o pouco avanço em relação aos lugares e postos ocupados por mulheres negras ao longo dos anos e comprovar que tal ocupação caminha a passos lentos. Lélia nos traz à memória o passado da escravização e compara os postos outrora ocupados pelas mulheres negras, aos postos de trabalho da atualidade. Pode se dizer que há um tempo presente, revestido de passado.

> Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da *"escrava do eito"* de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da *"mucama"* de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da *"joaninha"*, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e *"escrava de ganho"* de ontem. (GONZALEZ, 2018, p.128).

A partir dos anos 1990, verificamos de forma acentuada a chegada do neoliberalismo no Brasil, tendo início os Governos de Fernando Collor de Melo, no período de 15 de outubro de 1990 até 02 de outubro de 1992, quando a população vai às ruas, clamando por um impedimento/ impeachment. Neste momento de efervescência política, quem assume o cargo é o vice-presidente Itamar Franco, neste mesmo período foi implementado o Plano Real, um plano econômico que foi criado com objetivo de lançar uma nova moeda, o real, que teve como uma das finalidades controlar a inflação. Após esse período, Fernando Henrique Cardoso, cumpriu dois mandatos eletivos na Presidência da República, quando se acentuaram algumas mudanças com a chamada reestruturação produtiva, que afetou diretamente a classe trabalhadora e trouxe diversas consequências para os setores econômicos no país, além de desmontes de políticas públicas, flexibilização, retração do Estado, privatização, maior exploração da força de trabalho, dentre outros.

Citaremos ainda como elementos desta exploração a terceirização de mão de obra, a informalidade, e a precarização das condições de vida e da reprodução social da classe trabalhadora, elementos que afetam as condições de vida e de sobrevivência das pessoas, sobretudo aquelas que compõem a classe trabalhadora no capitalismo dependente do Brasil.

Antunes (2018) fala sobre uma nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil e acerca do capitalismo contemporâneo que vem sofrendo inúmeras alterações principalmente a partir dos ditames neoliberais. Ele alega que a partir de tantas transformações nos países do Sul, a partir da década de 1980, faz se necessário uma compreensão efetiva da classe trabalhadora. Refere-se à precariedade do trabalho em vários países e cita a transversalidade entre classe, gênero, etnia e geração para falar dos abusos e vilipêndios da exploração de trabalhadores, de forma global. Acrescenta que "o mundo do trabalho feminino nos é apresentado em seu modo afetivo, delicado, qualificado, explosivo, forte, indignado. As opressões vão uma a uma, sendo enfileiradas: demissões, humilhações, condições sub-humanas, resistências, tanto individuais quanto coletivas". (ANTUNES, 2018, p. 21).

> Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantem empregados presenciam a corrosão de seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizados, "flexível", depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantém trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 25).

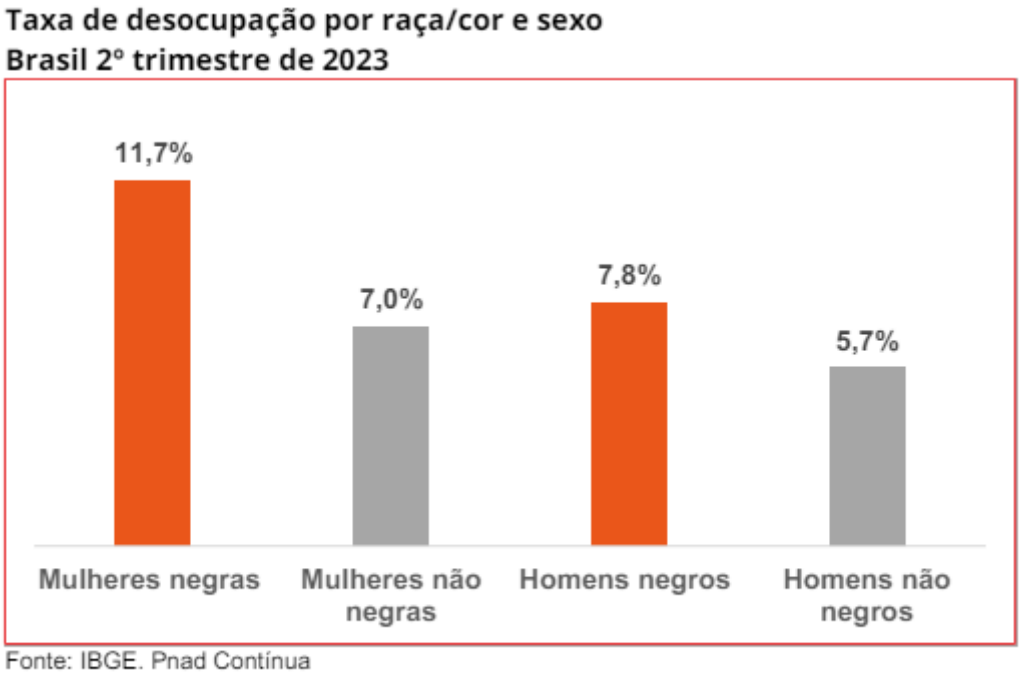
Importante ressaltar que Antunes (2018), argumenta e corrobora com nossa pesquisa, pois agrega elementos importantes acerca do debate sobre trabalho, ele nos leva à reflexão sobre as contradições existentes no mundo do trabalho, sobre o presente, passado e futuro do trabalho, ainda que de forma global, mas que nos faz pensar sobre como o passado histórico e a formação social do país afetou a população negra, o presente como lugar em que estão inseridos, com poucos avanços, sobretudo, e o futuro especificamente dessas mulheres negras que vivem na informalidade. Para ele, a informalidade é parte constitutiva da criação de riqueza. E quando ele discorre sobre esta nova morfologia do trabalho, compreende-se que abrange os mais distintos modos de ser da informalidade, "ampliando o universo do trabalho invisibilizado". (ANTUNES, 2018, p. 67).

> Um primeiro modo de ser da informalidade está presente na figura dos trabalhadores informais tradicionais, "inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários".
> Nesse universo encontramos os trabalhadores menos "instáveis", que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços, de que são exemplos costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes de artigos de consumo imediato (como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal), camelôs, empregados domésticos, sapateiros e oficinas de reparos. (ANTUNES, 2018, p. 68).

Comparando a concepção colocada por Antunes (2018) sobre a nova morfologia do mundo do trabalho de que a informalidade, a precarização e o desemprego ampliam-se na base da pirâmide social do mundo do trabalho e analisando um boletim do DIEESE datado de novembro de 2023, verificamos que a

informalidade é maior entre a população negra e que os negros ocupam os piores postos de trabalho.

Gráfico 1



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Este gráfico1 foi retirado do Boletim do DIEESE 2023 – Especial - 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, página 4. Compreende-se a partir deste gráfico que as mulheres e homens negros, no segundo trimestre de 2023 atingiram as maiores taxas de desocupação, algo que já vimos falando ao longo do trabalho e que corrobora com as demais publicações do DIEESE. Desta forma, percebe-se que as mulheres ocupam índices mais elevados de desocupação por serem atravessadas pelas questões de discriminação de raça, classe e gênero e por terem mais dificuldades de serem inseridas neste mercado, tais como o trabalho do cuidado que falaremos adiante e da ausência de suporte para seus filhos, quando os têm, enquanto elas trabalham. De acordo ainda com este Boletim, apesar do pouco crescimento no mercado econômico ainda assim, o mercado de trabalho continua reproduzindo desigualdades sociais.

A autora Sueli Carneiro (2000), que é uma importante referência para estudos sobre raça, gênero e direitos humanos no Brasil, acrescenta que se faz necessária uma estratégia global, nas dimensões política, econômica e cultural, com vistas a alterar, efetivamente, as condições de vida das populações afro-brasileiras e que as

integrasse ao processo de desenvolvimento (CARNEIRO, 2000, p. 60). Ela acrescenta de maneira bastante assertiva de que há um matriarcado da miséria, expressão cunhada por um poeta negro e nordestino, Arnaldo Xavier, onde mulheres negras nas diversas regiões do Brasil alcançam as estatísticas que as reduz e precariza de forma incessante. A autora faz referência a uma asfixia social que tem como consequência alguns desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que repercutem e trazem danos à saúde mental e expectativa de vida das mulheres. E que o mercado de trabalho é o resultado concreto desta exclusão devido às disparidades salarias, ao subemprego, ao desemprego e etc.

Observando os dados do DIEESE é possível compreender o quanto a mulher negra foi alijada do mercado de trabalho, a partir de uma análise de dados publicados sobre o período da pandemia, do terceiro trimestre de 2019 e terceiro trimestre de 2021. Demonstra que à medida que a pandemia avança, o número de mulheres negras se retrai, no mercado de trabalho, um dado para refletirmos sobre qual é a carne mais barata do mercado. Isso nos remete ao passado pensando sobre o contexto histórico, sobre os corpos negros, sequestrados de África, desumanizados, escravizados, “liberados” e expostos ao mercado quando não fazia mais sentido e não geraria mais lucro para aquele momento; e ao novo modo de produção que se desenhava no pós-abolição.

O boletim publicado pelo DIEESE, em 2022, no mês de março, intitulado *Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro: Velhas Desigualdades e Mais Precarização*, a partir de levantamentos realizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - aponta para reflexões que devemos fazer sobre o impacto da pandemia sobre as mulheres, em termos de mercado de trabalho, situações dramáticas e já conhecidas de uma grande maioria de nós, pesquisadores, leitores, executores de políticas e sociedade em geral: que indicadores como aumento de desemprego, da informalidade, queda nos rendimentos de trabalhadoras e trabalhadores são dados que, somados ao período de pandemia, foram cruciais para o aumento das desigualdades sociais e que as mulheres foram duramente atingidas por essas circunstâncias, conforme mostra a tabela 2, abaixo, as informações foram desagregadas por raça/cor. Cabe a observância às condições de atividades: na força de trabalho (ocupadas e desempregadas) e fora da força de trabalho.

Tabela 2[10]

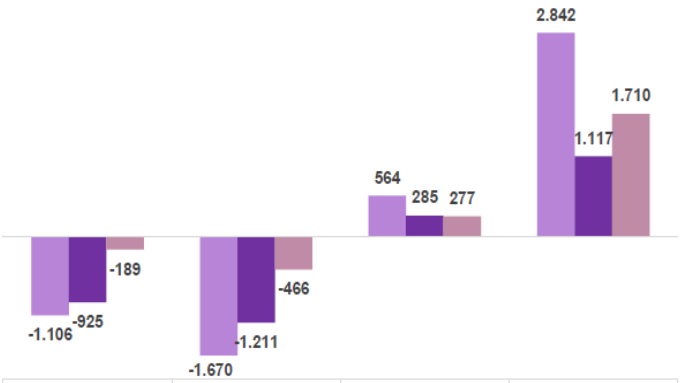
Total de mulheres em idade ativa (14 anos ou mais) por condição de atividade - Brasil – 3º trimestre de 2019 e 3º trimestre de 2021 (em 1.000 pessoas)

Condição de atividade	Mulheres no 3º trimestre de 2019			Mulheres no 3º trimestre de 2021		
	Total Mulheres	Negras	Não Negras	Total Mulheres	Negras	Não Negras
Na força de trabalho como	47.504	25.748	21.751	46.398	24.823	21.562
Ocupadas	40.696	21.353	19.338	39.026	20.142	18.872
Desempregadas	6.808	4.396	2.413	7.372	4.681	2.690
Fora da força de trabalho	39.553	22.380	17.170	42.395	23.497	18.880

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Elaboração: DIEESE
Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negros = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas

Gráfico 2

Diferença entre o total de mulheres em idade ativa por condição de atividade - Brasil – 3º trimestre de 2019 e 3º trimestre de 2021 (em 1.000 pessoas)



	Na força de trabalho	Ocupadas	Desocupadas	Fora da força de trabalho
Total Mulher	-1.106	-1.670	564	2.842
negras	-925	-1.211	285	1.117
não negras	-189	-466	277	1.710

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Elaboração: DIEESE
Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negros = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas

[10] Os dados são da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua) e apresentam a situação das mulheres em idade ativa, ou seja, de 14 anos ou mais, de acordo com a condição de atividade: na força de trabalho (ocupadas e desempregadas) e fora da força de trabalho. As informações foram desagregadas por cor ou raça, isto é, para mulheres negras e não negras. No terceiro trimestre de 2021, a força de trabalho feminina contava com 1.106 mil mulheres a menos do que no mesmo trimestre de 2019, ou seja, passou de 47.504 mil para 46.398 mil, o que significa que parcela expressiva de trabalhadoras saiu do mercado de trabalho durante a pandemia e ainda não havia retornado em 2021. A redução entre as negras na força de trabalho foi de 925 mil mulheres no período, número superior ao das não negras, correspondente a 189 mil. (DIEESE, 2022, p.1)

Os dados colocados pelo DIEESE publicados no Boletim Especial de março de 2022, páginas 2 e 3, mostram na Tabela 1 que no total de mulheres, as mulheres negras, são maioria das atingidas, como desempregadas e das que estão fora da força de trabalho, observados os dados do 3º trimestre de 2019, antes da pandemia e do 3º trimestre de 2021, dado que aumenta após a pandemia. Assim como no Gráfico 2 que mostra a redução de mulheres em idade ativa, ou seja, a partir de 14 anos de idade, no mercado de trabalho, que também denota um número superior e expressivo de mulheres negras que não retornam para o mercado de trabalho.

Cabe a reflexão sobre quais elementos corroboram para que as mulheres negras saiam do mercado de trabalho e como a pandemia foi um elemento que contribuiu para esse indicador. O que nos leva a refletir sobre o desempenho de trabalho do cuidado, cuidado doméstico, cuidado de idosos, crianças e pessoas acometidas por alguma doença na família, trabalho este naturalizado socialmente, conforme já informado em pesquisas de órgãos oficiais.

O Sistema capitalista em suas nuances traz à tona elementos que nos levam a pensar na formação social do Brasil, na falta de investimento em políticas sociais, no conjunto de mulheres que encontramos na informalidade, na dupla ou tripla jornada que as sobrecarrega e, como já apontado anteriormente, não podemos deixar de mencionar o trabalho doméstico e do cuidado, que comumente se sobrepõe às mulheres e que gera o debate sobre a economia do cuidado, que é o trabalho invisibilizado e não remunerado, exercido majoritariamente por mulheres. “No Brasil, em 2022, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos quase o dobro do tempo que os homens (21, 3 horas contra 11, 7 horas)” (IBGE, 2024).

Dessa forma, observamos a questão de gênero como uma construção de papéis sociais delimitados e que aponta não só a existência de uma desigualdade onde a mulher desempenha tal função de cuidadora da família, como também uma feminização do cuidado que naturaliza tal fenômeno. Para além deste debate, que não se esgota, trazemos mais um dado que se reafirma acerca da realidade da mulher negra, pois é ela quem mais exerce o trabalho do cuidado e afazeres domésticos desde os idos Brasil Colônia, da “mucama” a “mãe preta”, os dados estatísticos do IBGE mostram que tal realidade pouco mudou.

> O recorte por cor ou raça indica, por sua vez, que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado do que as mulheres brancas (1,6 horas a mais) enquanto

> para os homens a cor ou raça declarada não afetou a dedicação a essas atividades. Historicamente, esse padrão se repete, evidenciando a clivagem por gênero na realização das atividades de cuidados e/ou afazeres, porém a diferença por cor ou raça mostra a ampliação entre 2016 e 2022 (IBGE, 2024, p.2-3).

Gonzalez (2018) brilhantemente traz esse assunto quando discorre sobre a rotina da mulher negra, pobre, moradora de favela, que inicia seu dia com as tarefas de trabalho doméstico, todos os dias, começando de madrugada seu trabalho no cuidado do lar e dos filhos. Rotina que muitas mulheres ainda enfrentam em suas comunidades e por não terem rede de apoio local, familiar e/ou comunitário.

> Acordar cedinho todos os dias. Põe a lata na fila da bica, adianta o almoço, prepara o café, acorda as crianças, lava a roupa mais pesada e desce pra ir pro emprego. Antes, deixa as crianças na escola. Quando é preciso levar as crianças ao médico, acorda de madrugada. (GONZALEZ, 2018, p.32).

Esta é uma realidade de inúmeras mulheres inseridas nos mais diversos arranjos familiares e que conversa com muita frequência com o sucateamento do setor público, por exemplo, a precarização dos sistemas de saúde, com falta de médicos e limites para o atendimento, a baixa oferta de creches e a falta de vagas naquelas existentes e outros fatores que a afastam ainda mais da inserção segura da mulher no mercado de trabalho formal. Percebemos que por trás desse relato de uma mulher negra, está agregado um clamor, uma denúncia que vem do pós-abolição por políticas públicas e investimentos sociais necessários para uma camada da população desprovida de direitos básicos; acrescenta-se a isso a luta travada por todas as mulheres e, principalmente, pelas mulheres negras contra as opressões que são o machismo, o racismo e o sexismo que repercutem não só no mercado de trabalho, como também nos diversos âmbitos da vida em sociedade.

É possível compreender, enquanto assistente social, e fazendo a leitura desta realidade que está permeada por denúncias e ausências. Por outro lado, tais ausências fazem parte de uma engrenagem de um sistema que se mantém a partir da exclusão que coloca grande parte da população negra à margem de investimentos, acessos e direitos sociais e que tem a finalidade de lucrar delimitando as classes sociais.

Importante ressaltar que ao longo do tempo, houve alguma mudança no cenário das desigualdades sociais, mas não tão significativas para a vida de mulheres negras no que diz respeito à educação e sua colocação no mercado de trabalho. De acordo com Gonzalez (1981) o censo de 1950 informava que o nível de escolaridade

era muito baixo, no máximo chegavam ao 2º ano primário do antigo primeiro grau, hoje, ensino fundamental. E em termos de trabalho na região sudeste-sul, 90% estavam ligadas ao ramo de prestação de serviços pessoais.

A década de 1950 é um importante marco para o desenvolvimento econômico e industrial no Brasil sob o Governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, período de grande fomento à industrialização, onde o capitalismo se expressa de forma consoante à ideia de desenvolvimentismo.

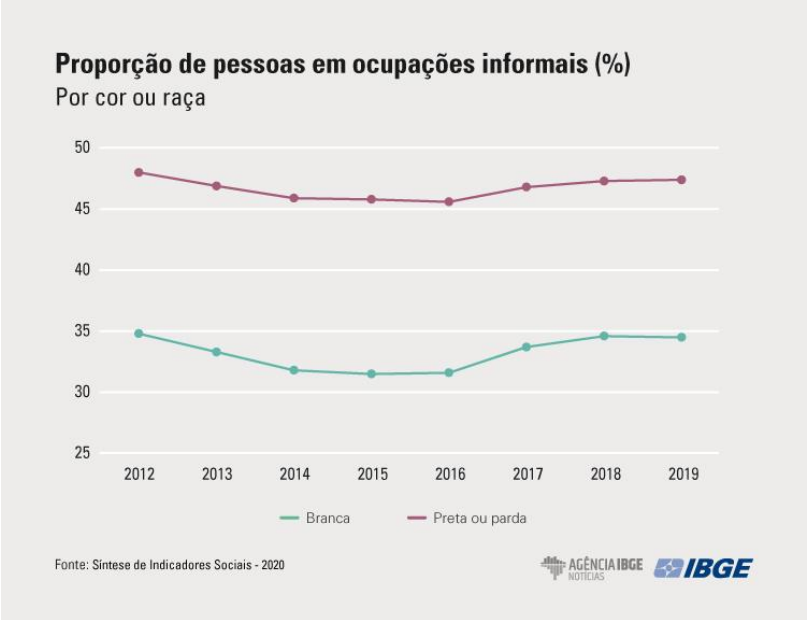
> No período que se estende de 1950 aos dias atuais, ocorreram o desenvolvimento e a modernização que ampliaram diferentes setores industriais, ao lado de uma crescente urbanização. Em face dessa ampliação, a indústria têxtil entrou num processo de decadência que resultou inclusive no fechamento de muitas fábricas. Com isso a mulher negra perdeu muito enquanto operária, apesar de tentar penetrar em outros setores como a indústria de alimentos ou de roupas, onde viria a ser grande maioria (aqui também o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou "morena" do que a negra).(GONZALEZ,1981, p.43)

Para os anos de 1960, o censo conservou o quesito cor e para o de 1970, foi excluído. Para o censo de 1980, este é reincluído como amostra, tendo como justificativa para essa exclusão, a dificuldade técnica. Ao que Gonzalez (1981) coloca como uma forma de mascarar dados sobre a população negra e de aparentar uma harmonia e igualdade racial. Enquanto o Brasil se desenvolve, para uma determinada classe, para a mulher negra surge a continuidade de prestação de serviços domésticos, pois esta segue cuidando da casa da mulher branca das classes média e alta e dos seus filhos. Enquanto a mulher branca ganha espaço no mercado de trabalho, à mulher negra, o papel da mucama é reatualizado.

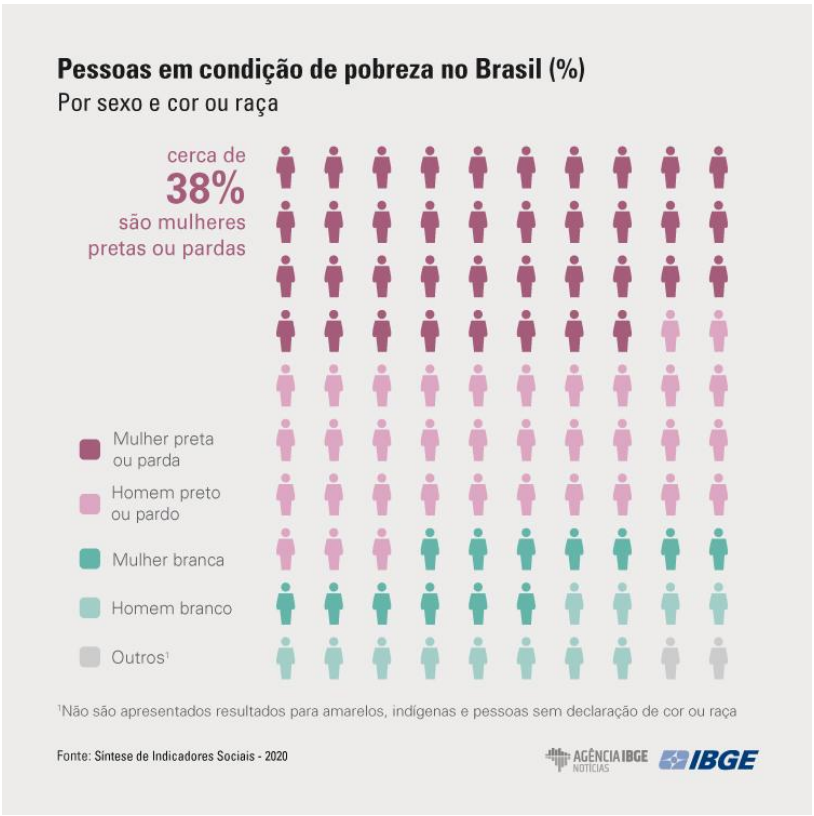
> Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. É tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (GONZALEZ, 1981, p.44-45).

Os dados apresentados abaixo, publicados em 2020, refletem informações acerca do mercado de trabalho brasileiro para mulheres, pelo site Agência IBGE Notícias, intitulada: "Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país". A Síntese mostra que a extrema pobreza no país cresceu 13,5%, passando de 5,8% da população, em 2012, para 6,5%, em 2019, segundo a linha internacional fixada pelo Banco Mundial em US$ 1,90 por dia em

termos de paridade de poder de compra (PPC). Já pela linha de US$ 5,50 PPC (pobreza), houve redução na proporção de pobres da ordem de 6,6%, caindo de 26,5% para 24,7% da população, nesse período.



Entre os que se declararam brancos, 3,4% eram extremamente pobres e 14,7% eram pobres, mas essas incidências mais que dobravam entre pretos e pardos. (Síntese de Indicadores Sociais, 2020).

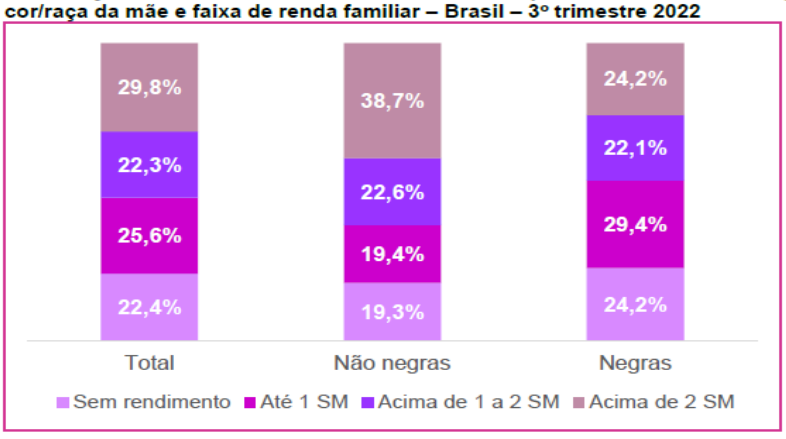


A participação ativa da mulher negra no mercado formal de trabalho nesta sociedade, em setores como educação, saúde, estrutura econômica, política, atividades produtivas e de acesso a recursos, são inferiores em relação à participação de mulheres brancas, posto que o racismo em sua lógica estrutural aparta mulheres negras dos espaços de decisão e de melhorias da sua condição de vida.

Assistindo a um episódio do Programa Fala Mulher da TV ALERJ, que debatia sobre a questão da mulher no mercado de trabalho brasileiro, foi divulgado o resultado de uma pesquisa sobre mães solos, no período de 10 anos, compreendido entre 2012 a 2022, pesquisa esta realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que diz que as mulheres negras são em sua maioria, mães solo. As debatedoras, uma socióloga, uma economista e uma representante da ONG Criola, elencaram alguns desafios colocados à sociedade que romantiza a maternidade e que contraditoriamente, não oferta suporte às mulheres quando estas decidem ter filhos. Que a falta de rede de apoio, a falta de creches são mais alguns elementos que contribuem para a saída ou não ingresso da mulher no mercado de trabalho. Que é necessária uma conscientização das Empresas/empregadores para ter um olhar sobre todas as questões que envolvem a maternidade e a inserção da mulher no mercado de trabalho. O que não nos falta são exemplos de como o racismo e as intersecções de gênero e classe operam e como opressões que criam sérios entraves para as mulheres negras saírem das condições mais inferiores na sociedade. Os boletins publicados pelo DIEESE, em 2022, comprovam ainda que as famílias chefiadas por mulheres, e por mulheres negras são as que possuem as menores rendas.

Gráfico 3

Distribuição das mulheres chefes de famílias monoparental e com filhos, segundo cor/raça da mãe e faixa de renda familiar – Brasil – 3º trimestre 2022



Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

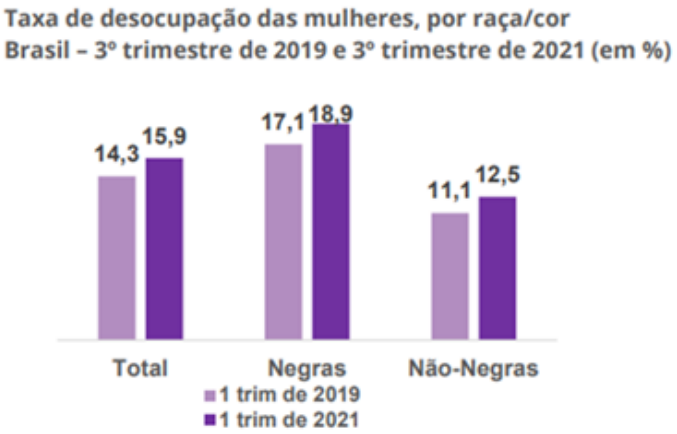
Este gráfico publicado em um Boletim do DIEESE de março de 2023, na página 12, representa os dados de rendimentos de mulheres no ano de 2022, denota assim as dificuldades das mulheres negras que totalizam as mulheres em maior percentagem e com os piores índices de rendimentos e que percebem até um salário-mínimo quando comparadas com as mulheres não negras. Cabe acrescentar um dado relevante que se refere às condições de acesso a bens e alimentos que coaduna com a taxa de insegurança alimentar que revela que são nos lares onde as mulheres são responsáveis/chefes que estão os maiores índices de insegurança alimentar no Rio de Janeiro, de acordo com pesquisa publicada pela UFRJ.

De acordo com o DIEESE:

> Em termos de rendimento, 22,4% das famílias monoparentais chefiadas por mulheres não tinham rendimento do trabalho; 25,6% ganhavam até 1 salário-mínimo; e 22,3%, entre 1 e 2 salários-mínimos. A proporção de famílias chefiadas por negras que ganhavam 1 salário-mínimo ou menos foi de 53,7%, enquanto ficou em 38,8% entre as lideradas por não negras, no 3º trimestre de 2022 (DIEESE, 2023. p.12).

Desta forma, verificamos que historicamente há indicadores sociais referentes à situação econômica que vulnerabiliza a vida das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras. E que geram consequências e ciclos que se repetem, no transcorrer do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, pois a renda insuficiente das mulheres precariza ainda mais as condições de manutenção de sua sobrevivência, de todos os seus entes, descendentes, familiares e filhos partícipes do núcleo e/ou dos diversos arranjos familiares. Muitas vezes as crianças e adolescentes abandonam a escola porque são impulsionados a ingressar de forma também precária e precocemente ao mercado de trabalho para compor a renda da família. Enfim, o estudo do nexo racismo e capitalismo, como também o papel das mulheres, em especial das mulheres negras nesse nexo, torna-se um componente teórico metodológico fundamental na nossa pesquisa.

Gráfico 4



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE.
Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negros = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas

Para entendermos as taxas de desocupação de mulheres, verificamos que para as mulheres negras existe uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Como mostra o gráfico 4 acima. Observamos que no mesmo período já citado, referente ao 1º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2021, antes e durante a pandemia, são novamente as mulheres negras que dão o tom da taxa de desocupação em 2019. Denotamos assim que o mercado de trabalho brasileiro que se retrai com a pandemia, torna-se mais excludente com a reforma trabalhista e gera uma nova categoria de trabalho por conta própria, as chamadas empreendedoras. Como citado no Boletim:

> Verificou-se o crescimento do número de mulheres trabalhadoras por conta própria, as chamadas empreendedoras, que, na verdade, são pessoas que lutam para sobreviver diante de uma realidade de precarização e incertezas. As únicas ocupações femininas que cresceram entre o terceiro trimestre de 2019 e o de 2021 foram as das trabalhadoras por conta própria: 9,4% para não negras e 2,9% para as negras. Já o percentual de negras com CNPJ aumentou 36,4% e o de não negras, 27,8%. O total de assalariados do sexo feminino diminuiu no período analisado (-4,7%), bem como o emprego das mulheres no setor público (-3,4%) (DIEESE, 2022, p.6).

Podemos retomar aqui o debate sobre a ideologia, mas desta vez, sobre o modus operandi da ideologia capitalista, que tem seus métodos para cooptar e arregimentar mentes, pessoas, discursos através das Instituições e organismos que a compõem. Há uma grande disseminação do discurso do Empreendedorismo como uma alternativa para a saída de crise financeira e a melhor opção para obtenção de renda. A grande mídia com seu aparato linguístico e imagético vende facilmente a

ideia de que empreender é o melhor caminho e a população se rende à ideia e a reproduz. Para essas pessoas não há garantias trabalhistas, não há garantias de direitos previdenciários, pois a meta é a reprodução de um ideal de que empreender é ser um microempresário. Sendo assim, entendemos como a ideologia é um grande instrumento do sistema capitalista que se transforma e reatualiza a fim de perpetuar no cenário econômico, político e social de precarização de vidas e existências.

2.3 – Os reflexos da opressão de raça, classe e gênero nas condições socioeconômicas das mulheres negras

O capitalismo dependente que se empreende no Brasil reforça, historicamente, as relações de opressão, com destaque nesta subseção, às violências de gênero, raça e classe. Tais opressões reatualizam-se como formas de dominação e expressões das questões sociais. A cada tempo histórico delimitado, desde o Brasil Colônia até a contemporaneidade, podemos compreender como as relações com base no patriarcado e violência racial se mantem de forma sistemática.

A principio, na chamada expansão marítima ou invasão perpetrada pela metrópole europeia ao Brasil, foram se delineando os abusos, expropriações e violências aos povos originários, tal qual as formas de capturação do povo de origem Africana em diáspora para realização da exploração do trabalho braçal nas Colônias. Todas as violências cometidas tiveram apoio da Igreja Católica que também de forma ideológica protegeu os invasores, a Corte Portuguesa e senhores de engenho a praticarem seus abusos e reforçaram que o povo negro, escravizado, era inferior, supostamente, merecedor de trabalho braçal, de castigos por “desobediência”, em “nome de Deus”.

Clóvis Moura nos traz reflexões importantes sobre a condução do trabalho forçado desde o colonialismo ao capitalismo, de forma arquitetada para a manutenção de privilégios e pactos de determinada classe social sobre outras, lidas como inferiores.

Para Lélia Gonzalez antes mesmo de se popularizar e ampliar o debate de gênero, tais opressões já eram reclamadas por mulheres negras diante do movimento negro e do movimento de mulheres no Rio de Janeiro, por exemplo. Lélia traz a tona em seus escritos sobre os varios embates que ocorreram no interior dos encontros do movimento negro e do movimento de mulheres que não lhes davam vozes e ouvidos acerca das peculiaridades e discriminações sentidas, vividas e sofridas por mulheres

negras na sociedade. Ela relata que dentro de tais movimentos, pautas importantes que eram levantadas como inserção da mulher negra no mercado de trabalho, dentre outros, eram consideradas, desimportantes, identitárias e emocionais. Uma parcela substancial da própria esquerda, entendida como os militantes dos partidos mais progressistas, não consideravam as colocações das mulheres negras.

Cabe ressaltar que o patriarcado de forma estrutural predomina na sociedade que surge após a invasão e colonização europeia na América Latina, Ásia, África e no Brasil, especificamente, desde os idos 1500 até a contemporaneidade, sempre se reatualizando em cada contexto histórico vivido por esta nação.

Para discutir acerca de gênero e as opressões interseccionais vamos dialogar com a autora Grada Kilomba (2019). Esta nos apresenta o conceito de Outridade em seu livro *Memorias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. Tal conceito reverbera como o lugar estabelecido, de estado psicológico e do lugar em que o sujeito negro é visto como o "outro", subordinado, numa relação de racismo cotidiano que se reatualiza entre colonizador e colonizado. O colonizador impõe ao negro as mazelas as quais ele recusa a reconhecer em si mesmo, como um mecanismo de defesa. Ao projetar sobre o "outro" o colonizador transfere e legitima sobre o negro aquilo que é visto como mal. A autora através da psicanálise utiliza de recursos da psique e embasa teoricamente seu livro com os estudos de Franz Fanon, autor que acrescenta que a vivência do mundo branco é violenta e traumatizante. O sujeito negro torna-se o "outro", o diferente, entretanto, tais percepções negativas fazem parte do imaginário branco sobre nós, pessoas negras.

Grada também utiliza a teoria de bell hooks para discorrer sobre os conceitos de "sujeito" e "objeto", como lugares delimitados para sujeitos na sociedade, enquanto agentes da própria identidade, realidade e de suas histórias; em contraponto o objeto seria a definição do ser por terceiros, pelo olhar do outro e, com isso, acrescenta ao debate a passagem de sujeito a objeto através da escrita, trazendo a escrita como um ato político. Grada diz em seu livro, fruto da sua tese de doutoramento, que há dois movimentos a serem feitos: um de se opor ao lugar de "Outridade" e o de reinvenção de nós mesmos. Ela traz à reflexão como fatos do passado colonial estão imbricados no presente, no século XXI, posto que o racismo se reinventa, fala como o silenciamento de nossas vozes continuam sendo requeridos, por exemplo, nos espaços acadêmicos, nos espaços políticos. Exemplifica o caso de Anastácia, ex-escravizada que foi amordaçada com uma máscara, silenciada, para que não comesse os alimentos colhidos, para que não vissem sua beleza estonteante, algo

que serviu para calar a voz dela. Ela alerta que a boca ao simbolizar a enunciação torna-se o alvo da repressão, do controle por parte dos brancos.

> Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse. Fantasia-se que o *sujeito negro* quer possuir algo que pertence ao senhor *branco*: os frutos, a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. Ela ou ele querem comê-los, devorá-los, desapropriando assim o senhor de seus bens. Embora a plantação e seus frutos, de fato, pertençam "moralmente" à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa que lê tal fato como roubo. "Estamos levando o que é Delas/es" torna-se "Elas /es estão tomando o que é Nosso. Estamos lidando aqui com um processo de *negação,* no qual o senhor seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o. É justamente esse momento – no qual o sujeito afirma algo sobre a/o "outra/o" que se recusa a reconhecer em si próprio – que caracteriza o mecanismo de defesa do ego (KILOMBA, 2019, p.34).

A máscara também nos leva a outro questionamento apresentando pela autora, sobre o silencio e o medo branco que está por trás do ato cruel de tapar a boca. O que teria o homem negro a dizer para o homem branco? Coisas desagradáveis que é "melhor" manter o distanciamento da consciência, a autora articula sua escrita à noção de "repressão" de Freud. Pensemos em outro elemento que se soma à reflexão sobre o uso da mascara, que é a questão da violência que ela simboliza. A violência sobre os corpos negros que de forma interseccional atingiu a uma mulher negra, Anastácia, tornando um símbolo do castigo perpetrado no período da escravização.

O termo interseccionalidade foi utilizado pela autora estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas no Brasil, a autora Lélia Gonzalez, já denunciava as opressões de raça, classe e sexo vivenciadas por mulheres negras, bem antes de Kimberlé Crenshaw apresentar esse conceito. Tal termo nos permite perceber que existem elementos associados a outras opressões que se cruzam e estruturam-se sobre a vida de determinados grupos, aqui tratamos da mulher negra, deixando-as em desvantagem. Questões como violência, racismo, desemprego, dentre outras, são decorrentes dessas combinações que estruturadas, culminam nas intersecções.

> A expressão interseccionalidade foi adotada primeiramente pela jurista afro-americana Kimberly Crenshaw, com enfoque, em especial, nas relações entre gênero e raça, no fim da década de 1980**.** Mas, antes disso, os sentidos dessa ideia já estavam presentes nos estudos sobre as relações entre gênero, raça e classe, que vinham sendo abordadas pelo movimento chamado Feminismo Negro (*Black Feminism*), que ganhou força nos Estados Unidos na década de

> 1970, em crítica ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo (HIRATA, 2014 apud Gomes, 2020, p.84).

Neste subitem ao tratarmos sobre as condições socioeconômicas das mulheres trazemos à reflexão o conceito de feminização da pobreza. De acordo com a pesquisa bibliográfica e com os estudos realizados sobre o tema, tal conceito, representa a ideia de que ao longo do tempo as mulheres estão se tornando mais pobres que o homem. Conforme o levantamento realizado para a construção deste trabalho tal conceito surge em 1978, utilizado pela estadunidense Diane Pearce, para ela, “a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família” (2004). Conceito bastante pautado no patriarcado que atrela a mulher à dependência e subserviência de um companheiro para manutenção de sua sobrevivência e dos filhos da relação. A estudiosa faz seu estudo sobre mulheres estadunidenses, onde apesar do racismo e contexto histórico distinto do nosso país, tais estudos revelam e fomentam novas pesquisas acerca do tema em, por exemplo, países em desenvolvimento, e que incluam outros indicadores, tais como: condições de saúde, consumo familiar, inserção de filhos na escola, dentre outros.

> Pearce (1978) analisa a condição econômica das mulheres chefes de família estadunidenses pobres e as políticas públicas existentes naquela época que as elegessem como público-alvo. Nas décadas seguintes, os estudos sobre feminização da pobreza/mulheres chefes de domicílio se estendem, com o estímulo e apoio de organismos internacionais, aos países da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia; com o objetivo de fundamentar e, principalmente, orientar as ações públicas, nos países em desenvolvimento, para a redução da pobreza. (NOVELLINO, 2004, p.3).

A autora não faz inferência ao sistema capitalista daquele país, entretanto no mesmo artigo ela cita outros estudos realizados por outras autoras, onde destaca que as políticas públicas desenvolvidas para mulheres nos Estados Unidos não terão a mesma relevância e parâmetros para as pesquisas realizadas em outros países como os que são categorizados como em desenvolvimento. Cita que nesses países pobreza e chefia feminina estão relacionadas. Ela faz um panorama que demonstra que à época dos estudos de Diana Pearce a feminização da pobreza tem como foco a renda; após isso se discute a transmissão da pobreza intergeracional, já nos anos 90, numa fase de neoliberalismo, outros elementos são agregados, pois a renda passa a ser insuficiente para a medida da pobreza das mulheres. Ela acrescenta que nesta fase

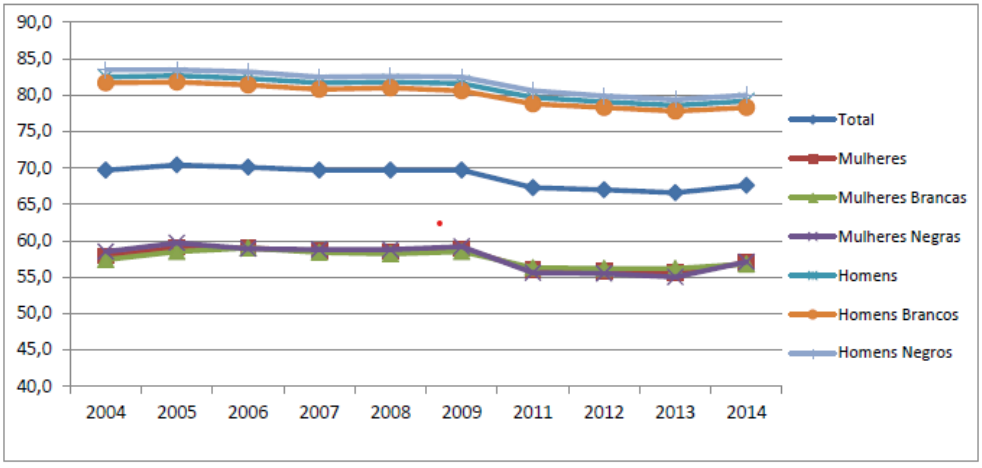
neoliberal surgem muitos “Programas governamentais de combate à pobreza dirigidos a pequenos grupos têm se tornado uma prática cada vez mais usual, como parte da política neoliberal de redução dos gastos públicos e implementada pela maior parte dos países em desenvolvimento. (2004:10).

No Brasil, em nota técnica intitulada Mulheres e trabalho: uma breve análise do período de 2004-2014, publicada em 2016 pelo IPEA, sobre o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o conceito de feminização do trabalho é tratado a partir do indicador taxa de atividade sobre a população economicamente ativa (PEA).

> A presença feminina no mercado de trabalho tem sido, tradicionalmente, medida por meio do indicador de taxa de atividade, que aponta a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que está disponível para o mercado de trabalho (ocupada ou procurando uma ocupação), ou seja, a proporção de pessoas economicamente ativas (PEA). É este o indicador utilizado para se falar a respeito de uma suposta feminização do trabalho ao longo das últimas décadas. (PINHEIRO et al, 2016, p.4).

No gráfico abaixo entendemos que: É possível perceber uma nítida separação entre as séries históricas de homens e de mulheres. Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividade da ordem de 80%, as mulheres de ambos os grupos raciais não alcançam 60%. Ou seja, de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis para uma ocupação no mercado de trabalho. Em 2014, estes números correspondiam a 26,8 milhões de inativas e 9,2 milhões de inativos (IPEA, 2016, p.5).

Gráfico 4
Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014



Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Contudo para a maioria das mulheres negras brasileiras, este termo é lugar comum à medida que os dados e estatísticas realizadas por nossos órgãos oficiais denotam o quanto a pobreza e as diferenças no mercado de trabalho, é parte integrante da vivência de mulheres, sobretudo negras, mães solos, responsáveis pela manutenção de seus filhos e familiares. Partindo do princípio de que algumas políticas públicas desenvolvidas em favor das mulheres não acompanham as desigualdades historicamente vivenciadas por elas.

> Os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina nos anos da crise da dívida externa, recaíram sobre as mulheres. Elas tiveram de se encarregar da geração de autoemprego e de submeter-se a condições de desigualdade no mercado de trabalho, onde sofriam discriminação salarial. Ao mesmo tempo, com as economias voltando-se para a exportação, a alimentação familiar – tradicionalmente a cargo das mulheres – converteu-se em uma tarefa cada vez mais complexa. Dessa maneira, as mulheres assumiram uma carga tripla. Apesar da suposição de que as mulheres agora eram “incluídas no desenvolvimento”, a modificação patriarcal dentro da família e no espaço público adotou outra forma, iniciando um novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, ancorado nas economias de subsistência. (BARRAGÁN et al, 2020, p.232).

É grave constatar a manutenção de mulheres em condições de pobreza, é relevante pensar a criação de políticas públicas que acompanhem o avanço das desigualdades sociais e econômicas, pensando a formação social do país e o parco investimento social desde a colonização. É urgente que esta seja uma pauta a ser debatida em diversos espaços sociais e em todas as instâncias governamentais, com devolutivas e apresentação de possíveis soluções que minimizem o avanço da pobreza, não obstante que a mulher está no cerne das opressões e que todas as opressões e violências sofridas afetam também a sua descendência.

O conceito de feminização da pobreza, partindo dos textos estudados, nos dá subsídios de que no Brasil a pobreza tem cor, a partir do olhar enquanto pesquisadora na área de relações étnico-raciais, o indicador recorte racial, deveria ter sido utilizado, entretanto não aparece de forma explícita nos textos estudados. Novamente pautaremos nos escritos de Lélia Gonzalez (2018) para corroborar com a crítica trazida pela autora ao feminismo branco e que se coaduna ao lugar ocupado pela mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais. Ela estabelece a relação que o racismo tem na dinâmica social e nas práticas sociais dos que se privilegiam dele. E,

não menos importante realiza a crítica a partir da ausência do debate da situação da mulher negra por grupos e entidades feministas.

> [...] gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim cômoda situação das mulheres das camadas mais pobres, etc., etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, consequentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida (GONZALEZ, 2018, p.47).

Ela denuncia e revela que em março de 1979, em um encontro de mulheres realizado no Rio de Janeiro (Encontro Nacional da Mulher) onde ela foi partícipe com outras mulheres negras, as reações foram contraditórias, pois as falas das pessoas de esquerda se opunham quando tentou se falar de racismo. Ela alega que as mulheres negras foram acusadas de se utilizarem de falas emocionais e até mesmo revanchistas fato que podemos articular ao discurso de vitimismo disseminado por muitas pessoas e pelo senso comum, de forma que tais discursos conseguem de forma ideológica entranhar a mente de muitas pessoas.

Em referência à feminização da pobreza, realizo uma análise e apresento-lhes aqui a partir da correlação do tema Feminização da Pobreza no Brasil, onde parti da escolha de 3 artigos distintos, utilizando a palavra-chave: feminização da pobreza. Desta forma podemos verificar como as 3 autoras/autores levantadas/os nomeiam e destacam o conceito, associando ou suprimindo a relevância do tema com o racismo sofrido pelas mulheres negras.

Em trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), realizado em Caxambu-Minas Gerais no período de 20 - 24 de setembro de 2004, a autora Maria Salet Ferreira Novellino, Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda em seu artigo intitulado *Os Estudos Sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas Para Mulheres* tema que aborda a feminização da pobreza a partir de um levantamento feito em um período de 25 anos. Ela parte do conceito apresentando por Pearce (1978) cujo objetivo é:

> [...] levantar os fundamentos, isto é, os conceitos, os pressupostos, as hipóteses e as intenções dos estudos sobre feminização da pobreza e verificar se as políticas públicas que defendem podem ser classificadas como políticas de gênero ou se são apenas políticas

> que têm como público-alvo mulheres pobres, o que, por si só, não as qualifica como ‘de gênero (NOVELLINO apud PEARCE, 2018, p.47).

Em seu levantamento Novellino (2004) menciona que a feminização da pobreza pode ser atribuída ao modo como a mulher participa do mercado de trabalho como um elemento importante que desafia a superação de sua condição de pobreza. Reitera que as mulheres chefes de família se deparam com a desigualdade salarial, dentre outros elementos, tais como: (a)há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b)discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal. (2004, p.3). Traz algumas autoras pesquisadas em seu estudo, dentre elas cita Mary Garcia Castro que em sua tese de doutoramento (1989) menciona a raça como indicador que deve ser incluído no debate acerca da feminização pobreza. A autora adensa o debate quando cita sua própria pesquisa sobre a *Feminização da Pobreza no Rio de Janeiro*, a partir de dados da PNAD, nos anos de 1992 e 1999, a qual ela menciona a categoria raça, mas também não aprofunda ou articula o racismo às desigualdades raciais entre mulheres em vulnerabilidade econômica. Ou seja, Castro (1989), a partir de seu levantamento tal os escritos de Lélia que trabalha com as opressões de raça, classe e sexo não se atém à intersecção das opressões e como fatores para a condição de pobreza das mulheres, tampouco há a menção sobre a condição de mulheres negras.

As autoras Elana Cavalcante Silveira e Suzana de Fátima Marques Silva, graduandas do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em trabalho apresentado em Seminário em 2013, intitulado *Chefia Feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza*, que teve como objetivo levantar estudos bibliográficos e documentais acerca dos novos arranjos familiares e famílias monoparentais focando no debate sobre a relação da pobreza e a questão de gênero, foram analisando as famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza.

Debatem a questão dos novos arranjos familiares que se configuram na sociedade, destacam a raça em intersecção com classe e sexo, mas não se debruçam ou mencionam a relevância de se articular a feminização da pobreza com a questão do racismo, como determinação social e da condição de pobreza das mulheres. Informam que “No contexto do que se denomina “feminização da pobreza”, algumas mulheres sofrem com o peso da raça, do sexo e da classe social na qual se

encontram, onde o preconceito se entrelaça nas suas vidas e limita o desenvolvimento de suas capacidades". (2013, p.123). Elas alegam que famílias que apresentam complicações relativas a gênero, pobreza e etnia são estigmatizadas como menos capazes. Elas alegam que à proporção que a mulher ingressa no mercado de trabalho há uma descaracterização da família nuclear. (2013, p.128). Mencionam os movimentos feministas em busca de igualdade salarial, por exemplo, a divisão sexual do trabalho e o uso da violência como elementos constituintes das relações de poder, contudo não aprofundam o racismo e a situação da mulher negra na sociedade. Ainda que reconheçam o contexto histórico do trabalho da mulher no mundo capitalista com o salário inferior e como mão de obra mais barata, ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres, não fazem menção ao debate racial com argumentação teórica como podemos verificar neste trecho:

> A "feminização da pobreza" vem sendo compreendida a partir da ideia de "nova pobreza", relacionada diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho; ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. E, ainda há os estudos, que identificam grupos de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, tais como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas, as mães solteiras, entre outros. (SILVEIRA & SILVA, 2013, p.133).

Nas considerações finais as autoras reconhecem que a pobreza não possui nada de "novo" posto que apenas se reconfigura com o passar dos anos e das conjunturas politicas, acrescentaria econômicas e sociais, e devido à apropriação desigual da riqueza social, entretanto, o olhar para a questão racial segue mascarado dentro do debate nas Universidades.

E, por último, analisamos um documento desenvolvido a partir de estudo realizado por técnicos do Planejamento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Trata-se de um documento do ano de 2005, cujo objetivo do estudo foi avaliar a hipótese de que houve uma feminização da pobreza no Brasil, no período de 1983 a 2003, e, se houve uma sobre representação da pobreza como fatores que, apesar de distintos, estão imbricados. Eles alegam que os estudos sobre a feminização da pobreza iniciam se na década de 1950, com a socióloga estadunidense Diane Pearce. Esta autora apresenta um estudo sobre a população feminina nos Estados Unidos entre os pobres e por pessoas pobres que viviam em

famílias chefiadas por mulheres. Ela ressalta que houve uma percepção na dinâmica social com a dissolução de casamentos e com as desvantagens sofridas pelas mulheres em relação aos homens, por exemplo, no mercado de trabalho.

Os autores apresentam dados que discordam das análises feitas pela socióloga, trazendo exemplo de autores que utilizam outros critérios para analisar a feminização da pobreza, para estes o critério de análise é a contraposição da situação entre mulheres e homens. Os autores do IPEA ressaltam que a feminização da pobreza varia de acordo com os países estudados, assim como os critérios colocados por diversos estudiosos do assunto. Trazem informações de países como Canadá, Panamá, países da África Subsaariana, Reino Unido, dentre outros.

Eles alertam que sobre estudos de gênero e pobreza feminina há uma diversidade de pontuações a serem consideradas. Vejamos o que diz a OIT (Organização Internacional do Trabalho):

> Há, ainda, estudos dedicados à análise do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem chamado de determinantes de gênero na pobreza das mulheres. A ideia, nesse caso, é a de que existem fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza, bem como nas suas possibilidades de superá-la. Para as mulheres, os determinantes que contribuem para torná-las mais propensas a experimentarem a pobreza incluem: i) desigualdades na participação no mercado de trabalho, as quais se refletem em menores taxas de atividade em comparação às taxas de homens; ii) desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres, o que se traduz em menores salários e em uma segregação ocupacional que reserva às mulheres os postos de trabalho mais precários, menos formalizados e contribui para a cristalização da ideia de que as mulheres não são capazes de atuar em atividades de melhor qualidade; iii) desigualdade no acesso a recursos produtivos, como crédito, terra ou capital produtivo; e iv) desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão, exemplificada pela baixa presença de mulheres em postos de comando tanto no setor público quanto no privado (COSTA et al, 2005, p.13)

O estudo realizado conclui que não há uma constatação do fenômeno de feminização da pobreza no Brasil posto que existem uma mesma proporção de mulheres e homens nas mesmas condições no período estudado, nem descartam a possibilidade de investimento em políticas públicas que superem a pobreza, no início da análise os técnicos pontuam que a variável raça, o critério racial não será considerado, apesar de ser necessário para o caso do Brasil, pois o objetivo do estudo é apenas analisar a partir da ótica feminina.

> O fato de não havermos constatado uma feminização da pobreza no Brasil, porém, não indica que as políticas de combate à pobreza devam ser neutras com relação a gênero. A existência de uma mesma proporção de homens e mulheres na pobreza não significa que ambos os grupos tenham as mesmas necessidades, que experimentem a pobreza da mesma maneira ou que tenham de seguir os mesmos caminhos para superar essa condição. Nesse sentido, políticas voltadas para a superação da pobreza entre os homens poderiam focar mais fortemente o acesso à educação, especialmente, a partir do ensino médio, já que a evasão masculina assume taxas elevadas e muito superiores à feminina. Por outro lado, aquelas voltadas para as mulheres poderiam concentrar-se nas desigualdades no mercado de trabalho, tanto de acesso a postos quanto de remuneração e de ascensão (COSTA et al, 2005, p.36)

Percebemos neste estudo datado de 2005 que, apesar do reconhecimento por parte da equipe técnica da importância do critério racial para atender aos resultados e, especialmente, no caso brasileiro, devido a nossa formação social, o estudo não adotou a interpretação dos critérios raça/cor. Algo que muito surpreende quando analisamos um trabalho realizado por equipe técnica de um órgão governamental. Eles ressaltam que há um investimento maior no que diz respeito às causas da pobreza, tais como a desigualdade.

Para adensar o debate sobre pobreza faz sentido repensarmos um pouco da história da formação social brasileira, à medida que a escravização deixa marcas que até hoje não foram apagadas. Pelo contrário, as marcas deixadas pela exploração de nossas riquezas colocam o Brasil como uma nação que não acompanha o crescimento econômico de grandes nações, características de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente, como já mencionado, tardio e arcaico.

Vale ressaltar que esta dissertação vem destacando a questão histórica desde o capítulo I, onde buscamos fazer correlações importantes com o contexto social brasileiro, a fim de contribuir para que os leitores façam reflexões necessárias sobre o estudo apresentado.

O pós abolição acarreta inúmeras influencias políticas, econômicas e sociais e, partindo desta premissa, cabe reavaliar que após a abolição era necessário o fortalecimento da economia, para os grandes proprietários de terra, fazendo-os lucrar; importa dizer que a entrada de imigrantes estrangeiros também corroborou para que o trabalho pudesse continuar seguindo e aumentando a riqueza para os latifundiários, de famílias tradicionalmente donas de grandes extensões de terras no pais, a partir da exportação de produtos e insumos primários com os ciclos de café, cana, açúcar e demais produtos agrícolas.

Dando um salto após a I e II Guerras Mundiais, às crises do capitalismo e chegando à década de 1950 cabe uma outra análise partindo do contexto histórico brasileiro de uma nação que pululava a partir do olhar do Estado em sua função reguladora tal qual o aparato que se formava para a manutenção de privilégios das classes ricas.

Importante ressaltar que o processo de industrialização se dá na década de 1950 e mais especificamente, no Governo de Juscelino Kubistchek, no período de 1956 a 1961, tinha como premissa o crescimento do país a partir do slogan 50 anos em 5. A meta era fazer avançar o desenvolvimento de determinados eixos, com vistas ao crescimento econômico e industrial da nação. Os pontos principais do chamado Plano de Metas eram: transporte, educação, alimentação, energia e indústria de base.

Paralelo a esse Plano de Metas governamentais cabe o diálogo e a reflexão sobre a história de vida de uma mulher negra que muito nos ensinou sobre economia, política, desigualdade racial e diversas expressões da questão social no Brasil em seu livro. Trata-se de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, que tinha um sonho de escrever um livro, foi alfabetizada, começou a ler e deixou como legado, uma verdadeira análise crítica sobre política, economia, opressão, desigualdades sociais, de raça, classe e gênero, sobre a ausência de política pública na vida de uma grande parcela da população do Brasil e de pessoas que moram em favelas.

Carolina retrata em seu *Quarto de Despejo* (2014), o diário de uma favelada que se tornou um livro, onde faz uma metáfora sobre o lugar destinado ao povo, sobretudo ao povo negro, nas grandes cidades, “despejados” na favela e na periferia. Para ela, como bem retrata nas páginas de seu livro, o quarto de despejo é o local onde destina-se o que não serve mais, o que não tem valor numa casa, pode-se dizer que foi o local onde o povo negro foi colocado como uma estratégia de esconder a roupa suja, a poeira, o que é descartável, aquilo que o Estado não investia, não sabia e não sabe onde colocar, o local dos descartáveis, dos invisíveis, daqueles que não tem prioridade e metas para serem vistos ou alcançados. Ela menciona nomes dos políticos que, à época, poderiam ajudar de maneira efetiva a toda a população pobre, que conviviam na favela, em condições subumanas, passando fome, conforme lemos no trecho abaixo:

> ***10 DE MAIO*** Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do

> que tornar-se útil a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os politicos? O senhor Jânio Quadros, o Kubistchek [9] e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (JESUS, 2014, p. 25)

Há quanto tempo o povo negro de favela e periferia estará guardado no Quarto de Despejo? Carolina retrata sua fome, a qual afirma ser a pior coisa do mundo, sua vulnerabilidade social e econômica junto com seus filhos, seus meios legais de sobrevivência, as desigualdades sociais a partir de uma sábia denúncia politica e econômica, acerca do favorecimento e estratégias dos politicos interessados em votos, dos partidos dos homens brancos, ricos, dirigentes, a quem cabiam se aproximar e se aproveitar da ingenuidade de um povo que nutria e nutre esperanças nos períodos de eleições… nada novo na terra brasilis…

> Eu estava escrevendo quando a Vera veio avisar-me que estavam dando cartões e que havia muitas pessoas na rua. Fui correndo para ver. Varias pessoas acompanhava um senhor alto e loiro que conduzia um menino de 10 anos pela mão. Ele usava calças cinza claro e paletó azul anil. Passou por mim e deu-me um abraço. Fiquei perplexa com aquele abraço sem apresentação. É a primeira vez que vejo o homem.
> A cunhada do Coca-Cola disse-me:
> —Este é nosso deputado. Dr. Contrini.
> Quando ela disse deputado federal pensei: é época de eleições, por isso é que ele está tão amável.
> ...O senhor Contrini veio nos dizer que é candidato nas eleições. Nós da favela não somos favorecidos pelo senhor. Não te conhecemos. (JESUS, 2014, p.89).

Em julho de 1955, Carolina retrata diariamente a sua fome e a de seus 3 filhos, saía para catar papelão ou o que lhe fosse rentável, para conseguir comprar comida e os alimentos preferidos das crianças, o que pudesse vender para sanar suas necessidades. A fome a assombrava, esta era o seu maior pesadelo, sempre relatava suas angústias acerca desta mazela social, acerca das incertezas do dia seguinte, dos dias chuvosos que não lhe rendiam lucros, do não saber do futuro, tanto que ela afirmava que o pobre só era feliz em sonhos. Enfrentou, enquanto mãe solo, as dificuldades e desafios de manutenção de sua família, a falta de suporte dos pais dos filhos a ter que recorrer via Justiça, as ausências de rede de apoio e de serviços, a política pública que não chegava à primeira favela de São Paulo, o racismo, a misoginia e as incertezas da vida de uma mulher favelada.

No trecho abaixo expressa sua revolta e sua angústia acerca da vida que leva, pensando em tomar atitudes extremadas, tinha medo da morrer de fome e várias vezes pensou no autoextermínio:

> ***21 DE JUNHO*** ...Vesti o José Carlos para ir na escola, Quando eu estava na rua, comecei ficar nervosa. Todos os dias é a mesma luta. Andar igual um judeu errante atrás de dinheiro, e o dinheiro que se ganha não dá pra nada. Passei no Frigorífico, ganhei uns ossos. Quando eu saí a Vera recomendou-me para trazer os sapatos. Deixei o João brincando com ela, porque hoje não tem aula para o segundo ano. Percorri várias ruas e não havia papel. Quando ganhei 30 cruzeiros, pensei: já dá para pagar os sapatos da Vera. Mas era sábado e precisava arranjar dinheiro para o domingo. E Vera já estava idealizando o cardápio de domingo. Na Avenida Tiradentes eu ganhei uma folha de flandres e fui vender no deposito do Senhor Salvador Zanutti, na rua Voluntários da Pátria. Eu estava de mal com ele. Mas ele não me fez mal nenhum. Até emprestou-me dinheiro quando eu fiquei doente. Quando eu fiquei doente eu andava até querendo suicidar por falta de recursos. (JESUS, 2014, p.56-57).

Era alvo de críticas e da curiosidade dos vizinhos e vizinhas que não suportavam o seu letramento, na verdade, entendo como mais uma expressão de racismo posto que a manifestação do “não entendimento” das possibilidades e capacidades que uma mulher negra e favelada pudesse alcançar, como o gosto pela leitura, artes, poesia e o ato de escrever, nada mais eram que manifestações racistas. Algo que nos mostra também como o racismo penetra na subjetividade das pessoas que, contraditoriamente, poderiam ser vistos como seus pares, como iguais, por viverem em condições semelhantes, uma vida de precariedades e vulnerabilidades, entretanto se manifestavam reproduzindo o racismo. Voltamos a Munanga (2017, p.33) que diz que “as crenças racistas não recuam”. O autor fala que há uma ambiguidade do racismo na sociedade brasileira. O brasileiro é racista, entretanto não se assume racista.

Até hoje uma mulher negra num alto posto de trabalho é tida como “fora do lugar”, quase sempre é assediada e ameaçada, fora aquela máxima de ter que mostrar o melhor desempenho. Carolina era uma mulher negra que estava “fora do lugar”, como bem nos lembra Grada Kilomba. Ela não se identificava com as mulheres da sua comunidade, do seu entorno, que gostavam de beber, brigar e que tinham relações com homens de maneira livre ou relações de submissão. Carolina optou por não ter relacionamento afetivo com homens, teve a liberdade de escolha de ser solteira, fato que incomodava suas vizinhas que pegavam implicância com ela e a insultavam diariamente assim como a seus filhos.

A autora que esteve à frente de seu tempo, com seu diário transformado em livro, em assertiva leitura crítica, social, a partir de seu olhar sobre a realidade da fome que a cercava, observou também as relações tóxicas e fez a denúncia da violência doméstica que algumas de suas vizinhas, mulheres que tinham maridos e/ou companheiros, sofriam na comunidade, antes mesmo do debate acerca da violência doméstica e familiar ganhar corpo na sociedade. Ela acrescenta a crítica sobre o papel do Estado e de suas representações institucionais quando precisa procurar ajuda em uma Instituição pública e relata sobre o atendimento prestado por uma profissional de Serviço Social que a entrevista. Para tal fato, a autora Marcia Campos Eurico em artigo publicado em 2013, pela Revista Serviço Social e Sociedade, intitulado A percepção do assistente social acerca do Racismo Institucional revelou como pressuposto que “a forma como algumas instituições públicas estão estruturadas pode reforçar o racismo contra amplas parcelas da população, em virtude de sua origem étnico-racial” (EURICO, 2013). A autora acrescenta ainda que o Serviço Social surge na década de 1930, baseada nos pressupostos da Igreja Católica para intervir sobre as diversas expressões da questão social.

> À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a *questão social* como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe. (EURICO, 2013, p.292).

Ainda sobre o Racismo Institucional, não nomeado por Carolina Maria de Jesus, contudo vivenciado das formas velada e explícita por ela e por todos os moradores da primeira favela de São Paulo, as práticas da polícia, dos Juizados, à época, ainda denominados Juizados de Menores e da falta de investimento em saúde na comunidade, também caracterizam a ausência do Estado. Fala do adoecimento e morte de crianças pela fome, por abandono e suposta negligência dos pais e, indiretamente, da epidemia de esquistossomose na região. Investimentos estatais que a comunidade precisava aos quais ela não via acontecer, conta muito sobre as práticas eleitoreiras da forma mais oportunista possível. Desta forma, a autora Carolina é um dos inúmeros exemplos de mulheres negras, que, a partir de sua obra, pôde trazer à tona o retrato de um Brasil que se revela, historicamente, desigual para a maioria da população, especialmente à população negra.

A partir da leitura de Akotirene (2019), pode se perceber o quanto a interseccionalidade é denunciada e representada em todos os sentidos do conceito,

não só por Carolina Maria de Jesus em sua vivência em favela como também em Lélia Gonzalez quando defende veementemente as mulheres negras em seus escritos e por Grada Kilomba em seu ser mulher com relatos de racismo cotidiano, de objetificação e outridade. Para Carla Akotirene a interseccionalidade é um sistema de opressões interligado.

> A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p.292).

Podemos elencar alguns desses entrecruzamentos apresentados pela autora que se coadunam com esta pesquisa: o racismo cotidiano com o vivenciado pelas entrevistadas, nos comportamentos e linguagens; a questão da manutenção das gerações que se perpetuam na informalidade, o machismo presente na vida das mulheres trabalhadoras perpetrado por alguns homens, sejam passageiros, clientes ou também trabalhadores informais e assim reconhecemos nomeadas ou não, as opressões que se entrecruzam.

Conclusão

Neste capítulo podemos compreender como os conceitos de subalternidade, invisibilidade e pobreza se inter-relacionam quando se trata de mulheres negras. Além disso, tais conceitos, dentre outros, foram identificados a partir da contribuição trazida, pelas autoras que vivenciaram as expressões da questão social em suas realidades, em suas escrevivências, posto que aparecem de forma latente em seus escritos, bem como denota o modelo brasileiro de capitalismo dependente.

Escrever sobre a feminização da pobreza, sobre as mudanças empreendidas no mercado de trabalho, sobre a realidade escancarada de mulheres negras tais como a responsabilidade do cuidado, o desemprego, corroboradas com as denuncias apresentadas por Carolina Maria de Jesus, as minhas vivencias e de minhas ancestrais, enquanto mulheres negras trabalhadoras leva-me à compreensão do entrecruzamento de opressões como bem coloca Carla Akotirene em seu livro *Interseccionalidade* (2019). A autora nos descreve inúmeros exemplos sobre como as interseccionalidades operam e se relacionam sobre a vida de mulheres negras desde

o cruzamento das águas do Atlântico, ao qual ela revela a experiência colonial como um importante elemento para compreensão da realidade de pessoas e mulheres negras.

Importante ressaltar que tais opressões interseccionadas além de traduzir as desigualdades sociais, asseveram-nas, portanto quando se menciona a feminização da pobreza vale aguçar o olhar para as mulheres em todas as dimensões e do quão necessário é a criação de condições de vida para as mulheres e suas gerações, posto que o trabalho de cuidar não circule de forma equânime entre os papéis de gênero.

Este capítulo nos dá a dimensão do quanto o Brasil, por todos os seus atrasos politico, econômico, cultural, dentre outros, e por conta do modelo escravista não congrega direitos para as mulheres de maneira equânime. Para as mulheres negras, com os poucos avanços que alcançamos, ainda há muita iniquidade que precisa ser denunciada. O combate ao racismo e às iniquidades de raça e gênero que reverberam nas condições de vida das pessoas devem continuar sendo anunciados por todas as pessoas que lutam e acreditam na mudança desses paradigmas.

3 – Mulheres trabalhadoras informais: uma realidade das plataformas e dos trens da Supervia

3.1 - A Pesquisa e seus resultados

Falar sobre os resultados desta pesquisa me fez compreender alguns apontamentos e alertas mencionados pelas docentes avaliadoras da banca, no dia da qualificação. As professoras, por conta de suas vastas experiências como pesquisadoras, advertiram-me acerca das vicissitudes que eu poderia encontrar no campo de pesquisa. Ainda assim, sou grata por vivenciar tal experiência, posto que o aprendizado se perpetue para além dos resultados não esperados ou não alcançados e sim, por agregar conhecimento e novas reflexões.

Acrescento que vou trabalhar com pseudônimos escolhidos de forma aleatória para identificar as pesquisadas e preservar a real identidade dessas mulheres que se voluntariaram a participar do estudo, cedendo seu tempo, suas contribuições e experiências.

A pesquisa, realizada com uma amostra de 8 mulheres que colaboraram de forma voluntaria a responder ao questionário com perguntas semiestruturadas trouxe resultados diversos do esperado por esta pesquisadora, pois imaginei que partindo de uma das hipóteses colocadas de que a pandemia da covid-19 tenha sido um fator que expulsou muitas pessoas do mercado de trabalho formal, acreditei enquanto pesquisadora, que este elemento seria algo relevante para o ingresso dessas mulheres no trabalho informal, entretanto a pandemia enquanto hipótese de propulsão ao trabalho informal dessas mulheres, não foi um fator mencionado pela maioria das pesquisadas como justificativa de seus ingressos no trabalho informal.

Por conta da dinâmica do campo de pesquisa foi necessário fazer algumas alterações na proposta inicial. A princípio, a pesquisa destinava-se a mulheres vendedoras ambulantes dos trens da supervia, entretanto a dinâmica do dia a dia de quem está no trabalho com vendas, andando, circulando dentre os clientes, me fez perceber que qualquer intervenção junto a estas mulheres as atrapalharia e, por outro lado, não caberia a abordagem, como tinha sido alertado na qualificação pelas professoras da banca de qualificação. De fato, não obtive êxito ao tentar realizar a abordagem desta forma, as ambulantes precisam circular e, de certa forma, com rapidez, aproveitando o fluxo de passageiros dos trens que se altera de acordo com os horários de viagens e estações de maior ou menor movimento. Acrescenta-se a isso o

fato de que as próprias mulheres trocam de composições, trocam de trens e de plataformas devido a este mesmo fluxo de passageiros que se alterna.

O primeiro contato com o campo de pesquisa foi em 31/07/2024, o qual classifico como uma grande aventura. Uma aventura sobre construir algo novo, utilizar o diário de campo e realizar a primeira abordagem. O novo traz junto de si um pouco de receio, aflições, ansiedade e expectativas, neste caso pelas duas partes, pesquisadora e pesquisadas. No meu caso, senti esse misto de sensações, confesso que este turbilhão me acompanhou por não saber como seria a reação das pessoas, das entrevistadas, de como começaria.

A pesquisadora que vos escreve se sentiu perdida quando chegou ao campo e não encontrou nenhuma mulher trabalhando como ambulante, na Central do Brasil, estação terminal, na plataforma de embarque e desembarque dos trens. Foi inédito para minha experiência de campo. Era por volta do meio-dia, horário diverso do que eu estava acostumada a circular nos trens e me deparar com as mulheres ambulantes à época do pós-pandemia. Eu fiquei atônita e me perguntei: E agora? Como realizarei essa pesquisa? Como darei conta do trabalho a que me propus?

Então abordei primeiramente uma mulher, uniformizada, trabalhadora da Supervia, que portava um alto-falante, realizava o trabalho de atendimento e orientação para clientes, anunciando e informando os trens que estavam programados para partida das viagens naquela tarde, realizava um trabalho de atendimento a clientes, do tipo “Posso Ajudar?”. Questionei-a acerca de dois fatos que observei naquele instante: da ausência das mulheres vendedoras ambulantes naquele horário e de alguns homens estarem utilizando coletes.

Observei que os ambulantes que estavam na estação terminal, Central do Brasil, eram homens e que a maioria deles utilizava um colete verde, personalizado, que os identificava nominalmente nas costas da vestimenta e que na frente tinha um símbolo escrito Supervia do lado esquerdo, e, do lado direito, na altura dos ombros, uma mensagem com uma “hashtag”: #eusoudobem.

A trabalhadora da Supervia me respondeu que eles, os camelôs, estavam há algum tempo, o qual ela não soube precisar, utilizando estes coletes como forma de “organização interna” entre eles, entretanto, eles realizam o trabalho de venda de produtos sem a anuência da Supervia. Ela acrescentou ainda que a Supervia faz uma espécie de “vista grossa” sobre os ambulantes, pois em caso de repressão, nas palavras dela, eles fazem algazarra. E a algazarra que eles fazem é a depredação das composições, segundo ela. Ela disse ainda que as mulheres costumam estar mais

cedo na plataforma, ou nos horários de pico, que se compreende como os horários de maior movimento de passageiros, no fim da tarde.

Depois desta conversa breve, com esta trabalhadora terceirizada da concessionária, decidi embarcar num trem “expresso” a fim de observar o fluxo de camelôs. Quando o trem parte, recordo-me que já vira anteriormente, uma espécie de mesa ou barraca/ponto de venda de produtos de forma “fixa” em algumas estações de grande circulação, com pessoas trabalhando com vendas de produtos nas plataformas, decidi então saltar na estação de São Cristóvão e conversar com uma vendedora.

Foi interessante realizar esse primeiro contato com essa mulher, que se mostrou receptiva e informou que tinha outras mulheres trabalhando nas plataformas. Apresentei-me como estudante de um curso de pós-graduação, que precisava realizar um trabalho de pesquisa, então conversamos um pouco e eu combinei com ela sobre retornar em outro momento, com os documentos para ela assinar.

Cabe ressaltar que todos os registros foram gravados por áudio, com autorização prévia das participantes da pesquisa e as informações coletadas foram transcritas, posto que a transcrição “é uma aproximação da oralidade” (Biar et al, 2021, p.238) e após o processo de transcrição realizamos as análises das entrevistas.

3.2 – Levantamento de dados: as percepções do trabalho de campo

O trabalho de campo realizado junto às mulheres ambulantes, trabalhadoras informais das plataformas e dos trens revelou algumas surpresas acerca das contribuições trazidas por cada uma delas. Algumas hipóteses foram construídas ao longo da pesquisa foram refutadas, tais como ser a pandemia um dos fatores que levaram as mulheres ao ingresso nos trens como ambulantes e nas plataformas. Nenhuma delas afirmou ter sido este o motivo do ingresso na informalidade, ainda que tenham sentido as dificuldades e consequências da pandemia como a retração da economia, a perda de familiares e as incertezas sobre o mercado de trabalho, tais quais as medidas de isolamento social aplicada pelas autoridades, à época, a pandemia não apareceu como o motivo principal de seus ingressos nas plataformas e/ou nos trens.

Outra hipótese que foi discutida na dissertação refere que a violência doméstica e familiar contra a mulher poderia ter sido revelada como um dos motivos que pudesse levar as mulheres para o trabalho nos trens e/ou plataformas. Tal

hipótese foi refutada, posto que nenhuma das voluntárias mencionou tal possibilidade. Apesar do contexto de violência que perpassa todos os meios sociais e em várias partes da cidade, nenhuma mulher mencionou tal fator como determinante para o ingresso no trabalho informal.

As mulheres voluntarias respondentes da pesquisa, surpreenderam em suas respostas à medida que colocaram o trabalho informal como algo que já era realizado por elas e por seus familiares, em alguns casos, o que nos fez compreender que para elas o trabalho informal já faz parte de suas rotinas, há longa data. Mulheres que trazem há uma ou duas gerações a reprodução do trabalho informal como forma de sobrevivência, demonstrando o impacto do capitalismo brasileiro sobre essa parcela da população, no processo histórico de marginalização e da reprodução de adversidade e da pobreza entre gerações do povo negro, como foi abordado no transcorrer dessa dissertação.

A começar pelas trabalhadoras informais das plataformas pude compreender que os ambulantes criaram símbolos e comunicação, com jargões e códigos de proteção e para ludibriar os agentes de segurança da supervia, à época que estes eram mais atuantes nos trens realizando as apreensões de mercadorias.

Outro ponto interessante é a hierarquia criada para as vendas realizadas entre eles. Não é permitido aos ambulantes que “correm trem” realizar venda nas plataformas onde tem pontos de vendas de mercadorias, fixos. A hierarquia e os acordos não podem ser descumpridos. As relações de poder são visíveis pelos corpos que falam, por olhares, linguagens e comportamentos intimidadores. Não é o objetivo desta pesquisa analisar os acordos internos, entretanto cabe mencionar que foram relatados alguns possíveis abusos e ameaças recorrentes por parte de uns ambulantes sobre outros. Fica evidente a hierarquização e reprodução do patriarcalismo e de um poder paralelo nas entrelinhas dos discursos, o que denota e ratifica a relação de gênero onde o ser mulher se adequa aos ditames estabelecidos pelos homens.

3.3 – Os achados da pesquisa: Microempreendedorismo, terceirização na informalidade ou subalternidade compartilhada?

Ao adentrar no campo da pesquisa verificamos que os discursos vendidos pela mídia e outros meios de comunicação são amplamente captados pelas subjetividades das pessoas, tal qual as várias nuances e formas de se difundir o sistema capitalista,

no modelo dependente do Brasil. Ouvimos, por exemplo, no discurso da trabalhadora da plataforma que ela não era a dona do “negócio”, que tinha um “patrão”, este senhor estava lá no momento, ela o apresentou como o dono do “negócio”, Sr. Rui. Ela o apresentou como um “microempreendedor”, pois é assim que ela o vê. Ela cita que ele tem outra banca, na outra plataforma. Diante deste discurso podemos perceber que na verdade os trabalhadores informais criaram uma estratégia de terceirização dentro da informalidade, pois este senhor a contratou para trabalhar com a venda das mercadorias dele num ambiente que não é sua propriedade privada e sim uma área de grande circulação pública, onde disputa o espaço de circulação de pessoas com o espaço de responsabilidade de uma concessionária de transporte público, administrada pelo Governo do Estado. Acrescenta-se a isso o fato de que o local não conta com infraestrutura mínima para atender as necessidades daquelas trabalhadoras informais tais como banheiro, bebedouro, etc. Percebe-se uma grande quantidade de resíduos e lixo sendo descartado ao longo dos trilhos, das plataformas e até dentro dos trens, resíduos que poderiam ser descartados de forma adequada e aproveitados pelos catadores de materiais recicláveis.

> Do ponto de vista social, a atividade do empreendedor é tão antiga quanto o intercâmbio e o comércio entre os indivíduos na sociedade (Landström, Harirchi & Aström, 2012). Entretanto, somente em 1770 o termo foi utilizado para se referir a alguém que controla uma empresa (Vale, 2014). De acordo com Landström et al. (2012), o conceito ganhou importância com a emergência dos mercados capitalistas e com a evolução das fábricas e manufaturas (Landström et al., 2012; Vale, 2014; Verga & Silva, 2014). (CARMO et al, 2021 p.19).

Podemos fazer uma reflexão inicial: O que levou esta mulher a entendê-lo como “microempreendedor”? Conforme ela mesma relatou e apresentou em seu discurso. Esta apontou ainda para o outro “negócio/banca” localizado na plataforma ao lado que também pertencia a este senhor, onde outra mulher trabalhava para ele. Aos olhos daquela mulher, a pessoa que a contrata é lida como um microempreendedor. Importante pensar que ele tem duas bancas dentro da plataforma e “subemprega” mulheres para o trabalho das vendas.

Interessante como esse discurso do microempreendedorismo foi cooptado pelas pessoas, pelas mentes, transformado em uma ideologia funcional à engrenagem do capitalismo ao dar status de autonomia econômica, que faz com que grande parte de brasileiros queiram e sejam constantemente incentivados a empreender pelas

Instituições, muitas vezes órgãos do Estado e reforçado pelas diversas mídias: televisivas e redes sociais de grande alcance.

> Desde a década de 1970, concebida como um marco para o empreendedorismo, o conceito tornou-se alvo de interesse do campo de estudos da gestão e se disseminou por meio de discursos que o elegem como uma solução para a crise do desemprego. Neste raciocínio, o desemprego não é visto mais como um problema social, mas como resultante de uma falha do indivíduo por não conseguir se adaptar às organizações (Gaulejac, 2007). Esse tipo de discurso, que atribui a responsabilidade ao indivíduo, teve maior proeminência no Brasil a partir da década de 1990, com a eleição de Fernando Collor e as mudanças políticas e econômicas pautadas na transição da agenda constitucional reformista para uma agenda competitiva (Cordeiro & Mello, 2006). (CARMO et al, 2021 p.19).

O segundo dia no campo de pesquisa eu posso dizer que foi uma experiência única, com uma mistura de emoções. Era sábado, dia 03/08/2024, comecei me dirigindo à estação São Cristóvão, lá conheci a **Senhora Ana**, quando eu me aproximei, perguntei se ela poderia me dar um minuto de atenção, ela prontamente me responde: - Você é a esposa daquele cara? Respondeu-me num tom um pouco ríspido...

- Eu meio sem entender a respondi e me apresentei: - Então, não! Meu nome é Marcia, eu sou estudante de um curso de pós-graduação e preciso fazer uma pesquisa com mulheres vendedoras dos trens, daí se a senhora puder me dar atenção e me ajudar respondendo a um questionário, a algumas perguntas vai me ajudar muito. Expliquei-a sobre o documento TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e que a pesquisa não geraria custos para ela, expliquei que não faria a exposição do nome dela na escrita da dissertação, além disso, expliquei que era uma pesquisa voltada só para as mulheres camelôs.

Ela se mostrou um pouco resistente, entretanto foi respondendo com riqueza de detalhes. Surpreendentemente, ela coloca que realiza o trabalho, há mais de 30 anos como vendedora nos trens, tem 56 anos de idade, acrescenta ainda que ela criou os filhos a partir deste trabalho e que começou vendendo no interior do trem, ela usa o termo “correr o trem” que é mais um jargão utilizado pelos camelôs para classificar quem trabalha no interior dos trens, depois se fixou ali na estação de São Cristóvão. Relata que um de seus filhos trabalha aos fins de semana no trem para agregar renda.

> Aqui tem 8 anos, mas correndo o trem tem muitos anos, mais de 48 anos, 48 anos que eu trabalho, desde menina, desde pequena...Estudei, fui até o 3º ano, não estudei muito porque eu tive filho cedo, tive filho cedo, entendeu? 13 anos já era mãe, é... o Léo

> tem 40 ano. Meu filho mais velho tem 40 anos, minha filha tem 36 anos...

De repente chega um adolescente e dirige-se a ela, era seu neto, adolescente, chega dizendo em tom de reclamação que tentou ficar em três lugares diferentes, mas não conseguiu porque “não deixaram”. Ou seja, o menino expõe naquele momento uma relação de poder que existe no mundo do trabalho informal, menciona que foi um agente de segurança pública que não o deixou “trabalhar”.

Partindo do princípio que, um adolescente não deveria trabalhar, a não ser com garantias trabalhistas dentro da legislação, como jovem aprendiz, o jovem denotou que ingressara no mundo da informalidade como uma continuidade do trabalho que a senhora Ana iniciou há anos. O que corrobora com a tese de que gerações vão se perpetuando dentro da informalidade. Mesmo não sendo objeto da pesquisa, questionei a senhora Ana se o menino trabalha naquela atividade, ela me disse que ele ajudava sim aos fins de semana e que durante a semana ele estudava.

Entendi que ali naquele espaço a Senhora Ana é uma “autoridade”, é respeitada pelos demais ambulantes, pelo tempo de estrada que acumula. Ela aciona outros camelôs que estavam na estação aguardando o trem, um deles me diz o nome de algumas mulheres, como se eu as conhecesse, eu fui descrevendo algumas fisicamente, conforme vinha a minha lembrança, entretanto não encontrei nenhuma dessas mulheres neste dia.

Senhora Ana, é natural de Minas Gerais, moradora de Cosmos, entre uma venda e outra, me deu atenção respondendo às perguntas e mencionou situações adversas que acontecem nessas relações de venda e inter-relações com os demais ambulantes. Fala que teve que se impor para poder se manter no meio dos camelôs e que há sim uma relação de disputa, de poder dentre eles. Uma relação onde algumas imposições acontecem em forma de intimidação e ameaça. Ela destaca ainda que alguns camelôs ganharam via ação judicial causas em cima da concessionária, a Supervia. Utiliza também um jargão comum dentre os camelôs, que é o termo “derrame”. Perguntei-a o que significava e ela me explicou que “derrame” significa a ação perpetrada pelos agentes de segurança da concessionária quando estes apreendem suas mercadorias, este conceito foi criado como um código pelos camelôs para informar sobre o iminente risco de perda das mercadorias. Para ela, a época do derrame era melhor, posto que coibia, não existiam relações de poder entre os camelôs e sim, apenas da concessionária era a autoridade sobre todos. À medida que

os “derrames” deixam de acontecer alguns sujeitos sentem-se no direito de impor e criar novas regras sobre outros deixando de existir uma relação horizontal entre eles.

> Derrame é tomar a mercadoria, antigamente “eles tomava”, mas eu prefiro com derrame do que sem derrame, porque com derrame tem moral e sem derrame não tem respeito. Ninguém respeita ninguém aqui dentro. Né disputa não, é ameaça, assim mesmo.

A Senhora Ana informa ainda que seu filho trabalha aos fins de semana como camelô, “correndo o trem”, para complementar a renda dele. Cita orgulhosa que seus outros filhos residem no Nordeste, no Ceará e que têm emprego formal. Este termo “correr trem” ou “bater trem” ela explicou que significa a realização das vendas apenas dentro das composições.

A senhora Ana insiste em relatar sobre uns abusos que acontecem no meio dos camelôs, fala que alguns agem de forma intimidadora e violenta com outros, mas que ela não se intimida porque se considera abusada. Quando perguntada sobre sua raça/cor ela alega que é “morena clara” entendi que antes ia dizer branca, explica que é filha de relacionamento inter-racial.

> Bom, meu pai era preto, mas eu sou braaan... Sou morena clara, por quê? Minha mãe era branca. Meu pai era mais preto que você...

Percebi nela a dificuldade de mencionar ou se autodeclarar parda, mas segui respeitando a sua autodeclaração. Esse fato, como disposto ao longo da dissertação, e como colocado por Munanga (2017) está atrelado ao racismo em sua forma subjetiva de captar mentalidades, velada em seu modo de expressão. Tanto que ela compara o tom de pele de seu pai ao meu, e como já observado nos estudos, quanto mais retinta a pele, mais forte é o racismo e como nos disse Munanga (2017) o brasileiro tem justificativas escapatórias para não explicitá-lo, faz parte da peculiaridade do racismo à brasileira.

Outra reflexão importante acerca da fala da Sra. Ana é que ela escapa do assunto raça/cor sobre si mesma e menciona o pai e o filho como referencia de pessoas pretas: alega que dentre os 9 filhos dela, somente 1 é da minha cor, que ele é bem moreno, ou seja, preto. Ela não é explícita para falar a palavra preto, entretanto é enfática ao dizer que os demais são todos brancos. Talvez não tenha consciência de que tal escapismo remete a uma atitude racista, ao que nos revela Grada Kilomba:

> Essa repentina incapacidade de ver “raça”, uma vez que esta é mencionada por aquelas/es marcadas/os como racializadas/os, parece se relacionar a um mecanismo de negação massivo, no qual a *negritude* é apenas admitida na consciência em sua forma negativa[...] (KILOMBA, 2019, p.145-146).

A autora fala da fobia racial e dessa invisibilização do visível quando ela narra em seu livro a experiência com sua amiga branca que insiste em não reconhecê-la negra, como se a fizesse um favor, como se sua negritude fosse insignificante.

A senhora Ana acrescenta que estudou até o 3º ano do ensino fundamental. Alega que já trabalhou muito e agora só trabalha aos sábados, domingos e feriados. Quando pergunto se ela sempre trabalhou como ambulante ela afirma que sim e em sua resposta podemos inferir que ela não reconhece a importância do trabalho formal, com garantias previdenciárias, ela diz:

> Como ambulante pra criar 9 filho, não dava pra trabalhar de carteira assinada não, eles ia passar fome hahahaha...

Ana fala da disputa entre homens e mulheres de forma enfática, algo que pode ser explorado em pesquisa posterior, posto que é um assunto muito delicado, nos termos colocados por ela.

Quando pergunto se ela já sofreu algum tipo de preconceito no trabalho, ela responde que já sofreu muito, entretanto não exemplificou. E novamente, não menciona a cor preta, repete a fobia racial mencionada anteriormente e faz nova comparação à cor da minha pele com a de seu filho:

> Muito, muito. Preconceito a gente sofre muito. Eu tenho um filho que é quase da tua cor, ele foi lá na Central. Meu pai era negro, era bem preto do cabelo liso ele. Ele era feio, minha avó era índia e eu só tenho um filho que puxou ele. Ele é beeeem moreno. O resto é tudo branco. Parece até português...

Percebe-se o quão forte a negação da raça aparece na entrevista e quanto o racismo está implícito nessas palavras. Para dialogar acerca desse trecho da entrevista, Munanga (2017) nos diz que quando se fala de negro entre branco e negro, o branco prefere dizer “aquele moreno” ou “aquela moreninha”.

> O racismo brasileiro desmobiliza as vítimas, diminuído sua coesão, ao dividi-las entre negros e pardos. Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo de formação de sua identidade quando ainda não politizados e conscientizados, muitos deixam de assumir sua

> negritude e preferem o ideal de branqueamento, que segundo creem, ofereceria vantagens reservadas à branquitude. (MUNANGA, 2017 p.41).

Após essa conversa eu embarquei de volta no trem e fui à estação Maracanã. Foi muito rico, experienciar esse processo, os ancestrais me ajudaram nesses encontros com mulheres que puderam compartilhar suas histórias de vida sobre o trabalho informal nos trens da supervia. Nesse deslocamento de uma estação a outra, dentro do trem ainda, vi uma mulher idosa, negra, com cabelos brancos, carregando nas costas um amarrado que parecia muito pesado, com muitas balas em embalagens pequenas, ela caminhava rapidamente, senti vontade de abordá-la, mas senti que a atrapalharia e não seria atendida, bateu uma insegurança, entre tentar e ganhar um não a perder a mulher que estaria me esperando no sábado após uma primeira abordagem. A pesquisa que eu desenhei com as mulheres camelôs, ambulantes dos trens, não seria de fácil operacionalização porque como seria abordar alguém que está trabalhando? Como convencer uma trabalhadora que tem que levar o pão pra casa a dar atenção para uma pessoa que ela não conhece? Então desisti dessa abordagem...

Embarquei em São Cristóvão nos vagões finais, no antepenúltimo, para ser mais precisa. A sorte me acompanhou, pois saltei exatamente em frente a banca onde trabalha a Senhora Sara. A mesma que realizei uma primeira abordagem no dia 31 de julho de 2024.

A Senhora Sara ao me rever, reconheceu-me, fato que já me deixou feliz e, ao redor dela, estavam outros ambulantes homens, o dono da banca, Senhor Rui, e outra mulher, ambulante, a Senhora Viviane. Esta circula pelos ramais de Santa Cruz e Japeri, é conhecida por seu discurso nas composições onde cita que a cada venda realizada o cliente a ajuda a proporcionar a compra de alimentos para animais que ela alega cuidar – gatos e cachorros - assim ela é conhecida nos ramais: a dona Viviane dos gatos.

Sara é uma mulher negra, jovem, 42 anos, alta, imponente, me recebeu com um sorriso contido, entretanto se dispôs a colaborar com o trabalho, pergunto se posso gravar a conversa, e aproveito a oportunidade para me apresentar à Senhora Viviane também. Esta é muito comunicativa, rapidamente compreende o que eu estava disposta a realizar e coloca-se também à disposição para a pesquisa. Os demais ambulantes, homens, que estavam por perto, começaram a perguntar o que eu estava fazendo, um deles pergunta à Sara e ela responde ao rapaz que é seu

companheiro, também camelô, que eu estava fazendo pesquisa, outro senhor que estava apenas organizando as mercadorias, em tom debochado pergunta se a pesquisa é para o censo 2024. Respondi apenas que não. A senhora Viviane estava trabalhando e tomando sua cerveja, ao me apresentar eu brinquei com ela dizendo: hoje é sábado e a senhora está aproveitando também como lazer não é verdade? Ela sorriu e me respondeu que também aproveitava os momentos para tomar a sua "cervejinha", porque ela não era de ferro. A senhora Viviane logo responde para eles que a pesquisa é só com mulheres, não é para homens, em tom alto, objetivo e direto.

Converso com a senhora Viviane que informa ter 60 anos de idade, diz que trabalha no trem há muitos anos em prol dos animais, depois que perdeu a filha para a covid. Emociona-se ao falar da filha que faleceu aos 38 anos, ela diz que após a descoberta de um tumor na cabeça, teve que operar, depois da descoberta da doença o marido a abandonou, era época de pandemia e a filha, Vanessa, contaminou-se com o vírus da covid no período de internação e não resistiu. Ou seja, devido às comorbidades, a filha de dona Viviane não resistiu, segundo seu relato. Ela informa inclusive que a filha faria 42 anos nesta data de 03 de agosto de 2024. Visivelmente abalada ela mostra fotos e vídeos da filha ainda saudável, trabalhando como vendedora em uma loja de roupas, uma mulher jovem, bonita, mas que ainda que tivesse sendo acompanhada pelo tratamento do câncer, sucumbiu ao coronavírus. Fala ainda que outros familiares morreram de covid-19, mas não mencionou quem.

A senhora Viviane informa que é natural do Maranhão, é comunicativa, fala alto, chama atenção em seu discurso e, lembro-me bem dela à época em que eu viajava nos trens, ela tem um discurso bastante persuasivo para a venda das balas porque fala que ajuda os gatos abandonados na casa dela, muitos deles adoecidos e famintos e, as pessoas se sensibilizavam, eu mesma já comprei balas com ela para ajudar nessa causa em prol dos animais. A senhora Viviane informa que reside no município de Duque de Caxias e que anteriormente ao trabalho informal nos trens, trabalhou no centro da cidade de Duque de Caxias, como vendedora de quentinhas, também de forma informal, trabalho este interrompido pela pandemia.

> Eu vou falar a verdade: eu antes da pandemia, eu já trabalhava legal, já trabalhava legal porque eu trabalhava lá em Duque de Caxias vendendo quentinhas. Depois que chegou a pandemia eu fiquei totalmente desempregada, aí depois veio minha filha que teve câncer né... e o marido a abandonou... Eu passei a mão, tive que cuidar da minha filha sozinha, que o marido a abandonou...

Ela fala com grande pesar sobre a perda da filha, não menciona se recebeu algum benefício socioassistencial à época, relata que a venda nos trens a ajudou na compra dos remédios para a filha e para a alimentação dos gatos. Após isso circulou apenas no ramal de trens Central do Brasil x Gramacho que atende parte da Zona Norte até a Baixada Fluminense. Fala que existe sim uma disputa de espaço nos trens entre homens e mulheres, fala que os homens têm certo recalque contra as mulheres.

> É... Tem muitos homens recalcados, tem! Cheio de camelô, homem recalcado!

Sobre o debate racial, no assunto racismo, a Sra. Viviane informou com veemência que o que mais sente, todos os dias é o racismo. Em suas palavras se reconhece e autodeclara-se como uma mulher preta e acrescenta: coroa, preta e maranhense, e faz questão de enfatizar a sua naturalidade. Não menciona nenhum episódio de racismo nos trens, entretanto relata episódios de racismo do cotidiano, que vivenciou em um supermercado, algo que foi marcante para ela, quando na Zona Sul do Rio de Janeiro, ela passou por essa violência, dentro de um supermercado, quando estava na fila para pagar as cervejas que comprara e que venderia na praia. Relatou que uma mulher branca fez um escarcéu alegando que ela estava tocando nas compras dela com as mãos sujas.

> Aqui o que eu mais sinto todo dia é racismo, é o que mais eu tenho todo dia, é o que tem mais não dou confiança... é o que mais tem... tô nem aí...

A senhora Sara, que é a responsável pela barraca do Sr. Rui fala que trabalha há um ano na estação de trem que tem 3 filhos, é natural do Rio de Janeiro, vive com seu filho mais novo, adolescente de 17 anos, em Manguinhos e seu companheiro, que também é camelô. Suas duas filhas mais velhas, são casadas. Sara trabalha informalmente na banca localizada na estação do Maracanã, realiza o trabalho terceirizado para um homem que é o dono da barraca, como já mencionado. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental, parou de estudar para tomar conta dos irmãos mais novos, enquanto sua mãe trabalhava. Aqui aparece o trabalho de cuidado notadamente atrelado a mulheres, sobretudo às mulheres negras. Sara diz que tem o desejo de ter seu próprio “negócio”, ter sua própria banca de camelô. Ela diz que se reconhece uma mulher preta, me fala que nunca sofreu racismo. Quando pergunto se já desempenhou outras atividades e sobre suas perspectivas alega que já fez de tudo um pouco e todas as atividades exercidas foram informais.

> Trabalhava de garçonete, assim... De tudo um pouco. Ambulante, trabalhei já na limpeza. Sempre foi assim de bico, trabalhando para mim mesma. Eu pretendo mais pra frente botar pra mim. Tá bom aqui... quero carteira assinada não. Tô pretendendo mais pra frente ter um negócio pra mim mesma... Porque eu gosto de trabalhar assim.

As duas mulheres foram super atenciosas em seus relatos e percebi que dona Viviane se sentiu prestigiada em poder contar um pouco de sua história de vida. Vale refletir sobre o quanto mulheres negras vivenciam lugares e estórias de vida, diversas, de dificuldades, de superação, que carregam em comum alguns aspectos essenciais como a falta de acesso a direitos, o trabalho de cuidados que as estatísticas comprovam, a responsabilização pela criação dos filhos que se repete em alguns relatos.

> No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade. Na divisão social, sexual e racial do trabalho, são as negras (pretas e pardas) que ocupam os trabalhos mais subalternos e com menor remuneração, permanecendo na base da pirâmide social, conforme dados já publicados pelo IPEA (2018). (PASSOS, 2020 p.118).

A senhora Sara fala acerca do Racismo, alega nunca ter sofrido racismo, trabalhando e não deseja de trabalhar com garantias previdenciárias. Reconhecendo-a como mais um corpo negro na multidão, uma mulher alta e imponente, tenho minhas dúvidas acerca desta afirmação/ negação. Baseado em Munanga (2017, p.33): “O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. No entanto, há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo”.

Na mesma plataforma, sendo que em outra direção, oposta à banca do Senhor Rui, estavam Vera e Fátima, duas mulheres, também vendedoras, Vera se mantém fixa na plataforma, Fátima circula nos trens vendendo pipocas e biscoitos de polvilho. Cheguei até ambas, me apresentei como pesquisadora, falei sobre o objetivo da pesquisa e que tinha acabado de sair do outro lado, que estava em conversa com as senhoras Sara e Viviane.

Vera foi a primeira a se dispor a colaborar com a pesquisa. É uma mulher que se reconhece parda, tem 47 anos, estudou até o 2º ano, do ensino fundamental, fala da sua vida profissional com orgulho, e como camelô, afirma que é um trabalho que não largaria por um vínculo formal, informa que trabalha apenas aos sábados

domingos e feriados, que durante a semana dedica-se aos cuidados da casa e dos filhos, fala que teve 11 filhos e que apenas 3 filhos agora viviam com ela no bairro da Praça Seca, Morro da Chacrinha. Dá ênfase ao trabalho de cuidados que realiza durante a semana e aos finais de semana conta com o suporte do pai de seus filhos e de sua filha adolescente.

> Durante a semana fico em casa lavando, passando, cozinhando, cuidando de filho, levando pra escola, buscando... Tenho 3 filhos: 1 de 10, 1 de 8 e a minha filha de 13 anos.

Alega que nunca sofreu racismo no trabalho como ambulante. Trabalhou também como manicure e informa que nunca trabalhou com vínculo. Tem 11 filhos e tem 9 netos. É beneficiaria do Programa Bolsa Família. Fala que ela e seu marido foram pioneiros na venda de um produto chamado “pele”, uma espécie de petisco, salgado e frito, que sempre foi muito vendido nos diversos ramais de trens, fala que ela e o marido abasteciam os demais camelôs com a mercadoria, por um longo tempo. Informa que trabalhou por 12 anos “correndo o trem”, dentro do trem, antigamente não tinha essa possibilidade de ficar parado nas plataformas, porém, depois que “pôde”, ela começou a ficar fixa na plataforma. Fala de uma suposta “autorização” da Supervia, dada àqueles que começaram a trabalhar nas plataformas.

> Antes eu era manicure, muitos anos, só que hoje eu não enxergo mais, então... eu fazia nas casas mesmo, por conta própria.

Alega que seu ingresso no trabalho como camelô se deu após seu marido iniciar com a venda de amendoins, daí começaram a fabricar o próprio produto, a pele. Então ela começou indo “abastecer” os demais camelôs, fez amizade com todos e quando percebeu já estava trabalhando. Alega que ela e o marido iniciaram como uma espécie de fornecedores. Informa que existe uma disputa entre homens e mulheres nesse tipo de trabalho, entretanto ela nunca teve esse tipo de problema porque todo mundo gosta dela. Alega nunca ter sofrido racismo, trabalhando, mas reconhece que o racismo existe em nossa sociedade. Autodeclara-se como uma mulher parda. Não tem pretensão de trabalhar com vínculo, mesmo se surgisse a oportunidade.

Fátima, uma mulher jovem, de 34 anos, estudou até o º ano, tem deficiência de fala, topa em participar da pesquisa, se identifica como uma mulher branca e alega já ter sofrido inúmeras vezes discriminação por sua condição, por ser uma pessoa com deficiência, por seus óculos de lentes grossas, de alto grau, alega que outros camelôs debocham da sua condição. Informa que trabalha há 20 anos como camelô, nunca

trabalhou com vínculo ou em outra atividade e seu esposo também trabalha como camelô nos trens. Informa ainda que reside em Sepetiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é parte de uma família extensa composta por ela, seu esposo, filha, sogro, sogra, cunhado, concunhada e os animais. Recebe o Benefício de Prestação Continuada, BPC/LOAS e complementa a renda fazendo “bicos” através de trabalho de cuidado, na casa de outras pessoas conhecidas dela. Fátima fala que seu ingresso nesta atividade se deu quando ainda era menor de idade, aos 16 anos, a partir de sua irmã, que a levou para “trabalhar” no trem. Afirma que existe sim muita disputa entre homens e mulheres no trem, na realização do trabalho.

Num determinado momento, Fátima que está acostumada a circular nos ramais, estava parada na plataforma do Maracanã conversando com sua amiga Vera e daí eu aproveitei para fazer a abordagem e entrevista com ela.

Percebi uma movimentação diferente no entorno e que nas demais plataformas também tinham outras mulheres que ficam paradas em bancas, homens também. Percebi que existem regras de vendas entre eles, por exemplo.

Para contribuir de alguma forma eu comprei água com a senhora Vera e pedi uma pipoca para Fátima, entretanto Fátima se desloca e se reporta à banca de um homem, que também fica baseado na plataforma, fato que naquele momento não entendi o porquê dela se dirigir a ele, mas logo depois compreendi que a atitude tinha relação com organização interna, já estabelecida e hierárquica. Este homem que também fica fixado na plataforma vende produtos e ela teve que pegar a mercadoria/pipoca com ele, ou seja, existem regras para as vendas: quem circula, “quem corre ou bate trem” não pode vender na plataforma, a venda na plataforma só pode ser feita por quem tem a banca na plataforma. Fátima pegou o dinheiro entregou ao homem e retirou a mercadoria com ele para me entregar.

Ainda na estação do Maracanã, abordo a Sra. Larissa, uma jovem de 22 anos de idade, moradora de Parada de Lucas, Zona Norte do Rio de Janeiro. Aproveitei o momento em que ela estava arrumando as mercadorias, parada na plataforma. Larissa informa que é solteira, não tem filhos, reside sozinha e que sua única fonte de renda é o trabalho nos trens.

Informa que já trabalhou em supermercados, mas por pouco tempo e foi demitida. Estudou até o 2º ano do ensino médio e que ela própria realiza o trabalho doméstico em sua casa. Trabalha há sete anos nos trens e vende de tudo.

Alega que foi trabalhar nos trens porque ela conheceu pessoas que já trabalhavam nesse meio e que as incentivou a trabalhar nos trens como forma de acesso ao dinheiro rápido.

> Eu vim porque eu conheci pessoas né... Que já trabalhavam no meio e elas me incentivaram a vir pra cá, fazer, fazer dinheiro entendeu? Pra não ficar parada sabe. Poder ganhar com algo.

Fala que existe sim uma disputa de espaço entre homens e mulheres no trem, porém as mulheres sempre ganham. Para ela o passageiro prefere comprar com as mulheres a comprar com os homens. Quando perguntada sobre sua raça/cor, ela afirma ser uma pessoa negra e informa que já sofreu racismo no trem. Afirma ainda que não deixaria o trabalho no trem por um trabalho com vínculo formal.

> Acho que eu ia dar até um troço se eu começasse a trabalhar a trabalhar de carteira assinada. Faço meu horário, tenho um ritmo diferente e eu sou minha própria patroa né, não tem ninguém me mandando...

A senhora Larissa enquanto conversava comigo preparava seus doces e chocolates, ensacando-os, para vender, fazendo tudo com muita agilidade para não perder muito tempo, mas se dispôs de forma voluntária e simpática, responder à pesquisa.

Essa foi mais uma surpresa, Larissa é uma mulher bem jovem, a mais jovem das voluntárias e realiza o trabalho como camelô, posto que as demais são mais maduras, com faixa etária entre 30 a 40 mais. Ela fala com certo pesar sobre a interrupção dos estudos. Ainda tentei incentivá-la ao retorno, ela apenas assentiu com a cabeça. Mas com uma expressão aguerrida, fala que gosta do que faz que é trabalhar nos trens.

Na mesma plataforma encontro a senhora Priscila, uma mulher parda, solteira, 27 anos, moradora da Comunidade da Mangueira, natural do Rio de Janeiro, fala que tem três filhos, de 11 anos, 9, 1 ano e oito meses está grávida de quatro meses. Alega que reside com o companheiro, que no momento também estava na plataforma, realizando o trabalho fixo com ela. A senhora Priscila revela ainda que trabalha dentro do trem algumas vezes.

> Quando dá eu faço bico por fora. Em restaurante, como garçonete, qualquer coisa que tá aparecendo eu tô indo, entendeu, mas eu fico mais aqui mesmo, dentro do trem é um pouco difícil, mas eu tô aqui,

> chuva ou faça sol a gente tá aqui. Quando tem uma mercadoria boa, “de estouro”, muita gente, eu deixo alguém aqui trabalhando pra mim num dia, dou uma diária entro pra dentro do trem com o meu esposo e a gente vai, trabalha junto.

Priscila estudou até o 1º ano do ensino médio. Informa que na parte da manhã as crianças estão na escola, na parte da tarde tem uma menina que olha as crianças, à noite ela está em casa, aos fins de semana a menina mais velha olha os dois irmãos menores o dia todo. Percebo o cuidado exercido entre irmãos como uma estratégia dessa mulher que precisa sair para trabalhar e a forma de ausência do Estado com pouca oferta de creches e vagas que possibilitem o suporte para famílias. Priscila trabalha há sete anos na informalidade, na plataforma. Relata que já trabalhou com vínculo como cuidadora de idosos, por duas vezes, mas foi demitida.

Ela alega que após a pandemia o trem ficou vazio e começou a aparecer muitas mulheres, até mulheres grávidas com crianças no colo apareceu, mas este não foi o motivo do seu ingresso no trabalho informal. Informa que seu marido a incentivou, pois ele nunca trabalhou de carteira assinada.

> Eu sempre trabalhei de carteira assinada, aí quando eu conheci ele, eu trabalhei por conta própria porque ele nunca trabalhou de carteira assinada. Então tipo assim ele já me encaixou nesse ritmo. Aí foi indo, foi indo, me adaptei...

Sobre a relação entre homens e mulheres dentro da informalidade no espaço dos trens e plataformas, ela informa que há sim, muita disputa entre homem e mulher, mas a maioria dos homens ainda respeita a mulher que bate trem, outros não.

Fala que se tivesse oportunidade de voltar a trabalhar com vínculo formal, com carteira assinada, não voltaria. Acredito que a negação ao trabalho formal, como algumas voluntárias relataram não querer trabalhar com vínculo, caso tivessem a oportunidade, seja uma expressão na descrença na segurança do trabalho com garantias previdenciárias ou possivelmente a dificuldade de ingresso e manutenção em empregos formais que exigem escolaridade e critérios de seleção que talvez não estejam no horizonte das mulheres aqui representadas. O etarismo, o racismo, as exigências de qualificação e critérios de empresas podem ser um obstáculo a ser superado por muitas delas.

Priscila autodeclara-se como uma mulher parda. Informa que já passou por racismo no trem muitas vezes, que é “normal” no dia a dia. É possível ver na fala de PT como o senso comum leva à naturalização do racismo na sociedade, à medida que ela afirma que o racismo é normal, é coisa do dia a dia. Ou seja, mais uma vez o

racismo aparece nos relatos, naturalizado e denota-se que subjetivamente ele molda as pessoas sendo revelado no discurso de aceitação.

> Você entrar no trem, a pessoa guardar o telefone, sair de perto de tu, sair andando, se a mochila tá na frente joga pra trás. Isso aí é normal da vida.

Munanga (2017) vai ratificar essa fala quando descreve como o racismo à brasileira dá o tom de ambiguidade e como o mesmo autor diz, de sim e não. Vejamos no trecho abaixo:

> O racismo brasileiro desmobiliza as vítimas, diminuindo sua coesão, ao dividi-las entre negros e pardos, Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando os processos da formação de sua identidade, quando ainda não politizados e conscientizados, muitos deixam de assumir sua negritude e preferem o ideal de branqueamento que, segundo creem, ofereceria vantagens ligadas a branquitude. (MUNANGA, 2017, p.41).

No último dia de realização da pesquisa de campo, conheci e abordei uma mulher vendedora de trufas, natural do Rio de Janeiro e moradora de Nova Iguaçu, disse-me que eu poderia divulgar seu nome sem problema, ainda que eu tenha explicado que poderia preservar sua identidade. Ela entendeu os objetivos da pesquisa e ainda assim afirmou não se importar com a publicação do seu nome, alega já ter participado de outra pesquisa. Seu nome é Raquel de Souza, mais conhecida como “arlequina do trem”, segundo ela, apelidada assim por um colega também camelô do trem. Ela diz que de identifica com o apelido dado a ela devido às cores que utiliza no cabelo. Tem 28 anos, tem ensino médio completo, é solteira, tem 1 filho de 7 anos, reside com a tia. Informa que a tia recebe Bolsa Família e ela mesma produz as trufas que vende. A tia quem faz o trabalho de casa, de cuidados.

Raquel trabalha há três anos e meio nos trens e vende chocolate artesanal, trufas e empadão. Tem outras pessoas da família que trabalham como ambulantes, na praia, vendendo “mate”. Já trabalhou com vínculo formal em supermercados. Informa que o motivo de seu ingresso no trabalho informal foi a necessidade, não refere a pandemia como fator principal, porque chegou depois da pandemia. Reconhece a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal.

> “Lá fora tá muito difícil emprego de carteira assinada.”

Não reconhece que exista uma disputa entre homens e mulheres no trem, afirma que existe sim, apenas entre os homens.

Antes de fazer sua autodeclaração faz questão de mencionar uma experiência racista que presenciou no trem com um colega seu quando, certa vez, ao tentar realizar uma venda o cliente teve uma atitude extremamente racista com o rapaz, também camelô. O colega, ao pedir a máquina de cartão dela emprestado, avisou ao cliente que teria um acréscimo devido ao sistema de cobranças do cartão. Ela o emprestou e presenciou quando o cliente o chamou de “neguinho” num tom pejorativo e de desconfiança. Ela disse que imediatamente se envolveu e perguntou para o cliente, um homem branco:

> “Qual foi da tua? Tá de racismo aqui dentro? Ninguém é melhor que ninguém não. Na moral, já dizia Djonga: fogo nos racistas mesmo! Fogo nos racistas com força!”

Essa mulher falante, expansiva se indigna ao contar sobre este episódio de racismo que acabou protagonizando e que em defesa de seu colega, contra o cliente, um homem branco de olhos claros, causou-lhe o constrangimento, muito necessário em situações de racismo e que o fez recuar na atitude.

Ela revela que se surgisse oportunidade de trabalhar com carteira assinada, ela iria, inclusive fala que fez entrevista numa empresa do ramo de confecção de roupa íntima e que estava aguardando o retorno. Informa que já trabalhou em supermercados e como jovem aprendiz. Mulher aguerrida, que denota defender os seus diante de qualquer ato de racismo e que acredita que vai conseguir um trabalho formal.

Considerações finais

Ao chegar às considerações finais, me vêm algumas sensações estranhas, tais como, dúvidas e indagações pertinentes à pesquisa e seus resultados. Talvez fosse oportuno ler o que Gloria Anzaldúa descreve em seu *Falando em línguas: carta para as mulheres do Terceiro Mundo*, anteriormente à realização desta pesquisa, a fim de que eu me apropriasse do título de escritora. A autora escreve para as mulheres de cor, para as mulheres negras, sobre a dificuldade de se reconhecerem escritoras diante de uma sociedade racista, heteronormativa e branca. Reconheço que a sensação estranha talvez seja fruto do racismo velado ou explícito que só as mulheres negras sentem.

O que o racismo promove em nossa subjetividade, em nossa escrita, em nosso ponto de chegada ao mundo acadêmico, em nossa vida diária. Entretanto me apegarei ao trecho que ela diz que escrever é um ato de rebeldia. Devo lembrar-me também do "sorriso de Mirandela", termo cunhado pela Professora Doutora Roberta Gondim, numa referência ao meu sorriso largo e feliz, que na infância eu escondia, ao que ela remete a algo incrível, bom, que traz alegria.

Glória fala de como nós nos desacreditamos, dentre outras "estranhezas", mas ela também nos encoraja dizendo que devemos confrontar nossas próprias limitações.

A carta serve não só para reflexão sobre a vida das mulheres entrevistadas, visto que todas elas têm um pouco de mim enquanto mulheres, negras e trabalhadoras, todas elas ou todas nós, como a carta da autora revela, não gozamos de nenhum privilégio, pelo contrário. E ela vai além ao dizer que enquanto mulheres de cor estamos em face de alguns perigos. Os perigos a que ela se refere são os obstáculos ao longo do caminho. Ela acrescenta ainda que "as mulheres de cor são invisíveis aos olhos no mundo dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que isso esteja gradualmente mudando".

Para as voluntarias, pesquisadas que enriqueceram este trabalho, pude compreender o quão desafiador seja, manter como meio de sobrevivência seu corpo exposto numa plataforma ou nos vagões de trens, visto que não há o mínimo de condições para passar algumas horas diárias em um lugar desprotegido e carente de infraestrutura básica para atender suas necessidades e à realização do "trabalho". Percebi o quão desafiador seja não priorizar o trabalho com vínculo, mas priorizar a subsistência, à medida que as condições advindas do Brasil Colônia perduram, ainda que modificadas, reatualizadas, para as mulheres negras, que com práticas

ancestrais, transformaram as atividades originárias das escravas de ganho, das vendas, em meios de sustento, que são reproduzidas por gerações e gerações dentro da informalidade. Percebe-se ainda quão desafiador seja ter que estar alerta aos assédios morais e sexuais a que as mulheres estão vulneráveis todos os dias; quão desafiador é ter que enfrentar uma violência velada, interna, e por vezes, contraditoriamente, escancarada por pessoas que tentam impor suas regras como forma de obtenção de vantagens financeiras sobre outras e, por parte do Estado que não as reconhece e "enxerga". Percebe-se o quão desafiador seja escamotear o racismo, de forma consciente ou inconsciente, posto que a ideologia racista aja na subjetividade, ter que enfrentá-lo, engoli-lo, omiti-lo para circular entre pessoas diversas e obter renda agregada ou não à outras formas de rendimentos ou auxílios governamentais e por fim, quão desafiador seja ter que lidar com uma estratégia de sobrevivência permeada de diversas interseccionalidades, para poder colocar o pão na mesa, enquanto expressões das desigualdades historicamente fundamentadas na exploração.

Em Anzaldúa apud Teish a autora acrescenta outros elementos a nossa reflexão quando em um grupo, onde feministas brancas predominavam, ela diz: "Se você não se encontra no labirinto em que nós estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos". Neste trecho volto aos relatos das mulheres respondentes da pesquisa que passam grande parte do tempo no trabalho informal, como andarilhas "correndo o trem" ou nas plataformas ou fazendo os dois quando surge mercadoria nova, realizando em certa medida um trabalho terceirizado dentro da informalidade, sem garantias.

Analisando as hipóteses levantadas na presente dissertação a questão da pandemia foi um elemento mencionado por apenas uma das entrevistadas, apesar de relatar que trabalhava informalmente antes da pandemia, numa cidade da Baixada Fluminense. Entretanto as demais entrevistadas revelaram que já trabalhavam nos trens ou nas plataformas antes pandemia da covid-19. Apenas uma delas mencionou a perda de alguns familiares para a covid-19, como uma mudança brusca e dolorosa em sua vida e menciona ainda que com a pandemia ela ficou totalmente desempregada e que por este motivo ela foi empurrada para o trabalho informal, nos trens.

Outra questão importante, mas não mencionada como elemento que talvez pudesse ser o fator principal ao ingresso no trabalho informal foi a questão da violência doméstica, conforme hipótese também levantada nesta pesquisa, a violência

doméstica não foi um fator mencionado como forma de ingresso no trabalho informal, por nenhuma das entrevistadas.

O discurso do empreendedorismo é mencionado por uma delas como algo que denota uma suposta autonomia, importância social ou status. Tal discurso como já mencionado nesta pesquisa, coaduna-se com o discurso da ideologia capitalista, posto que, por exemplo, para a mídia televisiva, que com seus braços alcança muitas pessoas facilmente, é incorporado pelas camadas mais vulneráveis social e economicamente, que o ato de empreender é uma alternativa de saída e/ou de superação de possíveis dificuldades econômicas e sociais. A mulher que fala sobre o desejo de futuramente empreender nunca trabalhou com vínculo, acredita que ter o próprio negócio dentro da informalidade é uma oportunidade de obter renda e talvez desconheça a importância de garantias sociais e trabalhistas.

As relações de poder, aqui traduzidas como disputa entre camelôs homens e mulheres foi mencionada por algumas como algo comum, como um comportamento abusivo, até mesmo entre os homens. Talvez não tenham em grande medida noção do que o machismo possa representar como uma das opressões provocadoras das tensões nessas relações, entretanto algumas utilizaram o discurso de não se importar para se manterem no meio de trabalho informal. Relataram também assédio sexual no espaço do trem como mais uma marca das opressões vivenciadas cotidianamente por nós, mulheres, posto que assim como o racismo, o comportamento machista nos objetifica e desqualifica.

Quanto ao racismo que sofrem, algumas preferiram omitir, outras declararam reconhecer o que é e como as atravessam; fica bem nítido o reconhecimento desta violência e de discriminações de outras naturezas, como contra a pessoa com deficiência ao que chamaram de falta de respeito. A metade das voluntarias se reconheceram pretas, das oito, apenas quatro afirmaram-se pretas; uma se reconhece branca, duas se reconhecem pardas. Uma delas não conseguiu definir-se de acordo com a classificação do IBGE.

Para finalizar retorno a Anzaldúa apud Teish que disse às feministas brancas, em referência às mulheres de cor: “estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro”. Tais horas são dedicadas ao trabalho informal, ao trabalho de cuidado no malabarismo diário para obter renda.

Eu digo aos leitores desta Dissertação que para as mulheres trabalhadoras informais o grande desafio é manter a sobrevivência diante de tantas ausências impostas por esse sistema que não lhes dá garantias. As interseccionalidades de raça,

classe e gênero permanecem e aparecem nos relatos apresentados como um elemento que faz parte de forma latente nas relações sociais. O discurso de pouca ou quase nenhuma valorização do trabalho formal aparece de forma que as pessoas parecem estar preocupadas com as necessidades imediatas, no discurso subsumido de empreender, no descarte visível pelo etarismo, do dinheiro imediato para satisfação de necessidades, entre outros. Investem suas horas, portanto para a sua manutenção e de todos os seus, desqualificam os vínculos formais, aparentemente sem pensar nas garantias trabalhistas e/ou numa possível aposentadoria. Tais elementos se coadunam, posto que as demais políticas, atores sociais e institucionais não conversam e não as veem como pessoas que devam ser incluídas como prioridades de investimento social. Como Assistente Social, percebo que não está nos planos do Estado, via concessionária ou não, organizar ou investir em ações que as vincule ou as proteja, formalmente, em ações de geração de renda. São mantidas ao que chamamos de excluídas, subalternas, invisíveis, exército de reserva e demais conotações que mantém a engrenagem perversa do sistema capitalista dependente brasileiro.

Por outro lado, podemos atrelar este debate à formação colonial do país e ao pós-escravidão, onde os escravizados classificados/denominados como escravos de ganho eram obrigados a realizar algum tipo de trabalho nas ruas, como vendas e as mulheres, como quituteiras, realizavam suas vendas em seus tabuleiros. Podemos considerar que as mulheres, trabalhadoras informais, que em seus relatos, informam a realização do trabalho por gerações e gerações, sejam herdeiras da colonização, posto que suas ancestralidades foram mulheres que realizavam tal ofício.

Acrescenta-se a isso o fato do pouco investimento em educação, dentre outras políticas para a população negra, recém-escravizada, que a passos lentos concorreu numa “corrida” desleal com os filhos de senhores, por exemplo, e, portanto, não produziu de forma equânime o acesso a lugares importantes no mercado de trabalho. Cabe um apontamento sobre o lugar histórico destinado à população negra no mercado de trabalho, que de certa forma recrudesce e se reatualiza a partir das análises dos autores e autoras aqui mencionadas e se coaduna com as respostas trazidas pelas mulheres, trabalhadoras informais.

Ao dialogar com Akotirene revela-se uma realidade que acredito, será transformada, aos poucos, daqui a algum tempo, a partir das próximas gerações e em conjunto com o interesse do Estado, ou seja, com ações coletivas. A autora em um trecho do seu livro faz uma comparação sobre o trabalho e as intersecções de gênero,

classe, raça e geração entre mulheres brancas e mulheres negras e nos diz que: “Para a mulher negra inexiste o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas” (2019, p.18). A autora faz diversas conexões com autoras ao longo de seu texto, de forma brilhante para mostrar que as mulheres negras experienciam o viver no mundo de forma diferente das mulheres brancas.

Dessa forma, assim como Akotirene (2019) traz diversas autoras para nos ensinar sobre a interseccionalidade em sua metodologia de entrecruzamento de opressões, eu, pesquisadora, atribuo cada entrevista aqui relatada como a forma de como as mulheres experienciam suas formas de viver no mundo da informalidade, também permeadas pela diversidade das opressões que não se separam. Racismo, machismo, exclusão como parte das encruzilhadas da vida das mulheres que se reproduzem a partir do trabalho informal, atreladas aos desafios da sociedade brasileira capitalista dependente.

Por fim, espero que esta pesquisa contribua para que outros olhares, institucionais, estatais, formais, sejam dirigidos a essas mulheres, de forma que elas possam sobreviver e serem reconhecidas nas suas diferenças, de maneira integra e digna.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade / Carla Akotirene. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ALMEIDA, Silvio. Necropolítica e Neoliberalismo.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra; 2019. 255 p. (Sueli Carneiro)

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, v.8, n.1, p.229-236. Florianópolis, 2000.

BARRAGÁN et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BISPO, Thamires Lacerda Chaves. O processo de precarização do trabalho: um estudo sobre as vendedoras ambulantes dos trens administrados pela Supervia no Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2022.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em www.iea.usp.br/artigos

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil – São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, Joana Simões et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão º 1137. Brasília. Ministério do Planejamento e Orçamento. novembro de 2005.
Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf

COX. Oliver C. O capitalismo é um sistema racista. (In) PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe anglófono**. São Paulo: Editora Dandara, 2024, p. 78-85

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas dificuldades mais precarização, Boletim Especial 8 de março 2022.
Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos. As dificuldades da população negra no mercado de trabalho, Boletim Especial 20 de novembro- Dia da consciência negra.
Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho, Boletim Especial 8 de março 2023.
Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial

EURICO, Marcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt

FRASER, Nancy. Goela Abaixo: por que o capitalismo é estruturalmente racista. (In) **Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024, p. 53-88.

GOMES, Nilma Lino et al. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. In: **Seção especial. Educ. Soc**., Campinas, v. 42, e258226, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt#

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem politico-econômica. In: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:**

ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. O Golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra. In: Gonzalez, Lélia; Hasenbalg, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 20225.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa/ Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª edição.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Organização Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IANNI, Octávio. A racialização do mundo. Revista Tempo Social, USP, São Paulo, maio de 1996, p. 1-24.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano/ Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. – 1. Ed – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOURA, Clóvis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – SP. In: Afro-Ásia, 14 – 1983.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: **O Racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs). 1 ed. São Paulo. Perspectiva. 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Brandão, André Augusto P.organizador **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira.** Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ.2004.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira**.** Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/MariaSaletNovellino/publication/242302882_OS_ESTUDOS_SOBRE_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES

OLIVEIRA, Dennis. Racismo Estrutural: por uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021, p. 59-67

SANTANA AT et al. Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/55qy4f7fNBwvbYkvvSGf8fy/#

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In: **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, 2013, Fortaleza. Anais. Fortaleza: UECE, 2013. p.122-137. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf

SOUZA, Mario. Hegemonia e a transformação do racismo em força social e numa das estruturas da sociedade brasileira. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 11, n. 20, jan/jun 2023

SOUZA, Mario. Hegemonia e a questão Racial. (In) GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro; FERREIRA, Maria Odete Lopes; CHABALGOITY, Diego. **Soberania nacional e Participação Popular: ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência.** Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 45-64.

WALLERSTEIN, Immanuel **-** A verdade como ópio - racionalidade e racionalização. (In) **Capitalismo Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1985, p.63-68

Sites consultados:

https://www.brasildefato.com.br/2022/09/21/taxa-de-desemprego

https://www.oab.org.br/publicacoes/

https://www.dieese.org.br/boletimespecial/

https://www.rj.gov.br/isp/

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf

https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt#

Anexo A

QUESTIONÁRIO

Perguntas semi-estruturadas:

1 – Qual o seu nome, idade, estado civil e naturalidade?

2 – Tem filhos? Quantos? Se sim, qual é a idade deles?

3 – Onde você mora e com quem?

4 – Sua renda, como é composta? Só pelo seu trabalho aqui ou mais alguém da família trabalha?

5 - Trabalha apenas como ambulante ou realiza outra atividade? Há quanto tempo como ambulante?

6 – Tem mais alguém da família que trabalhe como ambulante?

7 – Qual a sua escolaridade? Estudou até que serie?

8 – Enquanto você está trabalhando aqui quem faz as tarefas de sua casa?

9 - Você trabalha apenas como ambulante ou também realiza outra atividade de trabalho?

10 – Voce sempre trabalhou aqui ou já trabalhou em outras áreas/atividades com carteira assinada?

11 – Você acha que a pandemia da covid-19 trouxe mais mulheres para trabalhar no trem?

12 – Por que você decidiu trabalhar no trem?

13 – Você acha que existe uma disputa entre homens e mulheres trabalhadores/ camelôs no trem?

14 – Você já sofreu algum tipo de discriminação/ racismo trabalhando no trem?

15 – Qual a sua cor? Como você se reconhece?

16 – Se você tivesse oportunidade de trabalhar de carteira assinada, com vínculo formal, você iria?

Anexo B

Título do Estudo:

Pesquisador: **MARCIA MIRANDELA TEIXEIRA.**
Professor Orientador: Prof. Dr. Mario Luiz de Souza.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a)_____ para participar desta Pesquisa sob a responsabilidade do/a pesquisador/a Marcia Mirandela Teixeira, a qual pretende contribuir para conhecer a realidade de mulheres negras, trabalhadoras ambulantes dos trens da Supervia, na cidade do Rio de Janeiro. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Se o/a Sr(a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para compor nota da Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a no seguinte endereço: CEFET/RJ, Rua General Canabarro, nº 485, Bairro Maracanã, Rio de Janeiro CEP - 45996-108,

CONSENTIMENTO PÓS–INFORMAÇÃO

Eu,_____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para o pesquisador.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado:

_____	

Assinatura do participante	Data: _____/_____/_____
_____ Assinatura do Pesquisador	Data: _____/_____/_____

_____ _____

Rubrica do pesquisador Rubrica do participante